PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais

**ENTRE O FEMINISMO E O FAMILISMO: O SUJEITO FEMININO
NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Renata Adriana Rosa

Belo Horizonte - MG

2009

Renata Adriana Rosa

**ENTRE O FEMINISMO E O FAMILISMO: O SUJEITO FEMININO NAS
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, participação e poder local

Orientadora: Profa. Dra. Magda de Almeida Neves.

Co-orientadora: Profa. Dra. Marlise Míriam de Matos Almeida

Belo Horizonte - MG

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R788e Rosa, Renata Adriana
Entre o feminismo e o familismo: o sujeito feminino nas políticas de assistência social / Renata Adriana Rosa. Belo Horizonte, 2009.
121f.

Orientadora: Magda de Almeida Neves
Co-Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Mulheres – Aspectos sociais. 2. Política pública. 3. Assistência social. 4. Divisão do trabalho por sexo. 5. Feminismo. I. Neves, Magda de Almeida. II. Almeida, Marlise Miriam de Matos. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. IV. Título.

CDU: 396

Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor

Renata Adriana Rosa

**ENTRE O FEMINISMO E O FAMILISMO: O SUJEITO FEMININO NAS
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 24 de março de 2009.

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves

(Orientadora) – PUC/ Minas

Profa. Dra. Marlise Míriam de Matos Almeida

(Co-orientadora) – UFMG

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira

PUC Minas – Mestrado em Psicologia

Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria

PUC Minas- PPGCS

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições contribuíram para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível e, de diferentes maneiras externaram – sobretudo – paciência diante de permanentes oscilações de humor. Escrever esta dissertação foi um desafio. Desafio de revisão de pensamentos, de idéias e de readequação de práticas ao cotidiano do mundo acadêmico.

Contudo, alguns apoios merecem ser ressaltados.

Gostaria de destacar, em primeiro lugar, a CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que me possibilitou estar novamente na Universidade, sonho tão almejado desde o fim da graduação. O ingresso no curso de Mestrado em Ciências Sociais sempre foi mais que um desejo ou desafio. Com o tempo tornou-se necessidade de associar prática à teoria, na perspectiva de ressignificar velhos problemas, desconstruir estereótipos e almejar novas rotas. Os rumos da minha vida, nestes 24 meses de pós-graduação, foram surpreendentemente alterados, em todos os sentidos: como pessoa, como profissional e como militante que espera que o resultado deste investimento tenha retorno para a sociedade. Sou profundamente grata pela oportunidade de realização desta pesquisa.

A professora Magda de Almeida Neves, minha orientadora, pela acolhida sempre generosa, em todos os momentos dessa minha jornada. Por sua delicadeza no trato com os sentimentos alheios, por acreditar e incentivar-me a não desistir ao longo do processo, com sua experiência e posicionamento político, admiráveis e fundamentais para a definição dos rumos da análise realizada neste trabalho.

O prof. Carlos Aurélio, que com seu jeito instigante de apresentar suas considerações, fez-me rever posicionamentos e perceber o quanto era possível ir além, neste processo de produção/desconstrução do “conhecimento”.

A professora Marlise Matos que, com suas observações –sempre pertinentes – fez-me compreender que teoria e prática são eixos indissolúveis, que a relação entre a militância e a academia é mais que necessária. Também, pelas importantes sugestões de leitura.

Os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pela atenção, respeito e oportunidade de debates e reflexões que muito contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Os meus colegas do mestrado, em especial a Cristina, a Ninon, a Wanja, a Glauceide, o Lucas e a Carlúcia. Pelo carinho, solidariedade, sugestões de leitura e admiração.

As funcionárias Ângela e Valéria, pelo cuidado, sempre tão terno e respeitoso. Também, pelo suporte e colaboração, indispensáveis para a conclusão desta dissertação.

O Newton, que foi muito mais que meu chefe nesse período, por seu companheirismo nos tempos de trabalho na Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania. Sou profundamente grata pela oportunidade, compreensão e apoio para a concretização deste sonho.

A Maria Thereza Fonseca Nunes, colega de trabalho e professora. Minha admiração e respeito. Obrigada pela atenção e sugestões para o trabalho.

A equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial a Léa Braga, o Mário Rocha e a Darcy Vilaça, pelas informações e contatos, pela atenção, disponibilização/socialização de tempo, reflexões e angústias a respeito das políticas sociais em nossa cidade.

Minhas queridas e grandes amigas Júlia, Luzia, Yaya, Aninha, Gislene, Fernanda Soares, Gabriela e Fernanda Proton. Torcida indiscutivelmente vigorosa que me fortaleceu e sempre acreditou – algumas vezes mais que eu mesma - que tudo daria certo. Também Lucílio Gomes, amigo tão querido, que está sempre presente em minha vida, partilhando projetos, preocupações e alegrias.

O PCdoB, em especial a Jô Moraes, minha referência política-ideológica, por todas as portas e espaços abertos, por todos os debates e projetos possíveis, por todos os sonhos que sedimentaram a Renata Rosa de hoje: inquieta, mas também determinada e perseverante.

Meus avós - Zoraida e Peão - meus tios - Dedeu e Dinho - que se tornaram estrelas nesse período da pós-graduação, mas continuam compondo a trajetória do meu universo.

Minha família, meus irmãos – Ricardo e Fabiana, Raquel, minha cunhada, minha tia Carminha, Maria e Marcelo que nem sempre fingiram paciência, mas tornaram possível mais este passo em minha vida. Vocês são base e referência, muitas vezes positiva, noutras tantas, contraponto.

Em especial, minha mãe, que na sua jornada de tanto trabalho e incansável disposição, tornou meu olhar contestador e certo de que muitas mudanças precisam ocorrer no cotidiano das mulheres.

O meu pai, por tudo o que ele significa na história da família de Raimundo Francisco.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um olhar sobre as políticas públicas e o lugar das mulheres em nossa sociedade. Na perspectiva de articular a concepção de sujeito feminino e a dimensão de gênero, presentes nos programas sócio-familiares da Política de Assistência Social, problematizam-se o papel do Estado e a divisão sexual do trabalho doméstico como eixos estruturantes para a naturalização da feminização do cuidado nas políticas sociais.

Nesse sentido, destaca-se a efetivação de um viés familista nas políticas públicas que concebem as necessidades familiares como singularidade do mundo feminino, estruturado sob um modelo de Estado transfigurado por resquícios de uma cultura patriarcal e escravocrata.

Como contraponto, o trabalho apresenta os eixos que constroem as contradições de gênero e deveriam ser enfrentados através da ação política governamental, de acordo com os pressupostos feministas.

As referências teóricas da dissertação baseiam-se em discussões fundamentadas por autoras como Pateman (1993, 1996), Walby (1990, 1997, 2004), Fraser (2001, 2002 a, 2002b, 2003, 2007 a, 2007b), Di Stefano (1996), Carloto (2004, 2006, 2008), Goldani (1994, 2000, 2002), Soares (2003, 2004), Hirata (2002, 2003, 2004), entre outras.

Inferimos que a instituição de políticas emancipatórias, do ponto de vista da superação da subordinação das mulheres, requer alterações sócio-culturais na articulação da ação política governamental.

No caso específico desta dissertação - que orientou seu olhar para a Política de Assistência Social - a 'feminização da pobreza' e a 'divisão sexual do trabalho doméstico' destacam-se como categorias de análise e enfrentamento, capazes de propiciar um reordenamento da ação estatal e de seus impactos sobre a vida das mulheres, no sentido de construção de sua autonomia.

PALAVRAS CHAVE: Políticas públicas, relações de gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho doméstico, pressupostos feministas.

ABSTRACT

This dissertation examines public policies and the women's place in our society. With the aim to articulate the feminine subject concept and gender dimension which are present in the socio-family programs of the Politics of Social Assistance, the State role and the sexual division of housework are discussed as supportive main points to the naturalization of care feminization in social politics.

In this sense, it must be highlighted the fulfillment of a family characteristic in the public policies that recognizes family needs as a singularity of feminine world based on a State model that is transformed by remaining traces of a patriarchal and enslaver culture.

This work, as a contrast idea, presents the main points which build the gender contradictions. These main points should be faced through government political action according to feminist assumptions.

The theoretical references of this thesis are based on solid discussions made by authors such Pateman (1993, 1996), Walby (1990, 1997, 2004), Fraser (2001, 2002 a, 2002b, 2003, 2007 a, 2007b), Di Stefano (1996), Carloto (2004, 2006, 2008), Goldani (1994, 2000, 2002), Soares (2003, 2004), Hirata (2002, 2003, 2004), among others.

It is possible to infer that the establishment of emancipator politics, considering the overcome of women's subordination, urges sociocultural changes in the articulation of government political action.

In the specific case of this dissertation which was guided by the Politics of Social Assistance, "the feminization of poverty" and "the sexual division of housework" shows to be categories of analysis and confrontation capable of create a new organization of State action and of its effects upon women's life in order to construct their autonomy.

KEYWORDS: Public policies, gender relation, patriarchy, sexual division of housework, feminist assumptions.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMDM – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

COMDIM – COORDENADORIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER

CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

NAF – NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA

NOB- SUAS – NORMA OPERACIONAL BÁSICA / SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ODM – OBJETIVOS DO MILÊNIO

PBH – PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PNAS – PLANO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROMETI – PROGRAMA MUNICIPAL DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO

SMAAS – SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SMADC – SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE DIREITOS DE CIDADANIA

SMDS – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SOSF – SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR

SUAS – SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIFEM – ÓRGÃO DA ONU RESPONSÁVEL PELAS QUESTÕES RELATIVAS ÀS MULHERES

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	11
2 - REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS ACERCA DA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO SÓCIO-CULTURAL PARA AS MULHERES.....	18
2.1– O papel do Estado e o legado de uma cultura patriarcal-escravocrata	18
2.1.1- <i>As mulheres e a divisão sexual do trabalho</i>	24
2.2– O debate contemporâneo: feminização do cuidado e instituição de uma política familista	27
2.2.1– <i>Políticas Públicas e a perspectiva de gênero: uma abordagem feminista</i>	31
2.2.2 – <i>A família, o Estado e as relações de gênero</i>	40
2.2.3– <i>A questão da autonomia e a superação da subordinação sócio-cultural feminina</i>	51
2.3 – As Políticas Públicas e as mulheres: ruptura ou reforço da subordinação	53
3 - A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUJEITO FEMININO.....	57
3.1 – Belo Horizonte e a gestão da cidade: trajetória política e aspectos sócio-culturais	57
3.1.1- <i>1993: cenário promissor para a construção de novos paradigmas</i>	58
3.2 – Programas e ações estruturantes na gestão da cidade.....	60
3.3 – A LOAS e o desenho da Política de Assistência Social	64
3.4 - O SUAS e suas diretrizes para a Política Municipal de Assistência Social.....	65
3.5 – A família e o território como pressupostos da gestão da cidade	68
3.6 - Falas do Estado ou o ‘estado’ das falas sobre as desigualdades de gênero.....	70
3.7 - O sujeito feminino e a dimensão de gênero nos programas sócio-familiares de proteção básica da Política Municipal de Assistência Social.....	77
3.8 – Dilemas contemporâneos: eixos que constroem a desigualdade	79
4. COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA.....	83
4.1 – As mulheres nas políticas públicas de Belo Horizonte	84
4.2 – Políticas públicas para mulheres ou políticas públicas de gênero?	88

4.3 – A transversalidade quase sempre ausente.....	91
4.4 – Desconexão “plural”: o familismo presente	93
4.5 – Interconexões possíveis entre os pressupostos feministas e as políticas públicas	95
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
5.1. Por uma cultura filógina	102
REFERÊNCIAS	107
APENDICE A: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS	118
ANEXO A: Perfil do conjunto de servidores entrevistados.....	...121

1 – INTRODUÇÃO

Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão. Frances Wright, feminista inglesa em 1822. (GAY, 1995, p. 306).

Este trabalho tem como objetivo relacionar a concepção de sujeito feminino, presente nos programas sócio-familiares da Política de Assistência Social, com o viés familista, norteador das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro.

A Política Municipal de Assistência Social, seguindo as diretrizes propostas pelo Governo Federal, afirma que o foco de suas ações e programas é a “família”. Compreender o nexos dessa relação entre as mulheres e a família nos programas de proteção básica é um dos nossos objetivos, para que tenhamos subsídios para discutir os efeitos dessa política e analisar seus dilemas frente à perspectiva de autonomia para as mulheres.

A dicotomização entre esfera privada e esfera pública tem sido um dos principais focos das críticas feministas, na tentativa de ilustrar as faces de opressão e de subordinação da mulher em ambos os espaços. Feministas como Pateman (1996) e Walby (1990) apontam para o fato de que a separação e a oposição entre o público e o privado serviram para ofuscar a realidade patriarcal.

A “família” como o foco da Política de Assistência Social é, na maioria das vezes, identificada como o lócus do feminino. Essa condição que nos remete ao legado de uma cultura referenciada no patriarcalismo¹ e que ainda norteia a organização do Estado brasileiro.

Assim, esta dissertação pretende chamar a atenção para o fato de que o processo de superação da subordinação pressupõe a desconstrução dos estereótipos acerca do papel das mulheres na sociedade, mais especificamente com relação aos cuidados e responsabilidades junto aos seus núcleos familiares. Essa perspectiva pressupõe a ressignificação da concepção do sujeito feminino no processo de articulação da ação política governamental. Tal ressignificação compreende uma revisão analítica do modelo de Estado brasileiro e suas premissas no processo de organização da ação política, ou seja, na forma como é prevista a implementação das políticas públicas voltadas para as famílias, minimizadas em uma concepção de que as demandas familiares remetem ao universo feminino.

1 Ver Pateman, 1993 e 1996.

O problema central da pesquisa está relacionado à questão da “feminização do cuidado” como contraponto à superação da “subordinação das mulheres”, condição que definimos como o dilema entre o familismo e o feminismo nas políticas públicas.

Primeiramente, apontaremos o que consideramos como os dilemas teórico-políticos que a Política Municipal de Assistência Social apresenta com relação à perspectiva de superação da subordinação. São eles:

1- A essencialização do espaço doméstico e do núcleo familiar como locus preferencial de atuação das mulheres e das responsabilidades sociais efetivas do sujeito feminino;

2- O modelo de Estado brasileiro, com seu legado de um passado escravocrata e patriarcal, e sua concepção acerca do papel das mulheres na sociedade e na divisão do trabalho doméstico;

3 - A concepção de construção da autonomia – entre o familismo e o feminismo - e o processo de superação da subordinação para as mulheres;

De acordo com Goldani (2002), os pressupostos tradicionais sobre as relações de gênero e família que permanecem orientando programas e políticas públicas demonstram que as assimetrias de gênero permanecem e se modificam em ritmos diferenciados, o que faz com que as mulheres tenham uma condição de cidadania ‘fragilizada’². Daí a existência de ambiguidades no que diz respeito à perspectiva de gênero adotada, uma vez que não ficam esclarecidas as intenções de se operar programas e ações com metas estabelecidas, no que se refere à questão da construção da autonomia e superação da subordinação do sujeito feminino, condição que coloca sob suspeita a existência de objetivos em torno do empoderamento das mulheres.

Em estudo recente sobre o estatuto da temática e do conceito de gênero no contexto acadêmico brasileiro, Matos (2008, p.02) fundamenta a “necessidade de um resgate do caráter crítico-reflexivo e radical à condição de subordinação, opressão e subalternização das mulheres, perspectivando este campo por um viés emancipatório”. É nesse sentido que apresentamos este trabalho.

² As fragilidades e tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução, porque as separações entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho e as relações desiguais de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação. Ver Soares (2003).

O corte temporal escolhido – 1993 a 2004 - tem como referência o ano de 1993 por ter sido o momento de fundamentação legal da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - como também o início de um novo modelo de gestão na cidade de Belo Horizonte³.

2004 é o ano da definição das diretrizes políticas da Assistência Social, em âmbito nacional e de conclusão de três ciclos de gestão da cidade de Belo Horizonte, sob o paradigma da “inversão de prioridades”, desde a eleição da “Frente BH Popular”, no ano de 1993. É também o ano de realização da “*I Conferência Municipal de Direitos das Mulheres*”, como também ano da construção, pelo governo Federal – a partir da realização das conferências estaduais e municipais – do “*Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*”.

As discussões teóricas apresentadas ao longo deste trabalho discorrerão em torno de conceitos como família, sujeito, autonomia e divisão sexual do trabalho doméstico, nesse sentido, o operador gênero desponta como campo teórico de investigação, como proposta teórico-conceitual e a questão da subalternidade feminina com categoria de análise – relacionados à avaliação dos programas sócio-familiares de proteção básica da Política Municipal de Assistência Social. Dentre as principais referências teóricas que fundamentam esta dissertação, é preciso destacar Di Stefano (1996) e o debate sobre a autonomia, Faria (2001,2002, 2003, 2005), Fonseca (2002), Goldani (1994, 2000 e 2002) e Jelin (2004) nas discussões sobre gestão pública e políticas para a família, Fraser (2001, 2002 a, 2002b, 2003, 2007 a, 2007b), Mariano (2005 a, 2005b,2007), Mouffe (1999, 2002), Pateman (1993, 1996), Scott (1999, 2005), Sorj (2004) e Walby (1990, 1997, 2004) nas discussões sobre gênero, feminismo e patriarcado, Blay (1999), Capella (2007), Carloto (2004, 2006, 2008), Farah (2004), Lavinias (1997), Hirata (2002, 2003, 2004) , Matos (2005, 2008), Silveira (2004) e Soares (2003, 2004) para o debate sobre políticas públicas e gênero.

Um olhar crítico e inquieto percorreu o traçado da política de Assistência Social em Belo Horizonte. Em um primeiro momento, o objetivo era compreender a dimensão de gênero norteadora de seus programas sociais e os dilemas apontados com relação a uma agenda política, dita feminista. Assim, questões relativas à autonomia, à subordinação e ao empoderamento passaram a nortear a organização da pesquisa. Havia um interesse inicial pelo desenho dos programas, mais especificamente para sua concepção dos papéis e lugares do sujeito feminino na sociedade. Algumas questões foram formuladas naquele momento: seria

3- Nas eleições municipais de 1992, com a vitória da “Frente BH Popular”, inaugura-se um novo modelo de gestão na cidade. Autodenominado “democrático-popular”, tal modelo optou, naquele momento, por um caminho oposto ao adotado pelo governo federal e definiu como diretriz política de seu governo a inversão de prioridades, pautando-se na participação popular e na inclusão social. A Frente BH Popular era composta pelos seguintes partidos políticos: PT, PSB, PCdoB, PV, PCB e PPS.

possível estabelecer uma relação entre uma agenda feminista pela emancipação e autonomia das mulheres com as políticas sociais implementadas em Belo Horizonte? Que relação estaria estabelecida entre as políticas públicas municipais e a responsabilização das mulheres pelo bom funcionamento das famílias e pela qualidade de vida de seus membros? E a questão da divisão sexual do trabalho? Qual seria, de fato, a concepção de gênero presente na gestão da cidade de Belo Horizonte? Seria uma concepção homogênea, capaz de nortear, de forma transversal, todas as políticas públicas e impactar a vida das mulheres?

Na tentativa de responder a algumas dessas perguntas e, ao mesmo tempo, reorganizá-las, configurou-se uma segunda etapa deste ato de caminhar pelas políticas sociais da cidade.

O caminho metodológico incluiu em seu arcabouço conceitual a discussão sobre as perspectivas teóricas referentes ao processo de formulação de políticas públicas e ao feminismo contemporâneo.

Conforme será salientado mais à frente, algumas entrevistas foram desenhadas neste percurso e um amplo leque de documentos institucionais e referências bibliográficas, entre outras fontes documentais, foram mapeadas e atuaram como subsídio para a organização desta dissertação.

Considero importante registrar a minha participação no *“II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI”* realizado em junho de 2008, na Universidade Federal de Minas Gerais, organizado pela Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM, cujas discussões e grupos de trabalho tiveram um papel de destaque para a articulação desta pesquisa.

Durante a identificação do perfil dos sujeitos a serem entrevistados, foi levantado um conjunto de documentos referentes à Política Municipal e à Política Nacional de Assistência Social, que vão desde relatórios de Conferências realizadas na cidade, como também relatórios de final de gestão, além de cadernos de metodologias de trabalho com famílias e comunidades, entre outros.

Destaca-se também a existência de um Centro de Memória e Pesquisa na Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade, que dispõe de um conjunto de materiais e documentos que acabaram por se tornar um laboratório de reflexões e estudos pertinentes a esta pesquisa. Esse Centro de Memória conta com um acervo informatizado das monografias, dissertações e teses de servidores da referida Secretaria, com foco no campo de atuação da mesma. Um dado instigante foi a inexistência, no acervo do Centro, de trabalhos acadêmicos relacionados à questão de gênero ou à situação das mulheres ou relacionados aos debates sobre subordinação.

Com relação às entrevistas realizadas, é importante frisar que todas demandaram uma média de três encontros, seguidas de contatos por correio eletrônico para envio de documentos ou outras informações, além daquelas fornecidas em depoimento. A Gerência de Gestão da Política de Assistência Social se propôs a repassar os dados quantitativos referentes ao número de usuários atendidos em cada programa da Atenção Básica, com percentual etário, étnico, por sexo e por região da cidade, além dos dados equivalentes em relação ao conjunto de servidores da Secretaria. Em decorrência do contexto político, das disputas partidárias do momento eleitoral em que foram realizadas as entrevistas e demais contatos com a Secretaria, não foi possível acessar as informações em questão nem realizar o conjunto de entrevistas, proposto no início do trabalho.

Enfim, foram concluídas sete entrevistas no período de abril a agosto de 2008. Quanto ao perfil dos entrevistados, foram gestores e coordenadores dos programas de Atenção Básica da Assistência Social, alguns com atuação na Secretaria, desde 1993. Como não foi solicitado aos mesmos a autorização para divulgação de suas identidades, trabalharemos com a referência das gerências e coordenações. São elas:

- Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social;
- Gerência de Gestão da Política de Assistência social;
- Gerência de Proteção Social;
- Gerência de Proteção Social Básica;
- Gerência de Gestão dos Núcleos de Apoio às Famílias;
- Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação.

Quanto à organização, esta dissertação está estruturada em três capítulos.

O capítulo “REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS ACERCA DA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO SÓCIO-CULTURAL PARA AS MULHERES” apresenta um conjunto de reflexões teóricas sobre a perspectiva de superação da subordinação sócio-cultural das mulheres. Sua primeira seção aborda o modelo de Estado brasileiro e sua relação com os pressupostos de uma cultura patriarcal-escravocrata. Em seguida, destaca-se a questão da divisão sexual do trabalho doméstico como estruturante na organização da sociedade brasileira, na perspectiva de fundamentar subsídios para se discutir sua relação com a instituição de um viés familista nas políticas públicas no Brasil, pautado na feminização do cuidado.

As seções posteriores, ainda no capítulo “REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS ACERCA DA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO SÓCIO-CULTURAL PARA AS MULHERES”, abordam a relação entre as políticas públicas e as questões de gênero, numa perspectiva feminista. O debate sobre a relação entre autonomia *versus* dependência será destacado, como também os principais dilemas políticos contemporâneos balizadores dos eixos que fundamentam a desigualdade e a respectiva subordinação das mulheres na sociedade brasileira.

No capítulo “A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUJEITO FEMININO”, um dos principais objetivos foi abordar alguns parâmetros da organização da Política de Assistência Social, seus pressupostos, diretrizes políticas e eixos estruturantes.

Apresentamos uma contextualização do cenário político referente ao corte temporal proposto para esse trabalho - 1993 a 2004. Nesse período ocorreu, como já afirmamos anteriormente, a normatização da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS - associado à efetivação da Norma Operacional Básica da Assistência Social, para a efetivação de uma Política Nacional.

A quinta seção deste capítulo “A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUJEITO FEMININO” aborda a centralidade da família como pressuposto da gestão da política de Assistência Social para, em seguida, apresentar o que denominamos de “Falas do Estado ou o estado das falas sobre as desigualdades de gênero”. O objetivo foi apresentar a concepção dos sujeitos entrevistados, para este trabalho, sobre o viés familista e a valorização da feminização do cuidado nas políticas da Assistência Social. Para isso, foram recuperados os dilemas teóricos políticos elencados, nesta introdução, para a realização de sua articulação com as considerações resultantes do trabalho empírico.

A sétima seção buscou identificar a dimensão de gênero presente nos programas sócio-familiares, a partir do resultado do trabalho de campo.

O capítulo foi finalizado com um debate proposto por Soares (2004), sobre os eixos que deveriam ser combatidos pelas políticas públicas para a superação da subordinação feminina.

O capítulo “COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA” encerra o conjunto de discussões propostas para esta dissertação. Sua primeira seção traz dados sobre o processo de incorporação das questões de gênero na agenda política dos governos. Resgata a trajetória de realização das Conferências Mundiais das Mulheres, suas conquistas e a definição do período de 1975-1985 como a “Década da Mulher”, deflagrada pela ONU.

Retoma o processo de incorporação das questões relativas às mulheres à gestão da cidade em Belo Horizonte, percorrendo sua configuração desde os anos de 1980, com a instituição da primeira Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher, em 1985. Neste percurso, é destacado a criação do Conselho Municipal da Mulher, da Coordenadoria de Direitos da Mulher e dos serviços Centro de Apoio à Mulher Benvinda e a Casa Abrigo Sempre Viva.

A percepção de como as questões relativas à violência e à pobreza demarcam o viés das políticas voltadas para as mulheres fica explicitada.

A segunda seção apresenta um contraponto entre o que se apresenta como um programa de políticas para mulheres e o que seria, de fato, um programa de políticas para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Busca-se demonstrar como as políticas que se dizem focadas nas mulheres restringem-se, na maioria dos casos, à feminização do cuidado e à essencialização do papel da mulher como mãe-esposa para atuação no mundo das políticas públicas.

A terceira seção destaca a necessidade de articulação de uma ação governamental que não concentre as políticas públicas unicamente em uma instância ou área da ‘mulher’. Denominamos a seção como “A transversalidade quase sempre ausente”. Transversalidade entendida como uma proposta onde se busca respostas organizativas à necessidade de incorporar temas, versões, visões, enfoques, públicos, problemas e objetivos aos pressupostos e diretrizes políticas do Estado.

A quarta seção aborda a desconexão entre os programas e políticas da gestão da cidade.

A quinta seção propõe algumas interconexões possíveis entre os pressupostos feministas e as políticas públicas. Seu foco está voltado para o debate sobre a feminização da pobreza, a divisão sexual do trabalho doméstico e a perspectiva de construção da autonomia, para além da superação da dependência econômica, ou seja, para a superação da subordinação sócio-cultural das mulheres.

O trabalho é finalizado com uma discussão que ousa sugerir um processo de feminização do Estado, embasado na valorização de uma cultura filógena, capaz de garantir, às mulheres, reais condições de igualdade, participação e representação nas esferas pública e privada, o que só se configuraria pautado-se no combate a todas as formas de discriminação, desigualdades e contradições nas relações de gênero.

2 - REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS ACERCA DA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO SÓCIO-CULTURAL PARA AS MULHERES

Estudos feministas⁴ vêm desenvolvendo, há algum tempo, reflexões teóricas acerca do papel do Estado na constituição de identidades masculinas e femininas - com base nas ações estatais e políticas públicas - e revelam como essas ações interferem no modo como são produzidas e reproduzidas as relações de gênero, de modo a conservar padrões de subordinação ou a contribuir para o empoderamento das mulheres.

Objetivando uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do Estado na constituição das identidades masculinas e femininas na sociedade brasileira, iniciaremos este capítulo destacando a questão da divisão sexual do trabalho como estruturante na organização da sociedade brasileira, para que tenhamos subsídios para discutir sua relação com a instituição de um viés “familista” nas políticas públicas brasileiras, pautado na feminização do cuidado.

Também neste capítulo, abordaremos a relação entre as políticas públicas e as questões de gênero, sob uma perspectiva feminista. Nas seções três e quatro, trataremos dos dilemas políticos contemporâneos balizadores dos eixos que fundamentam a subordinação das mulheres na sociedade brasileira.

2.1 – O papel do Estado e o legado de uma cultura patriarcal-escravocrata

De acordo com Maria Thereza Nunes Martins Fonseca (2002), a partilha de responsabilidades pelo bem-estar social entre o Estado, o mercado e família têm sido uma questão de crescente relevância nas sociedades contemporâneas. Há um visível interesse pela articulação entre os espaços privado e público, fato associado ao enfraquecimento dos Estados de bem-estar e ao surgimento de novos riscos sociais, decorrentes, sobretudo, da crise fiscal do Estado, das transformações no mercado de trabalho e nas dinâmicas intrafamiliares, cada vez mais distantes das especificidades do funcionamento da família nuclear tradicional, com perfil homem-provedor e mulher-dona-de-casa. (FONSECA, 2002, p. 33).

4 Mariano (2007) apresenta algumas vertentes da teoria feminista referenciada no papel do Estado e sua relação com a condição de subalternidade das mulheres.

Para Soares (2004), o papel do Estado é determinante para a construção de parâmetros da igualdade entre os sexos, não só no processo de regulação das leis que coíbem a discriminação mas também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça.

Contudo, para estudos de diferentes vertentes do pensamento feminista⁵ o Estado é considerado como uma instituição patriarcal que reflete divisões de gênero, ao mesmo tempo em que as reproduz.

De acordo com Sylvia Walby, o patriarcado corresponde a um sistema de estruturas e práticas sociais através do qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres : “as a system of social structures and practices in which men dominate, oppress and exploit women”. (WALBY, 1990, p.19-20).

Conforme essa autora, trata-se de um sistema composto por seis estruturas sociais interdependentes, mas relativamente autônomas entre si que compreendem o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado, a violência masculina, a cultura e a sexualidade.

Sylvia Walby distingue duas formas distintas de patriarcado, embora interrelacionadas: o privado e o público. Conforme sua argumentação, o primeiro centra-se na produção doméstica como principal lugar de opressão da mulher e o segundo consolida-se em espaços públicos, como instituições laborais ou o Estado, onde “the exploration of women is performed more collectively than by individual patriarchs”. (WALBY, 1990, p. 24).

Sua tese opera com o fundamento de que o Estado molda as relações de gênero através de regulamentações relativas ao divórcio, ao casamento, ao aborto, à anticoncepção, à discriminação salarial, à sexualidade, à prostituição, à pornografia, ao estupro e à violência contra a mulher, entre outras.

Entretanto, a natureza patriarcal do Estado não é considerada estática. Walby (1990) afirma que forças dominantes modernizaram a posição feminina ao permitir a participação das mulheres no mercado de trabalho. Mas, simultaneamente, o Estado tem neutralizado as exigências feministas através de várias concessões que, embora melhorem a situação, não eliminam os obstáculos fundamentais para a igualdade feminina.

Em uma apreciação do comportamento dos Estados, os estudos feministas observaram que estes consideram a mulher e a família como um duo inseparável, no qual os problemas de uma se tornam os problema da outra, e com frequência, assumem políticas públicas contraditórias em relação às mulheres. Assim, por um lado, a necessidade de contar com elas

5 Destacamos os estudos de Walby (1990) e Pateman (1996).

como mães e esposas induz o Estado a formular projetos conservadores dos padrões patriarcais, por outro, a necessidade das mesmas como força de trabalho – ainda que explorável, barata e manipulável – cria oportunidades para que elas se insiram no mercado de trabalho, adquiram um relativo padrão de autonomia financeira e, eventualmente, questionem sua condição de subordinação.

Da mesma forma, tendências globais a favor de normas democráticas obrigam os Estados a oferecer direitos iguais para todos os cidadãos. Essas contradições criam janelas de oportunidades para possibilidades de transformação e ação organizada.

Walby (1990) salienta o papel do Estado no reforço das relações patriarcais e da opressão feminina. Tal situação acontece porque as mulheres, subordinadas no mercado de trabalho e na família, têm poucas oportunidades de acesso à representação política e, portanto, a sua voz está ausente dos órgãos legislativos decisórios.

Opondo-se às críticas que relevam a natureza rígida, estática e a-histórica do conceito de patriarcado, a autora enfatiza que, dada a interação particular que ocorre entre as seis estruturas propostas por ela, podem existir diversas configurações de patriarcado. Este pode assumir variações entre sociedades e tempos históricos diferentes, podendo variar a forma e o grau de subordinação e de exploração das mulheres. Walby (1990) entende que a intensidade das relações patriarcais vem sofrendo alterações, nos últimos 30 anos, em decorrência de uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, pela questão educacional – principalmente a universitária - pelo declínio das taxas de natalidade e fertilidade, entre outros.

A autora, a partir da análise efetuada, conclui que a forma de patriarcado se alterou com a passagem do século XIX para o XX: passou-se essencialmente do patriarcado privado - associado à exclusão das mulheres da esfera pública, para o patriarcado público, com expressão nas relações de segregação e subordinação existentes nas estruturas e no funcionamento das instituições públicas. (WALBY, 1990, p. 24).

Nesta mesma linha de discussão torna-se imprescindível recuperar o debate proposto por Carole Pateman, pesquisadora feminista referencial para os estudos sobre a dicotomia entre os espaços público e privado. Sobre as teorias políticas que tentam explicar a formação do Estado e da sociedade política, Pateman (1993) afirma que as versões sobre o contrato social desprezam a questão do contrato sexual, que estabelece o patriarcado moderno e a dominação dos homens sobre as mulheres. Na perspectiva da autora, o contrato social apresenta uma ficção política que funda a liberdade individual e universal, encobrindo a

existência do contrato sexual, portanto, as formas de dominação e de submissão em nossa cultura.

Para o nosso interesse em compreender o papel do Estado, na sua conexão com as discussões elaboradas por Walby (1990) e Pateman (1993), ressaltamos a importância de entender o modelo de Estado brasileiro, sem perder de vista o legado de um passado patriarcal-escravocrata.

Como bem sabemos, o Brasil possui uma cultura política de tradição autoritária e conservadora, distante de visualizar um modelo de Estado que seja, de fato, laico e democrático. Como defendem as teóricas feministas, o Estado Moderno foi construído através de um contrato social que exclui as mulheres ou, no máximo, as relega a uma sub-posição na sociedade. Carole Pateman (1993), nos fala do contrato sexual que deixou as mulheres subordinadas na hierarquia de gênero. Mais recentemente, Pateman escreveu sobre o contrato social moderno, onde busca demonstrar a substituição do patriarcado tradicional por uma ordem liberal democrática, num contrato fraternal entre homens, no qual as mulheres ainda permanecem em condição de subordinação.

Chamamos a atenção para um outro aspecto deste debate sobre o modelo de Estado brasileiro, no que se refere à exclusão das mulheres, na concepção teórica de cidadania, conforme Saraceno (1997), que enfatiza que a posição das mulheres na sociedade é uma construção interna à própria cidadania – “dependente tanto das circunstâncias da vida feminina como das da vida masculina, tal como são recíproca e interdependentemente definidas” (Saraceno, 1997, p. 208).

Para Lavinias (1997), os homens são pensados como indivíduos e não numa relação de complementariedade: “As mulheres, ao que parece, não conseguem individualizar-se a não ser de forma sexuada, isto é: não como indivíduos, mas como indivíduos mulheres, que escapam pois ao caráter universal do conceito de indivíduo, e portanto, de cidadão” (Lavinias, 1997, p. 180).

A doutrina liberal, de acordo com Lavinias (1997), assenta-se sobre a dissociação das esferas da produção e da reprodução e dicotomicamente opostas na relação público-privado. De um lado a família como paradigma do privado, espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, lugar do feminino e da subjetividade. De outro lado, o domínio do público, dos interesses impessoais, portanto civis e universais, “*lugar da política e dos negócios, arena exclusiva dos homens*”. Assim, enquanto a esfera privada implica em relação de dependência,

a esfera pública é marcada por pressupostos igualitários que caracterizam a relação de cidadãos independentes entre si.

De acordo com autoras feministas como Saraceno (1997) e Soares (2003), as mulheres tiveram sua cidadania retardada e prejudicada pelos interesses da comunidade familiar e também pela diferença com os homens cidadãos. Ou seja, as mulheres, companheiras e mães de cidadãos, por uma questão política - desde a sua origem - mantiveram-se excluídas das decisões e dos direitos.

Saraceno (1997), destaca ainda a relação entre o fenômeno da dependência econômica das mulheres com a divisão do trabalho - dentro do casamento, não só como prática, mas também como modelo em que se inspiram, tanto as estratégias individuais de homens e mulheres, quanto a própria organização do trabalho e carreiras, assim como o sistema de previdência social e a organização do trabalho. A autora discorre sobre o uso do tempo empregado no trabalho remunerado entre homens e mulheres e entre os níveis de remuneração. Suas reflexões demonstram como essas diferenças derivam do cruzamento das estratégias de gênero que homens e mulheres põem em ação como casal, em razão de seus fundamentos culturais e práticos na divisão do trabalho entre os sexos e, simultaneamente, na atribuição assimétrica de valor e poder atribuído aos sexos. (SARACENO, 1997, p.215).

Portanto, para Saraceno (1997), o paradoxo da “dependência feminina” consiste no fato de que as mulheres “dependentes” assim o são porque outros dependem delas. Contudo, a construção social de gênero feminino, como estrutura simbólica e também de expectativas sociais e individuais, torna precária a cidadania das mulheres, pois pressupõe a elas que paguem o preço do “cuidado”, desvalorizado como fonte de direito e de *status* de cidadania.

A concepção de cidadania fragilizada de Soares (2003), parte, tal como em Saraceno, de uma reflexão crítica sobre as separações entre o público e o privado, além da divisão sexual do trabalho. Soares (2003) discute como as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando sua atuação a este lócus. Essa situação acaba por condicionar, “um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem ainda uma relativa autonomia em relação à família” (SOARES, 2003 p.91).

Ainda sobre a discussão sobre o modelo de Estado brasileiro, de acordo com Goldani (2002), os pressupostos do modelo do Bem Estar Social no Brasil diferem daqueles comuns

aos países industrializados e, apesar das diferenças com relação aos outros países da América Latina, apresentam, em comum, o fato de que seus programas não se caracterizam, plenamente, pela universalização e equidade.

A maior visibilidade das famílias, como elemento central de apoio nos diversos modelos de Estado do Bem Estar, se deu com a discussão das feministas sobre o potencial emancipatório das políticas sociais para as mulheres, a partir dos anos de 1970. Ao enfatizar que a contribuição das mulheres para o *Welfare State* vai além da provisão de serviços de cuidado com os dependentes, o movimento feminista chamou a atenção para os pressupostos dos diferentes modelos de *welfare state* e de políticas sociais. De acordo com a autora, a identificação da família com a mulher, a divisão dos papéis femininos e masculinos, na base da divisão do trabalho, fazem com que as mulheres, em sua maioria, tenham direitos, não como cidadãs, mas como mães e esposas. As evidências sugerem que às mulheres coube parte substancial do elevado custo social deste processo e que as famílias, em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão-de-obra, bem como as famílias com chefes mulheres com filhos pequenos foram as mais afetadas.

Na seção posterior abordaremos a questão da divisão sexual do trabalho, na perspectiva de relacioná-la ao papel do Estado e sua conformação nos moldes do sistema patriarcal. Destacaremos o debate proposto por Hirata (2004) acerca da problemática da “dominação” para a reflexão feminista. Para a autora, algumas questões norteiam esse debate: O que move as mulheres à servidão doméstica? Helena Hirata afirma que o lugar do “modo de produção doméstico”, fundado sobre a opressão das mulheres, parece central nessa reiteração da dominação, nessa permanência da divisão sexual do trabalho, no espaço e no tempo.

Por que o trabalho doméstico é e continua a ser realizado, no interior da família e do casal, gratuitamente e “voluntariamente” pelas mulheres? Por que, mesmo aquelas que possuem uma “consciência de gênero” “consentem” em reproduzir essa relação assimétrica? Hirata (2004) sugere uma revisão das noções de “servidão voluntária” e de “consentimento à dominação”, sobre a relação entre sentimento amoroso e trabalho das mulheres. Não é, entretanto, objetivo desta pesquisa realizar a análise sugerida pela referida autora, utilizamos sua argumentação como articulação da seção seguinte sobre a divisão sexual do trabalho.

2.1 1- As mulheres e a divisão sexual do trabalho

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas antes de tudo, ‘construções sociais’. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso do trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2003, p. 55)

Como enfatiza Pateman (1996), a dicotomia entre o privado e o público ocupa um papel de destaque nos quase dois séculos de produção e luta política feminista. E baseia-se na relação estreita e complexa estabelecida entre a teoria feminista e o liberalismo. Ambas as doutrinas possuem raízes ligadas à emergência do individualismo como teoria geral da vida social, embora se sustentem sob posturas antagônicas.

De uma maneira geral, as feministas sustentam que o liberalismo está estruturado tanto por relações patriarcais como por relações de classe. Também a dicotomia entre público e privado oculta a sujeição das mulheres aos homens, dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista.

Em teoria, de acordo com Pateman (1996), o patriarcado e o liberalismo seriam doutrinas irrevogavelmente antagônicas entre si, já que o liberalismo apresenta-se como uma doutrina baseada nas liberdades individuais enquanto o patriarcado fundamenta que as relações hierárquicas de subordinação seguem as características naturais das relações entre homens e mulheres.

A crítica feminista contemporânea à dicotomia entre público e privado baseia-se na mesma premissa lockeana de que a vida doméstica é privada por definição e rechaça a suposição de que a separação entre privado e público resulta de uma correta compreensão da vida social liberal. As duas esferas, percebidas como separadas, estão intrinsecamente interrelacionadas. Dito nas palavras da autora: “são duas caras da mesma moeda” e consagram o que a autora define como patriarcalismo liberal. (PATEMAN, 1996, p. 35).

As relações de exploração, dominação-subordinação e desigualdade marcam, desde a implantação da colonização, a sociedade brasileira. A desigualdade é estruturante em sua organização social, suas marcas são indiciais e podem ser lidas nas relações sociais, nas trocas, nas interações, no que é culturalmente produzido e posto em circulação nos discursos, nos símbolos, nas representações sócio-culturais.

O doméstico, o espaço privado, a casa, na tradição patriarcal, define o lugar da construção da identidade das mulheres e camufla as desigualdades das relações sociais de sexo, pela divisão sexual do trabalho, consolidando assim a esfera doméstica como o espaço da produção da feminilidade(entendida como sinônimo de dependência, da fragilidade e da afetividade).

Assiste-se, hoje, como aponta Helena Hirata, à emergência de um “novo paradigma de divisão sexual do trabalho profissional”. Entretanto, se entendermos por “trabalho” não apenas o profissional como também o doméstico, este novo paradigma não requer apenas uma nova divisão sexual do trabalho profissional, mas também do trabalho doméstico. Além da integração do trabalho doméstico, vale destacar que a divisão sexual do trabalho é indissociável da divisão sexual do poder e do saber. Enquanto a atribuição das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair exclusivamente sobre as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não serão ameaçadas em seus fundamentos. (HIRATA, 2002, p. 25).

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. (...) A socialização dos filhos constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade permite à mulher que delegue esta função a outra pessoa da família ou a outra mulher expressamente assalariada para este fim. (SAFFIOTI, 1984. p. 11).

Como já fora dito anteriormente, a desigualdade de gênero associa-se também a categorias e relações sociais que correspondem a um conjunto de valores e expectativas de desempenho de certos papéis sociais. De fato, a divisão sexual do trabalho doméstico, segundo Pateman (1993), pressupõe um contrato sexual mediante o qual homens e mulheres entram no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes. Assim, o contrato do casamento os libera das responsabilidades domésticas e inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar. Por sua vez, as mulheres, quando entram no mercado não estão livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico. Portanto, a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado, das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários, no acesso à vida pública.

De acordo com Suely Kofes (2001), o doméstico, na sociedade brasileira, define papéis e funções relacionados à família e à unidade doméstica: mãe, filha, esposa, dona da casa. A unidade doméstica, a esfera privada, o lócus da mulher é também o lugar da ‘mãe’, da reprodução, do cuidado e do afeto, da esposa, da conjugalidade, também da sexualidade. É o lugar da dona de e da casa, da responsável – sempre “ela” – pela manutenção do lar, dos cuidados com a alimentação, a limpeza, as crianças, os idosos, a educação (que reproduz e naturaliza este mesmo padrão de relações). Espaço doméstico que pressupõe, idealmente, que estas posições, papéis e funções combinados, sejam atribuídos a uma mulher a cada geração. Doméstico como um lugar espacial - unidade doméstica e seu caráter estrutural - o da definição do universo atribuído à mulher e comum às mulheres, patroas e empregadas. (KOFES, 2001).

Como podemos perceber, a divisão sexual do trabalho é um dos campos de análise das relações sociais de gênero que se toma como consequência das relações patriarcais. Podemos afirmar que as relações de gênero configuram uma determinada divisão sexual do trabalho, como também estas desnudam elementos que as caracterizam.

A inserção das mulheres no mundo do trabalho é um elemento chave no processo de construção de sua autonomia. As desigualdades, assimetrias e hierarquias observadas nas relações sociais, rearticulam-se constantemente com as múltiplas contradições que perpassam a sociedade, tensionado-a, como as questões referentes à raça e à classe dos indivíduos.

Neves (2000), destaca a discussão fundamentada por Hirata (2003) relacionada à tese da co-extensividade das relações de classe e de sexo que se utilizam do conceito de “sujeito sexuado”. (KERGOAT, 2003, p. 59), inserido numa rede intersubjetiva.

De acordo com Magda Neves, essa abordagem permite analisar não só as relações de classe, como também as relações sociais de sexo, os atores individuais e coletivos, questionando o sujeito masculino como universal e repensando várias categorias sociológicas:

Esses estudos, ao salientarem o escamoteamento da dimensão sexuada nas relações de trabalho, explicitam as políticas implementadas nos locais de trabalho, que discriminam e hierarquizam as mulheres em situação de desigualdade. (...) As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino. Essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes nas diferentes esferas da sociedade. (NEVES, 2000, p. 174).

E em relação às inovações tecnológicas e mudanças no processo produtivo, a autora destaca ainda a percepção de que as dimensões históricas e culturais da qualificação

expressam as relações de gênero na sociedade, em que as mulheres ocupam, na maioria das vezes, situações de subordinação. (NEVES, 2000).

É nesse sentido que introduzimos este capítulo, na perspectiva de relacionar o papel do Estado com a instituição de um viés “familista” nas políticas públicas brasileiras, pautado na feminização do cuidado.

E como Sorj (2004, p. 146) enfatiza em seu estudo, é necessária a renegociação do “contrato sexual”, pautando-se na premissa de que “a mudança nas relações de gênero precisam começar dentro de casa”, tornando mais equilibrada e justa a repartição das tarefas domésticas entre os sexos.

2.2– O debate contemporâneo: feminização do cuidado e instituição de uma política familista

Na perspectiva de se problematizar a concepção de sujeito feminino presente nos programas e políticas públicas de um governo que se autodefine como “democrático-popular”, abordaremos algumas reflexões teóricas, referenciadas no processo de feminização do cuidado, com relação ao espaço doméstico e ao núcleo familiar, para que tenhamos condições de articular a discussão proposta na seção anterior, no capítulo em que se dará a análise da pesquisa realizada.

Como apontam Carloto e Mariano (2008), em pesquisa similar à desenvolvida nesta dissertação, mas focada no Programa Bolsa Família, um primeiro passo para uma investigação dessa envergadura seria levar em consideração a importância de desnaturalizar a família e os sujeitos sociais.

A naturalização da instituição família e a dificuldade em entendê-la como construção social devem-se, conforme fundamenta Saraceno (1997, p. 12), ao fato de que a família é, ao mesmo tempo, espaço físico, relacional e simbólico, que se revela como um dos lugares privilegiados da construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente naturais.

Essas imagens, reforçadas por um processo de naturalização, são encontradas não só nas relações pessoais cotidianas, mas também nos princípios e práticas que norteiam a formulação da legislação, das políticas sociais, “quer se fale em recuperar valores familiares,

de encorajar a solidariedade familiar, ou, inversamente, de uma família que expulsa os seus membros doentes ou necessitados”. (SARACENO, 1997, p.13).

A família, como afirma Lavinias (1997), tornou-se o paradigma do privado, o espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, o lugar do feminino e da subjetividade. Com isto, ela passou a ter um importante papel ideológico, senão fundamental, transmitindo os valores da moral burguesa, socializando as crianças, promovendo os cuidados dos velhos e dos membros doentes.

Podemos notar que esse lugar contraditório entre o mundo público e privado adquire contornos específicos de acordo com o grupo social ao qual nos referimos. Neste caso, as famílias pobres, especialmente aquelas beneficiárias de programas assistenciais, vivenciam de modo particular a contradição entre os limites das intervenções do poder público e o reduto da intimidade e da privacidade.

De modo geral, entende-se por “boa família” o arranjo que cuida bem de seus membros, mantendo bons vínculos afetivos, bem como sua provisão. Tal pressuposto, combinado com o quesito de classe constitui boa parte da base conceitual das políticas sociais, incluindo-se os programas e serviços de assistência social. A lógica produzida entende que as famílias pobres precisam de orientação, informação e educação para esse cuidar. Dessa forma, ao conquistar essa condição de boa cuidadora, a família estaria potencializada para a autonomia, para o exercício da cidadania e para a emancipação.

Estes conceitos e categorias – autonomia, cidadania e emancipação – são tratados de forma generalizada nos documentos oficiais dos governos que instituem as políticas públicas, como se fossem categorias axiomáticas e transparentes. É desse modo que os encontramos nos documentos que traçam as diretrizes da política de assistência social e na prática cotidiana dos profissionais (como demonstraremos no capítulo “COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA” desta dissertação).

Como destaca Lia Zanotta Machado, em resposta às críticas formuladas por Pierre Bourdieu ao campo dos estudos feministas, “a novidade deste campo não é a sua temática, mas sim as perspectivas de análise”. (MACHADO, 1994, p. 4).

Ainda de acordo com Machado (1994), a “inventividade” dos estudos feministas se assenta na perspectiva da escolha de um olhar situado e nucleado a partir da posição das mulheres na sociedade.

Conforme Scott (1999, p. 14), para se “modificar a representação de outros grupos deixados fora da história em razão da raça, etnicidade e classe, tanto quanto em razão do gênero”, é necessário elaborar uma análise da discriminação que inclua as próprias categorias,

examinando-as de um novo ângulo. Dentre as categorias sociológicas colocadas sob novo exame pelos estudos feministas, destacam-se as de sujeito/identidade, masculino/feminino e público/privado.

Um ponto crucial dessa produção, presente nas teorizações de gênero⁶, é a crítica e rejeição ao essencialismo, conseqüência também do binarismo. Autoras como Mouffe (1999, 2003), Scott (1999) e Butler (1998/2003) destacam que a crítica ao essencialismo abandona a categoria de sujeito como a entidade transparente e racional que poderia outorgar um significado homogêneo à ação. Isto nos permite pensar o sujeito como plural, heterogêneo e contingente.

Os estudos feministas – ao criticarem o viés familista das políticas sociais - consideram que tanto o universalismo, quanto o binarismo, produzem hierarquias e subordinações nas relações sociais. (MARIANO, 2005a)

Joan Scott destaca a necessidade de teorias que nos permitam pensar em termos de pluralidades e diversidades, em lugar de unidades universais. Forjar teorias que rompam o esquema tradicional das velhas tradições filosóficas ocidentais, baseadas em esquemas binários que constroem hierarquias, como a destacada entre o universo masculino e as especificidades femininas; “que nos permitam articular modos de pensamento alternativos sobre o gênero e que sejam [...] úteis e relevantes para a prática política”. (SCOTT, 1999, p.203).

A repressão das diferenças no interior de cada grupo de gênero, como destaca Butler (2003), funciona para construir as reificações do gênero e da identidade, alimentando as relações de poder e cristalizando as hierarquias sociais. Nesse sentido, a categoria ‘*mulheres*’, ao pretender ser globalizante, torna-se normativa e excludente, ignorando outras dimensões que demarcam privilégios, tais como as dimensões de classe e de raça.

Chantal Mouffe, considera que a rejeição do essencialismo e a inclusão das diferenças são questões cruciais para a realização de um projeto de democracia plural e radical, por meio da desconstrução das identidades essenciais, como “condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais onde se teriam que aplicar os princípios de liberdade e igualdade”. (MOUFFE, 1999, p. 32). Nessa interpretação, as lutas políticas contemporâneas têm seus conflitos e antagonismos marcados por sujeitos

⁶ Utilizamos “gênero”, como nova proposta teórico-conceitual de acordo com a definição apresentada por Marlise Matos: dimensão que enfatiza traços da construção histórica, social e sobretudo política e que implicaria em uma análise relacional frente à “necessidade de desconstrução de binarismos estéreis que facultam lugares fixos e naturalizados para os gêneros”. (MATOS, 2008, p.03).

constituídos por um conjunto de posições. A identidade de tal sujeito, múltiplo e contraditório, é construída discursivamente por vários componentes como sexo, raça, etnia, classe, idade e sexualidade, entre outros, e conforme observações de Scott (1990), o componente de gênero não se apresenta como determinante, em relação aos outros.

Nesse sentido, para Scott (1999), essas questões devem ser tratadas como estratégias políticas definidas em cada contexto discursivo particular.

Chantal Mouffe, referindo-se ao pluralismo extremo e criticando-o, afirma que “ciertas diferencias se construyen como relaciones de subordinación y, en consecuencia, deberían ser cuestionadas por una política democrática radical”. (MOUFFE, 2003, p. 37).

Com isso, Mouffe (2003) propõe limites à celebração das diferenças, uma vez que muitas delas constroem subordinação. Assim também devemos pensar a maternidade enquanto celebração de uma diferença das mulheres em relação aos homens, visto que é, ainda, uma identidade essencial. Formulando em outros termos, Boaventura de Sousa Santos propõe o princípio segundo o qual “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. (SANTOS, 2004, p.34).

Apesar das diferenças e das nuances, por vezes difíceis de serem apreendidas, percebemos um ponto comum entre Mouffe (2003), Butler (2003) e Scott (1999), em torno do entendimento de que a saída para esses problemas entre igualdade e diferença, rejeição do essencialismo e das normatizações, está na manutenção dos conflitos. Para Mouffe (2003) e Butler (2003), a articulação no campo político, caso se pretenda democrática e não essencializada, deve pressupor a existência de conflitos.

Segundo a concepção de Chantal Mouffe, devemos reconhecer que o paradoxo entre liberdade e igualdade, que é também o paradoxo entre diferença e igualdade, é inerente à democracia moderna, pois esta tenta conciliar duas tradições distintas: a tradição liberal (que dá margem às reivindicações pela liberdade e diferença) e a tradição republicana (que dá margem à defesa da igualdade). De acordo com sua análise, entre essas duas tradições, não existiria uma relação necessária: “sólo una imbricación histórica e contingente”. (MOUFFE, 2003, p. 20).

Nenhuma dessas alternativas, entretanto, é uma resposta acabada. As discordâncias entre pensadoras feministas, fundamentais para o conhecimento e a prática feministas, longe de apontar para uma solução do problema da igualdade e da diferença, contribuem para o constante questionamento do fazer acadêmico e político.

2.2.1– Políticas Públicas e a perspectiva de gênero: uma abordagem feminista

A definição desta seção justifica-se pela relação que a mesma buscará estabelecer com a discussão pertinente a esse capítulo: a perspectiva feminista frente à instituição de políticas públicas de cunho familista, embasadas na feminização do cuidado. Destaco as autoras Matos (2005), Scavone (2007), Fraser (1997, 2001, 2002, 2003, 2007a, 2007b), Saffiotti (1984 e 2004), Machado(2000), Mariano (2007), Scott (1990, 2005), como principais referências teóricas nessa discussão.

Marlise Matos, propõe-se a discutir a delimitação teórico-conceitual dos estudos de gênero, não mais como conceito, ferramenta ou construto analítico, mas como campo novo para as ciências humanas e sociais, numa perspectiva de postular uma ciência com caráter multicultural e emancipatório:

Trata-se de revelar minha inquietação com o processo de difusão pelo qual passa o conceito (...) mas, além disso, de visar o resgate, dentre uma miríade de opções, de um caráter crítico-reflexivo radical à condição de subordinação, opressão e subalternização das mulheres – evidenciado pela adesão ao que aqui defenderei como campo de gênero e feminista, onde se articulariam, por sua vez, as teorias de gênero – perspectivando, pois, este campo por um viés emancipatório. (MATOS, 2005, p. 02).

Matos (2005) constata que, através de significados e ressignificações que transversalizam as dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica, gênero tem tido o papel de denunciar e de desmascarar – nas ciências humanas - as estruturas modernas de opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista que operam em espacialidades e temporalidades distintas de realidade e condição humanas.

Afirma que é reconhecido que o pensamento feminista não se constitui em um corpo unificado de conhecimento, mas enfatiza que seria fundamental que todas as distintas correntes partissem de um ponto comum que seria o da *subordinação da mulher ao homem*, para entender e explicitar, realacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente.

Ressalta também as críticas feministas ao potencial politicamente desmobilizador do conceito de gênero e o risco de se perder de vista a situação política de opressão vivida pelas

mulheres, em prol de uma multiplicação das diferenças de gênero – o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamente feminista.

Marlise Matos retoma a discussão de Bordieu sobre as noções de campo científico para fundamentar os estudos de gênero como um campo legitimado do saber científico. A noção de campo de Bordieu é um instrumental de análise relacionado aos mais diversos sistemas sociais que têm peculiaridade de fazer interagir as chamadas estruturas da sociedade e a sua dimensão subjetiva. Neste sentido, Marlise Matos afirma que o que se coloca de novo pela pauta deste campo, recentemente forjado pelos estudos de gênero e feministas, é a questão da diversidade e do pluralismo, numa visada complexa e paradoxal, por imediata oposição aos binarismos de todas as ordens:

O aporte e contribuição do campo de gênero feminista é declarar a infinita capacidade humana (...) de interpelar, de recolocar, de ressignificar permanentemente os conteúdos e as formas daquilo que se apresenta como contingentemente universal, ciências em permanente devir, no deslizamento da norma hierárquica, na constante problematização das hierarquias e das subordinações, na crítica contumaz às opressões de todas as ordens, enfim, na e pela transgressão multicultural emancipatória como método. Refiro-me pois a uma epistemologia da transgressão emancipatória e permanente do cânone, da tradição. O campo de gênero e feminista é um dos campos da modernidade tardia e radicalizada que cumpriram muito bem a meu ver o papel de ir além, destradicionalizando sempre. (MATOS, 2005, p. 12-13).

Assim, Marlise Matos define sua proposta, afirmando que desmistificar a “neutralidade” da ciência seria tão importante quanto denunciar a atuação supostamente “neutra” do Estado. E argumenta que estas são conquistas que vêm sendo empreendidas pelo campo de gênero e feminista: “Os governos têm sim, efetivamente, o poder de interferir direta e imediatamente na vida das pessoas (e em especial das mulheres) mas que, nem sempre, infelizmente, estas intenções estão claramente apresentadas”. (MATOS, 2005, p. 15).

Na mesma linha de pensamento, Scavone (2007), em artigo recente, inicia sua argumentação, destacando que sugerir que os estudos de gênero e feministas constituam-se em um campo científico representa um processo pleno de tensões que se manifestam de acordo com as forças políticas em jogo, tanto no espaço acadêmico, como no espaço militante e, também entre estes dois.

A questão central de sua discussão, assim como Matos (2005), refere-se à cientificidade deste campo de estudos e seus limites. Para isso retoma seus fundamentos históricos, teóricos e políticos. Seu texto, baseado em fontes diversas da experiência feminista francesa, analisa as atuais tendências teóricas, militantes e temáticas destes estudos no

contexto francês-europeu e suas conexões internacionais, além de destacar os contrapontos existentes entre as teorias francesas e anglo-americanas e seu desenrolar histórico.

De acordo com a Scavone (2007), historicamente, os estudos e pesquisas sobre “as mulheres” tiveram um impulso e multiplicaram-se paralelamente à eclosão de uma nova fase do feminismo, especialmente na Europa pós-1968 e nos Estados Unidos, com uma proposta de autonomia política e de crítica radical ao ‘patriarcado’. E sua emergência estaria contextualizada na configuração de uma sociedade urbano-industrial moderna, marcada pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e pelo advento da contracepção medicalizada e segura. Além das contradições do espaço privado, até então abafadas, que passaram a emergir na vida pública.

Destaca-se a publicação, em julho de 1970, na França do número especial da revista “*Liberation des Femmes \ Annèe Zero*”, como uma espécie de manifesto do ideário desta nova onda feminista ao afirmar que o “privado é público”. (HANISH APUD SCAVONE, 2007, p. 07). Com militantes ligadas aos partidos de esquerda, observa-se nesta publicação, um diálogo das novas idéias feministas com a nova esquerda. Percebe-se a reutilização de categorias marxistas no estudo da opressão feminina, o que levou a uma análise totalmente ausente dos estudos marxistas clássicos, no que diz respeito ao trabalho doméstico no capitalismo.

A autora destaca que o primeiro encontro entre os dois tipos de experiência – a militante e a acadêmica – ocorreu na Universidade de Paris, em 1975. Entretanto, pondera sobre a falta de consenso entre as acadêmicas e militantes, considerando que as reflexões feministas em direção à Universidade, além da definição de novas pesquisas nas ciências humanas, fora fruto de um triplo movimento: a participação de mulheres cientistas no movimento feminista, a feminização de disciplinas como História e Sociologia, com a entrada de uma nova geração, sensível ao feminismo e pela maior participação das mulheres nas profissões científicas em geral.

Se a relação entre o movimento feminista e os estudos teóricos não se deu sem tensões, Scavone (2007) afirma que foram as idéias feministas radicais, da década de 1970, contra uma ordem política familiar, sexual, doméstica e social tradicionais que deram impulso à possível construção de um campo de estudos feministas e de gênero e lembra o que fora dito por Guillaumin (1982): “tornar-se um objeto na teoria foi uma consequência necessária de ter-se tornado sujeito na História”. (GUILLAUMIN APUD SCAVONE, 2007, p. 11).

Em nível político e internacional o reconhecimento da luta feminista, de suas idéias e reivindicações é referendado em 1975, pela ONU, com o Ano Internacional da Mulher,

ocasião em que se proliferaram, pelo mundo, publicações sobre o tema nas mais diferentes abordagens. De acordo com Scavone (2007), a partir dos anos de 1980, inicia-se a institucionalização dos estudos feministas na França, o que coincide com o refluxo da militância. Esse processo de institucionalização gerou divisões e conflitos entre as próprias militantes e uma cisão entre um feminismo voltado para ação e, um outro, que buscava, através do conhecimento, contribuir para subverter a ordem hegemônica dominante. No Brasil, os estudos feministas e de gênero acompanharam a luta dos movimentos feministas no país, com destaque para o período de transição pela democratização do sistema político e, posteriormente na década de 1990 e nos anos 2000.

A autora destaca que a teoria do feminismo francês dos anos de 1970 é classificada em geral, por uma oposição histórica entre o feminismo universalista (ou igualitarista) e o feminismo da diferença. A situação, entretanto, apresentaria características mais complexas, já que esta divisão haveria encoberto outras, dentro do próprio feminismo marxista. Nesse sentido, discussão entre igualdade e diferença apresenta-se como histórica, paradigmática, no feminismo, em todos os países, já que coloca em questão os meios pelos quais a ordem social estabelecida poderá ser transformada, partindo da hipótese do caráter transformável das relações entre os sexos e de suas definições.

Um texto de Scott (*L'énigme de l'égalité*) é publicado em 1992 na revista e trata com excelência a questão da interdependência entre a igualdade e a diferença, demonstrando que os termos da exclusão que fundam a discriminação são ao mesmo tempo repelidos e reproduzidos na luta pela inclusão. Scott citada por Scavone (2007) defendia a necessidade de se reconhecer e manter uma tensão entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, percebendo-os não como conceitos opostos e sim pela existência de interconexões entre eles. Assim, indivíduos e grupos, igualdade e diferença não seriam opostos, mas conceitos interdependentes, necessariamente em tensão. Neste sentido, essas questões só poderiam ser abordadas sob o pressuposto de que as relações entre grupos e indivíduos consiste em um processo constante de negociação em contextos históricos que se transformam. Scott citada por Scavone (2007) propõe então a necessidade de compreensão de como os processos de diferenciação social operam para desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas mas como efeitos de processos políticos e sociais.

Outro artigo publicado na revista francesa que é destacado por Scavone (2007) é o de Fraser que, ao propor a análise das “diferenças cruzadas múltiplas” (gênero, raça, classe e sexualidade), retoma o debate feminista sobre a oposição igualdade e diferença, buscando

uma saída que articule as políticas do reconhecimento (identitárias) com as políticas de redistribuição. Considera-se que o multiculturalismo e o anti-essencialismo não conseguem estabelecer a ligação entre uma orientação cultural fundada sobre a identidade e a diferença e uma política social de justiça e igualdade. Essa separação seria, para Nancy Fraser, o impasse atual do movimento feminista. Assim, ela propõe “passar para uma outra fase do debate sobre a diferença que visaria ligar a orientação política fundada sobre a diferença cultural à uma política de igualdade social”. (FRASER APUD SCAVONE, 2007).

Lucila Scavone conclui seu texto afirmando que as questões políticas das desigualdades e das diferenças não estão estagnadas. “Política, teoria e ciência caminham juntas e se retroalimentam. O acúmulo do conhecimento – teórico e empírico – dos estudos feministas e de gênero, por si só já estariam configurando um campo científico”. (SCAVONE, 2007, p. 20)

Prosseguindo nesta linha de pensamento, destaco a discussão apresentada por Mariano (2007) sobre a relação entre o familismo e o feminismo. Destaca-se a tendência de priorização dada à luta pela melhoria das condições de vida das famílias e comunidade, na implementação de políticas para as mulheres, tanto na gestão dos governos, como também nas demandas dos movimentos organizados. Mariano (2007) coloca em questão a necessidade de se analisar se essa tendência contribui para modificar ou reforçar os papéis tradicionais de esposas e mães das mulheres, naturalmente relacionadas ao universo do mundo doméstico.

Seu texto destaca um certo avanço da ‘demanda de mulheres’ para ‘demandas para mulheres’, no decorrer das últimas décadas, entretanto demonstra que as intervenções do Estado, focalizadas nas necessidades das mulheres (como é o caso dos projetos de geração de renda), configuram-se ainda como necessidade prática, visando minimizar as dificuldades das mulheres dentro do padrão das relações de gênero, sem atacar diretamente a questão da subordinação feminina.

Assim, a abordagem das políticas que se dizem direcionadas às mulheres estariam tematizando a situação de pobreza dessas mulheres, mais do que sua situação de subordinação. E, como consequência, as demandas feministas estariam se transformando em familismos que, no processo de tradução político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento das famílias.

Silvana Aparecida Mariano percebe, assim, o destaque da “família” como foco de preocupação das políticas que se apresentam como direcionadas às mulheres e explicita o relativo silêncio sobre a condição de subordinação em que essas mesmas mulheres se encontram: “as experiências institucionais ao se apropriarem da categoria gênero a empregam

como contraponto ao feminismo, refletida na redução de seu conteúdo crítico sobre a subordinação feminina”. (MARIANO, 2007, p. 04).

Destaco esse debate por sua relevância para a análise proposta por este estudo acadêmico, ao focar os programas desenvolvidos pela Política de Assistência Social, cujas ações voltam-se, prioritariamente, para a questão do resgate e fortalecimento dos vínculos familiares.

Na perspectiva da autora, haveria um certo deslocamento entre as preocupações discursivas e as atividades de fato desenvolvidas pela ação governamental. Entretanto, a autora pondera que a visão familista⁷ pode ser também uma política estratégica visando atrair mais aliados para seus interesses de empoderamento das mulheres, legitimando-os pelos benefícios indiretos à toda família e sociedade. Neste caso, o reforço da família não representaria, necessariamente, o reforço do papel tradicional da mulher, pois é possível atribuir-lhe um papel ressignificado, com maior poder no interior da família.

Silvana Aparecida Mariano conclui seu trabalho deixando a seguinte reflexão: “como uma instituição como a família pode abarcar, simultaneamente, o projeto de um papel diferenciado para as mulheres, com maior autonomia e poder, dentro e fora da família?”. (MARIANO, 2007, p. 16).

Pela pertinência da retomada da discussão proposta por Mariano (2007) com o tema dessa dissertação, retomaremos sua fundamentação no capítulo “COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA”, em que se dará a análise da pesquisa qualitativa, realizada junto aos programas sócio-familiares da Assistência Social, na cidade de Belo Horizonte.

De acordo com Nancy Fraser, gênero aparece como uma diferenciação de status, enraizada na ordem de status da sociedade. Segundo essa autora, gênero codifica padrões culturais de interpretação e avaliação já disseminados, que são centrais na ordem de status como um todo. Nesse sentido, uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo: um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo o que seja codificado como feminino. (FRASER, 2002).

Falar em políticas públicas de gênero é, por isso, diferente de falar em políticas públicas para as mulheres. As políticas de gênero consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem

⁷ Mariano (2007) destaca os trabalhos de Alvarez (2000) e Jelin (1995) sobre o viés familista nas políticas públicas.

presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social: a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam diferença de gênero de modo simples e inevitável. (WALBY, 2004). Configura-se, portanto, em uma política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não, necessariamente, seu empoderamento e autonomia.

Fraser (2007 a), relembra que as teorias feministas de gênero passaram de concepções parcialmente marxistas, centradas no trabalho, para concepções “pós-marxistas”, tendo como base a cultura e a identidade, refletindo um movimento político mais amplo da redistribuição para o reconhecimento. De acordo com a argumentação da autora, por um lado, essa perspectiva alargou a política feminista para abranger temas legítimos de representação, identidade e diferença. Entretanto, no contexto de um neoliberalismo ascendente, as lutas feministas por reconhecimento serviram menos para enriquecer as lutas por redistribuição do que para substituí-las.

Fraser (2007a), propõe, então, uma concepção ampla de justiça, capaz de abranger tanto distribuição quanto reconhecimento, e uma abordagem não-identitária do reconhecimento, capaz de operar junto com a redistribuição.

A autora demonstra como essas indagações refletem falsas antíteses e defende que a *Justiça*, em sua concepção, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento. Sustenta a argumentação de que os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular, o que implicaria na elaboração de um conceito amplo de justiça, capaz de acomodar, tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social, quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença.

Propõe, nesta perspectiva, uma análise alternativa do reconhecimento, tratando-o como uma questão de status social. Assim, o que exigiria reconhecimento não seria a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. O não reconhecimento, conseqüentemente, não significaria depreciação e deformação da identidade de grupo, pelo contrário, representaria a subordinação social, no sentido de ser privado de participar como um igual na vida social.

Reparar a injustiça certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa mais uma política de identidade. No modelo de status, isso significa uma

política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual. (FRASER, 2007a, p. 29).

Entender o reconhecimento como uma questão de status, nesta lógica de Fraser, significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural, em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais.

No modelo de status, o não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. Seria como negar a alguns membros da sociedade a condição de parceiros integrais na interação, capazes de participar como iguais com os demais.

Visando a não valorização da identidade de grupo, mas superar a subordinação, as reivindicações por reconhecimento, no modelo de status, procuram tornar o sujeito subordinado um parceiro integral na vida social, capaz de interagir com os outros como um par. Elas objetivam, assim, desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam.

O reconhecimento torna-se, assim, uma questão de justiça. Já que é injusto que, a alguns indivíduos e grupos, seja negada a condição de parceiros integrais na interação social, em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural, de cujas construções eles não participaram em condições de igualdade, e os quais depreciam as suas características distintivas ou as características distintivas que lhes são atribuídas.

Ser falsamente reconhecido, nesta perspectiva, não é apenas ser desmerecido ou desvalorizado nas atitudes conscientes ou crenças dos outros. Significa ter negada a condição de parceiro integral na interação social e ser impedido de participar como um par na vida social, como consequência de padrões institucionalizados de valoração cultural que estabelecem alguém como desmerecedor de respeito e estima.

O argumento de Fraser (2007a) é que uma teoria da justiça deve ir além da distribuição de direitos e bens, para examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural. Deve, assim, considerar se tais padrões impedem a paridade de participação na vida social. Deve ainda ir além dos padrões de valoração cultural e examinar a estrutura do capitalismo, para considerar se os mecanismos econômicos, que são relativamente dissociados das estruturas de prestígio e que operam de um modo relativamente impessoal, impedem a paridade de participação na vida social.

A sua concepção trata redistribuição e reconhecimento como distintas perspectivas da justiça que encampa ambas as dimensões dentro de um modelo mais abrangente. O centro

normativo da sua perspectiva é a noção de paridade de participação. De acordo com essa norma, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade interagir uns com os outros como parceiros. Para isso, duas condições precisam ser levadas em conta: a distribuição dos recursos materiais deve dar-se de modo que assegure a independência e voz dos participantes – condição objetiva da paridade participativa. A segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social. – condição intersubjetiva de paridade participativa.

Dessa forma, uma concepção ampla da justiça, orientada pela norma da paridade participativa, inclui tanto redistribuição quanto reconhecimento, sem reduzir um ao outro. E defende que se falharmos em formular essa questão: “se nos agarrarmos a falsas antíteses e dicotomias enganadoras perderemos a chance de vislumbrar arranjos sociais que possam compensar injustiças econômicas e culturais”.

Para melhor evidenciar essa articulação entre a perspectiva feminista e a igualdade de gênero, retomaremos um breve histórico sobre a história da segunda onda do feminismo, com referência aos anos de 1970, também elaborada por Fraser (2007b), para concluir esta seção.

De acordo com Fraser (2007b), a história da segunda onda do feminismo se divide em três fases. Em uma primeira fase, o feminismo esteve estritamente relacionado a vários ‘novos movimentos sociais’ que emergiram dos anos de 1960. Na segunda fase, foi atraído para órbita política de identidades. E, atualmente, em uma terceira fase, o feminismo estaria cada vez mais praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

Argumenta, entretanto, que a mudança da redistribuição para o reconhecimento foi parte de uma transformação histórica de maior escala associada à globalização. A tendência das demandas pelo reconhecimento de eclipsar as demandas por distribuição foi geral, até mesmo mundial, nos diferentes movimentos sociais.

A mudança do feminismo, da fase um para a fase dois ocorreu, dentro de uma mais ampla matriz pós-comunista e neoliberal. Fraser (2007b) demonstra a condição de que, na medida em que as feministas não conseguiram entender essa matriz mais ampla, demoraram a desenvolver os recursos necessários para lutar pela justiça de gênero, sob novas circunstâncias.

A autora considera que, para consolidar uma terceira fase do feminismo, é preciso reintegrar as dimensões da redistribuição e do reconhecimento que não foram adequadamente balanceadas na fase dois. Afirma, inclusive, que a justiça de gênero está sendo reenquadrada.

Nesta fase, uma preocupação maior seria o desafio frente às injustiças interligadas, de má distribuição e não-reconhecimento.

Nessa perspectiva, o mau enquadramento emergiria como alvo central da política feminista na sua fase transnacional. O que traz à tona uma terceira dimensão da justiça de gênero, além da redistribuição e do reconhecimento. Essa terceira dimensão é definida por Nancy Fraser como “*representação*”, apresentada não apenas como uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas:

É necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos. Ao contestar o mau enquadramento, o feminismo transnacional está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada. (FRASER, 2007b, p.07).

Nancy Fraser conclui sua discussão defendendo o argumento de que essa abordagem pode ultrapassar as maiores fraquezas da fase dois do feminismo, ao reequilibrar as políticas de redistribuição e reconhecimento. Por outro lado, pode superar o ponto cego de ambas as fases anteriores do feminismo, ao contestar as injustiças desse mau enquadramento. Nessa perspectiva, tal política talvez permita reforçar e inclusive responder à questão política-chave da atual contexto mundial: “como podemos integrar demandas por redistribuição, reconhecimento e representação de forma a contestar o amplo espectro de injustiças de gênero em um mundo que se globaliza?”. (FRASER, 2007b, p. 18)

A análise dos dados empíricos dessa dissertação sugere que a instituição de políticas com um viés familista apenas, dificulta a perspectiva da dimensão da “representação” para as mulheres, proposta por Fraser. (2007b) Retomaremos este debate no capítulo “COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA”.

2.2.2 – A família, o Estado e as relações de gênero

As discussões acerca do conceito “família” têm também ganhado um lugar de destaque nas políticas sociais, tornando-se objeto de crescente interesse para os responsáveis pela formulação e gestão das cidades. Entretanto, uma das dificuldades enfrentadas diz respeito às diferentes definições acerca de tal conceito. Essa questão carrega um nível de

complexidade uma vez que a definição de família pode despertar inúmeras dúvidas e controversas, por reportar-se a valores sociais, associados à religião, aos paradigmas jurídicos, à construção social de gênero, aos parâmetros culturais da vivência da sexualidade, entre outros condicionantes.

Como justifica Fonseca (2002), os conceitos de família são múltiplos. Historicamente, têm sido, e ainda o são, captados por discursos normativos acerca de “como a família deve ser”, procedentes de diversas concepções religiosas, do Estado, da ciência e, mais recentemente, dos meios de comunicação de massa. É difícil encontrar uma definição consensual de família: na maioria das vezes, os conceitos buscam ressaltar a sua complexidade, heterogeneidade e suas transformações.

De acordo com as análises da referida autora não se pode falar em família, mas sim em famílias, que se organizam sob formas e lógicas diferenciadas, segundo as necessidades, representações e dinâmicas, entre outras variáveis, que lhes são peculiares, nos diversos grupos e segmentos sociais. As famílias têm significados e são vividas de maneiras diversas por indivíduos de distinto sexo, idade e classe social. Esses são traços que dão visibilidade à construção da história da família que, como confirma Poster, “é descontínua, não-linear e não-homogênea (...) em padrões familiares distintos, cada um com sua própria história e suas próprias explicações”. (POSTER APUD FONSECA, 2002, p. 16).

Estas variabilidades se expressam, por exemplo, nas significações que são dadas aos papéis familiares, como a maternidade, a paternidade e a filiação, nas particularidades da vivência dos ciclos de vida e na valorização das trajetórias individuais de seus integrantes.

Considerando que as políticas para a família podem ser compreendidas como “medidas políticas destinadas a influenciar as famílias”. (FARIA APUD FONSECA, 2002, p. 16), a autora afirma que um cuidado importante é buscar identificar a concepção de família com a qual se trabalha.

Uma das possibilidades é considerá-la como um lar, outra como uma rede de apoio para os indivíduos, uma terceira como instituição, ou, também, como elo de sangue ou afinidade. As respostas, com certeza, não se esgotam nesses modos de compreensão. Contudo, identificar com qual conceito de família se trabalha, demanda uma análise crítica acerca da construção simbólica dessa noção, muitas vezes considerada como espaço privado e a-histórico, à margem da vida pública e política. (CARVALHO APUD FONSECA, 2002 p. 16).

A denominação “*política para a família*” traduz intervenções públicas de natureza e objetivos bastante diferentes. Necessariamente, nem todas as políticas para famílias

contribuem para a sua autonomia e inclusão social. É adequado identificar os distintos grupos familiares segundo alguns parâmetros, como sua composição, ciclo de vida e perfil de sua chefia, entre outras questões.

Parece evidente que as políticas para as famílias acontecem sob múltiplas lógicas, que encampam intervenções públicas de natureza e objetivos bastante distintos. Segundo Carlos Aurélio Pimenta de Faria:

Se tem sido preponderante a revalorização do papel da família enquanto “célula social” encarregada da socialização primária dos indivíduos e enquanto provedora, dita “natural”, de bem-estar material, afetivo e emocional para seus membros, o seu acionamento pelo Estado tem sido ligado, historicamente, a uma diversidade de objetivos, que, muitas vezes, não podem ser dissociados. (...) A política para a família pode ter como objetivos não somente a garantia do bem-estar de seus membros ou dos direitos das crianças e adolescentes (...) visam, entre outros objetivos, o controle demográfico, a valorização de um tipo específico de família, o fomento à igualdade entre os gêneros, a redução das disparidades sociais, a definição das formas e ritmos de participação das mulheres no mercado de trabalho, a redução dos gastos públicos sociais. (FARIA APUD FONSECA 2002, p. 23).

Como observa Faria citado por Fonseca (2002, p. 25), dependendo da maneira como a família seja definida, toda política social é política para a família. Conforme consideração do referido autor, para se evitar generalismos excessivos e inoperantes, é adequado identificar as variáveis que caracterizam as intervenções familiares. Quando a variável em questão alude à intencionalidade de seus objetivos principais, as políticas sócio-familiares podem ser “implícitas” ou “explícitas”.

As políticas “implícitas”, de acordo com os argumentos do autor, são aquelas que, embora não tenham a família como seu público alvo definido, produzem um certo impacto sobre ela, afetando-a. As políticas “explícitas”, ao contrário, têm a família como destinatária de suas ações, isto é, seus impactos e efeitos têm o grupo familiar como foco imediato.

Quanto à relação que se estabelece entre as famílias e as políticas sociais, há várias maneiras de abordá-la. Medeiros citado por Fonseca (2002, p. 26) destaca três delas. A primeira é tomar a família como objeto das políticas sociais. As políticas são compreendidas como meios para se obter determinados perfis ou padrões familiares, como é o caso do controle de natalidade. Uma segunda maneira trata as famílias como instrumento das políticas sociais. Nesse caso, cabe à família um papel funcional na execução das políticas. A terceira entende a família como instituição redistributiva, à medida que se observa que a dinâmica intrafamiliar pode criar efeitos inesperados para as políticas orientadas a indivíduos.

Conforme pondera Faria “talvez mais importante do que a busca de uma definição consensual e isenta de ambigüidades para o termo “política para a família”(…) seja a percepção do distinto papel atribuído à família e das formas como o Estado procura apoiá-la e/ou conformá-la”. (FARIA *APUD* FONSECA, 2002, p. 27).

Fonseca (2002) chama atenção para o fato de que esta análise é também importante quando se trata de discutir o lugar das famílias na conformação do Sistema de Proteção Social Brasileiro, cujas políticas sociais têm sido implementadas de formas distintas: elitistas, mantendo privilégios de segmentos minoritários da população, assistencialistas e tutelares quando direcionadas aos segmentos empobrecidos. Tal associação - autoritarismo, tutela e subalternidade – tem contribuído para que as políticas para famílias, com perfil inclusivo, tenham ocupado um lugar secundário, quando não ausente, na conformação do Sistema Brasileiro de Proteção Social.

De qualquer forma, a família passa, cada vez mais, a ter maior visibilidade enquanto objeto das políticas públicas. Planejam-se novas políticas e novos olhares, que diluem aspectos do senso comum, como os de considerar a família tradicional, homem provedor e mulher dona-de-casa, o referencial ideal para se pensar a estrutura familiar, assim como considerar a família como o lugar natural de proteção e de cuidados com os seus integrantes.

A crescente liberdade de expressão afetiva e sexual das mulheres e a maior visibilidade do fenômeno da violência doméstica vêm contribuindo para derrubar concepções prevaletentes – há que se ressaltar que o feminismo, há décadas, denuncia as relações hierárquicas na família, a subordinação social feminina, a violência praticada contra as mulheres, a existência da dupla moral sexual, entre outras questões. Relacionar essa discussão com a concepção de sujeito feminino utilizada na formulação e implantação de programas sócio-familiares na gestão da cidade de Belo Horizonte é a tarefa proposta para este trabalho de pesquisa de modo a apontar os dilemas que a postura política da gestão apresenta frente às perspectivas de empoderamento e superação da condição de subordinação social feminina.

Faria (2004) destaca que a designação do ano de 1994 como “Ano Internacional da Família” , pelas Nações Unidas, resultou na realização de eventos que impulsionaram as discussões acerca da família com instituição potencialmente capaz de assegurar proteção social e, também, como elemento chave para as estratégias que buscam garantir a inclusão social de segmentos populacionais marginalizados.

Faria (2004), contudo, destaca que se a família continuar concentrando as funções reprodutivas, afetivas, de provisão de cuidados, socialização dos filhos e atenção aos idosos,

suas funções econômicas demandarão um processo de reconfiguração. Preferencialmente, as famílias, cujas circunstâncias sociais e econômicas são de maior privação, condição que as leva a cobrir uma gama muito mais ampla de funções, o que é refletido na extensão do trabalho doméstico, usualmente a cargo das mulheres:

Hoje em dia devolver para a família os cuidados com crianças, idosos, enfermos e deficientes, em nome das descentralização das funções do Estado e da parceria, é regredir na história das conquistas sociais e destituir direitos a duras penas conquistados. Sim, porque como esses encargos sempre foram assumidos pelas mulheres no âmbito familiar, é previsível que, pela ótica do pluralismo liberal se esteja pensando no seu retorno à antiga condição de trabalhadora doméstica. Do contrário, quem iria arcar com essas tarefas dentro da família? (PEREIRA APUD FARIA, 2004, 77).

A seguir enfatizaremos um debate anteriormente destacado, baseado nas discussões de Mariano (2007) ao abordar a relação entre feminismo e familismo, tema central deste capítulo. Retomaremos as produções de Goldani (2000, 2002) e Faria (2002), principalmente.

Goldani (2002) aborda os pressupostos tradicionais sobre as relações de gênero e família que permanecem orientando os programas sociais e as políticas públicas, muito embora as profundas mudanças nestas dimensões sugiram a necessidade de se repensar o desenho das políticas sociais voltadas para as famílias.

A autora destaca que as assimetrias de gênero permanecem e se modificam em ritmos diferenciados, o que faz com que as mulheres tenham uma condição de cidadania “fragilizada”. A instituição “família” é apontada como uma das instâncias responsáveis pela qualidade de vida dos seus membros e muito se fala em políticas sociais destinadas a dar suporte às famílias ou mesmo políticas específicas de famílias. Entretanto, pouco ou nada se diz sobre suas implicações e mesmo seus efeitos perversos para as mulheres. Isto porque tal como se estruturam as sociedades, o cumprimento das responsabilidades familiares encontra-se relacionado, sobretudo, com a disponibilidade de tempo das mulheres.

Neste sentido, Ana Maria Goldani aponta a necessidade de explicitar os sistemas de gêneros que influenciam e até mesmo determinam as relações entre instituições como a família, o mercado e o estado. E argumenta que não é suficiente olhar a situação das mulheres ou considerar as estruturas familiares ao desenhar políticas.

É necessário entender a maneira pela qual os pressupostos sobre as relações de gênero moldam a infraestrutura das políticas sociais, ou seja, a reconfiguração do Estado do Bem Estar enfrenta o desafio de conformar uma nova ordem social, onde

se reconheça que as transformações nas relações assimétricas entre homens e mulheres reformularam a centralidade da família e reordenaram as complementaridades entre as atividades públicas e privadas. (GOLDANI, 2002, p. 42).

A ênfase atual na família, como locus privilegiado para promover programas e políticas sociais, visando a mudanças de comportamento e como fonte substituta ou complementar de muitas das necessidades não oferecidas pelo Estado, pode ser entendida em dois sentidos, conforme argumento de Goldani, (2002): como reconhecimento de que as famílias mantêm-se como importante instituição formadora de valores, atitudes e padrões de conduta dos indivíduos e, como tal, com uma imensa flexibilidade e capacidade de gerar estratégias adaptativas nas mudanças em relação ao envolvimento com o Estado, em termos econômicos e de bem-estar da população.

Cada vez mais as mulheres encontram-se no papel de provedoras, enfrentando o duplo desafio de cuidar e prover suas famílias. E, paralelamente, ao crescimento das taxas de atividade feminina, não houve maiores mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem melhoria nas políticas sociais de suporte às famílias, que aliviariam a exclusividade feminina nas responsabilidades domésticas.

Ana Maria Goldani ressalta que é a educação das mulheres o fator que determina as diferenças de tempo que estas gastam nos afazeres domésticos.

Na perspectiva de equidade de gênero, um dos modelos mais discutidos é o de Fraser, citado por Goldani (2002, p. 36), modelo universal, baseado na participação de ambos, homens e mulheres, no emprego remunerado e no trabalho de cuidadores.

Esse modelo, também chamado de “*Universal Caregiver Model of Gender Equity*”, tem orientado a formulação de políticas em países da Comunidade Européia, em muito inspirado na experiência sueca, e ao mesmo tempo tem gerado acirrados debates sobre as estratégias. Tais políticas oferecem uma variedade de benefícios financeiros, serviços e outras ajudas para famílias com crianças cujos pais trabalham fora. O principal objetivo é criar condições para que os pais entrem e permaneçam na força de trabalho sem sobrecarga durante os anos de criação dos filhos.

Estas políticas têm duas premissas básicas: o salário é parte fundamental da renda familiar e só assim as famílias conseguem manter um padrão de vida adequado; as mulheres e os homens devem participar de forma equitativa, inclusive na geração da renda familiar.

Os esforços feministas para influenciar o processo de formulação de políticas sociais que considerem gênero têm apontado para duas grandes linhas estratégicas: uma chamada “integracionista” que pode ser vista como uma tentativa de argumentar em favor das mulheres com base no mérito e não nas necessidades. Com isto estaria tratando de redefinir as bases das demandas das mulheres em termos do que seria compatível com as prioridades institucionais, com a vantagem de ganhos de curto prazo mas com a limitação de que estes estariam predeterminados pelo conjunto de parâmetros e regras institucionais. Uma segunda estratégia ou agenda, denominada “transformativa” é politicamente mais ambiciosa e propõe a mudança das regras, para além da simples integração da dimensão de gênero em uma agenda de desenvolvimento. O objetivo seria fazer com que as mulheres desempenhem um papel maior no desenho da agenda do desenvolvimento, a qual deveria se concentrar em aspectos de justiça social, ou seja, o desafio seria repensar o desenvolvimento a partir de uma ótica de gênero. Por suas características, esta estratégia requereria um complexo conjunto de táticas: argumentos teóricos, mobilização política e propostas de como fazer as coisas e participar das estruturas decisórias. (GOLDANI, 2002, p. 36- 37).

Em outro artigo, Goldani (2000) discute as permanências na discriminação de gênero e a urgência de conciliação entre a vida familiar e a do trabalho; a crescente responsabilização das famílias pela qualidade de vida de seus membros e o fato de que isso depende, sobretudo, da disponibilidade de tempo das mulheres.

Defende, entre outras questões, a incorporação da perspectiva da igualdade de gênero nas políticas sociais e a necessidade de instrumentos para análise e avaliação das desigualdades de gênero. E afirma que crescem os modelos de igualdade jurídica para mulheres e homens, suas possibilidades e opções de vida, mas, por outro lado, as condições sociais e políticas fazem com que as desigualdades persistam e que se confunda *diferenças* com *desigualdades*.

Demonstra-se ainda como expandiu, em nível internacional, o consenso de que a igualdade entre os sexos é um pré-requisito da justiça social e do efetivo desenvolvimento econômico e social de um país. Isto tem implicado na institucionalização crescente de uma perspectiva das relações de gênero nas políticas públicas de forma generalizada.

Essas novas tendências indicariam uma aceitação ampla de que gênero é uma categoria transversal, que se encontra na interface das inúmeras afiliações sociais de homens e mulheres, ou seja, não possui um contexto organizacional específico e como tal, é parte integrante da construção social cotidiana nas diversas práticas que os indivíduos levam a efeito.

Para reduzir as desigualdades de gênero, Goldani (2000) sugere a necessidade de se compreender a natureza dos processos de discriminação de gêneros em seus múltiplos níveis e o papel da mútua interação entre os processos na manutenção das desigualdades.

Goldani (2000) demonstra a necessidade de indicadores que demonstrem como a discriminação de gênero no emprego se mantém, não só através dos processos de trabalho no mercado, mas também através da interdependência destes com a divisão de trabalho, no interior da unidade doméstica.

A proposta apresentada pela autora parte da visão de que a sociedade brasileira está organizada de forma desigual e se preocupa em avaliar práticas e representações diferenciadas de gênero nas famílias tendo como horizonte a mudança social.

Para Goldani (2000), a pensadora feminista Fraser (2001) vem construindo um novo paradigma para as discussões acerca da justiça social, como demonstramos em tópico anterior. A discussão proposta por esta feminista, citada por Goldani (2000), concebe classe e gênero enquanto variáveis relacionadas e que se reforçam mutuamente, explicitando as desigualdades como fenômenos de causas múltiplas. Contraopondo-se às análises que buscam demonstrar a incompatibilidade entre as perspectivas de redistribuição e reconhecimento (como se fossem aspectos opostos ou excludentes), Fraser demonstra que, apesar da tensão entre tais dimensões da justiça, só será possível responder às reivindicações dos diversos grupos sociais ao se considerar ambos os aspectos, simultaneamente e de forma complementar.

Fraser citada por Rezende (2005) apresenta o conceito de justiça considerando que redistribuição e reconhecimento não correspondem a dois domínios sociais substantivos, mas a perspectivas analíticas que devem ser assumidas em respeito a qualquer domínio, seja este a cultura, a economia ou a política. Assim, a autora afirma que

é preciso pensar em estratégias que integrem as dimensões da cultura e economia ao se pensar em justiça social. Isto implica na consideração de que somente redistribuição não é suficiente para se combater a subordinação social, mas este continua a ser um aspecto indispensável de qualquer estratégia que tenha como objetivo mudanças sociais defensáveis. Além disso, deve-se entender o déficit de reconhecimento como subordinação de status relacionada a padrões culturais institucionalizados que impedem a paridade de participação e não como depreciação de personalidade. (FRASER, *APUD* REZENDE, 2005, p.09).

Sorj (2004) afirma que os movimentos feministas dos anos de 1960 foram os principais formuladores, na teoria e na prática de uma nova concepção de justiça. A justiça de gênero não poderia se limitar às questões relacionadas a distribuição econômica, mas envolveria uma luta contra valores sexistas e androcêntricos disseminados nas dinâmicas das instituições sociais, na esfera privada e nas relações intersubjetivas. E constata que as análises

feministas foram fundamentais em revelar os limites das explicações da subordinação feminina pelo paradigma econômico:

Os homens estão em uma situação privilegiada porque o contrato do casamento os libera das responsabilidades domésticas e inclui uma contraparte feminina, uma esposa que se ocupa das necessidades diárias do grupo familiar. Por sua vez, as mulheres quando entram no mercado não estão livres, da mesma maneira que os homens, para o trabalho contratado e o fazem a partir de uma posição inferiorizada pelo trabalho doméstico. Portanto, a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado, das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários. (SORJ, 2004, p. 144).

No mesmo sentido, Cássia Carloto (2004), demonstra que nos programas de combate à pobreza, uma das principais contribuições do debate feminista tem sido a de chamar a atenção para a instrumentalização das mulheres, a partir de suas responsabilidades na esfera reprodutiva, para o bom desempenho desses programas no contexto neoliberal. E por isso defende:

Nessa dimensão, propor políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero exige atribuir um sentido emancipatório às mudanças que pretendemos; que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupondo práticas de cidadania ativa; garantir que o Estado desenvolva políticas sociais que contemplem as dimensões distributivas e de reconhecimento\ status que incidam efetivamente sobre este conjunto de desigualdades de classe, gênero e raça\etnia. (CARLOTO, 2004, p. 153).

Recorreremos, nesse sentido ao debate proposto por Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2001), que discute o grau de implementação dos direitos sociais e a magnitude e as características da provisão estatal, segundo seu impacto sobre a capacidade de autonomia dos indivíduos, ressaltando as formas de dependência mitigadas ou engendradas. O autor busca articular essas questões a partir de uma interpretação das várias tipologias do Estado de bem-estar social, categorizações essas que passam a incorporar de maneira mais efetiva as distintas formas históricas de se equacionarem as atribuições do mercado, do Estado e dos pais na provisão de bem-estar. (FARIA, 2001).

Faria (2001) pondera que a possibilidade de autonomia dos indivíduos e os condicionantes e os impactos das múltiplas formas de dependência a constranger os sujeitos nas sociedades contemporâneas são questões que têm balizado toda a discussão acerca da provisão pública de bem-estar social.

Uma constatação visível é que a questão da dependência se explicita quando se trata de avaliar o impacto da provisão estatal sobre o grau de engajamento dos indivíduos no mundo do trabalho.

E afirma: “Inserir uma perspectiva de gênero nas análises acerca da conformação do welfare state revelaria as múltiplas formas de dependência às quais as mulheres têm sido submetidas”. (FARIA, 2001, p. 79).

Faria (2001) enfatiza que foi depois que as análises feministas começaram a reconhecer as vastas implicações e o potencial das experiências ‘*mainstream*’ de construção das tipologias que se deu início à tarefa de analisar o gênero e os regimes de bem-estar social.

Em sua conclusão, o autor avalia que, dado o processo de debilitação da capacidade estatal e da crescente impermeabilidade das forças de mercado a qualquer forma de controle, a questão da dependência\ autonomia do indivíduo tende a ser, mais uma vez, uma variável mais estreitamente associada às assimétricas relações entre a esfera privada e o mercado.

Em outro trabalho, Faria (2002), em discussão sobre as políticas públicas nos países nórdicos, destaca que, em 1974, a Suécia tornou-se o primeiro país do mundo a transformar a licença maternidade em um sistema de licença remunerada para ambos os pais, sistema esse que foi formulado para induzir os pais (homens) a assumirem um papel mais ativo na criação dos filhos e, também, para fomentar uma partilha mais igualitária das tarefas domésticas pelo casal.

Faria (2002) destaca que o sistema sueco de seguridade para os pais marcou o início de uma época em que, paralelamente à ênfase dada à redução dos diferenciais econômicos e de bem-estar relativos às classes sociais, a questão de gênero passou a assumir um lugar cada vez mais destacado na agenda pública do país. O grande ingresso das mulheres no mercado de trabalho prenunciava a debilitação do tradicional modelo familiar do provedor e da dona-de-casa, e o Estado sueco começou a implementar políticas formuladas não apenas com o intuito de reduzir as diferenças nas médias salariais e nas condições de trabalho entre homens e mulheres, mas também visando a tornar mais igualitária a divisão de tarefas no âmbito doméstico.

Seu trabalho discute o impacto de algumas políticas implementadas pela social-democracia sueca com o propósito de facilitar o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, além de fomentar a igualdade de gênero no país. Primeiramente, discute-se o impacto da legislação de 1971, que banuiu a tributação conjunta dos casais, tornando compulsórias as declarações de renda individuais, o que, dado o sistema tributário

altamente progressivo do país, implicou o estabelecimento de claros incentivos econômicos para que as mulheres participassem do mercado de trabalho.

Sua discussão é de fundamental importância para esta dissertação, não apenas pela apresentação e a análise desses importantes mecanismos destinados a fomentar uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico (e a garantir o ingresso e a permanência da mulher no mercado de trabalho), mas também pela percepção de que as políticas para a família, ainda que muitas vezes enfatizando distintas formas de pró-natalismo, podem também ser instrumentos para outros fins. Retomaremos essa análise no capítulo “COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA” desta dissertação.

Duas outras políticas, adotadas na década de 1970, foram de crucial importância: a eliminação da tributação conjunta dos casais e a concessão de benefícios de licença remunerada para ambos os pais, quando do nascimento (ou adoção) de uma criança.

Entretanto, o autor afirma que uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas foi, em grande medida, um impacto não esperado, um “efeito colateral” da introdução da tributação individual.

As políticas analisadas pelo autor são apresentadas como uma espécie de “manifesto oficial” do novo paradigma familiar em que tanto o homem quanto a mulher passam a ser provedores, paradigma esse sancionado pelo Estado e consagrado pela prática social.

Fica claro em seu texto que, se o modelo familiar dos dois provedores é hoje preponderante na Suécia, a desejada transição do modelo familiar do “*homem/provedor e da mulher/dona de casa*” para um tipo de família capaz de dividir igualmente todas as tarefas permanece como uma utopia. Entretanto, Faria (2002) retoma a sugestão de Sandqvist citado por Faria (2002, p. 45) de que a “distinção sueca entre masculinidade e feminilidade pertence mais ao campo [da distribuição] das tarefas, dos interesses e das áreas de especialização do que ao campo dos valores e da estrutura das personalidades”. Contudo, a despeito da persistência de um certo tradicionalismo na divisão das tarefas entre homens e mulheres, não se deve desconsiderar as mudanças sociais em curso no país, conforme afirmações do autor.

2.2.3- A questão da autonomia e a superação da subordinação sócio-cultural feminina

As considerações acerca da autonomia estão também impregnadas por discordâncias e contrapontos. Nas palavras de Freire (1996, p. 69), “a autonomia, como amadurecimento do ser para si é um processo, é um vir a ser. Por isso a autonomia é a experiência da liberdade”. O debate em torno de sua concepção está assediado por uma série de correntes divergentes e específicas, onde também a teoria feminista desponta.

As reflexões que serão apresentadas a seguir pautam-se, basicamente, nas discussões elaboradas por Di Stefano (1996). Algumas considerações elaboradas por Freire (1996) serão também destacadas.

Tanto em Freire (1996), como em Di Stefano (1996), o debate sobre o conceito de autonomia é proposto a partir de um paradoxo, o paradoxo da autonomia versus dependência. E em nossa sociedade, a dependência se configura sob várias formas e versões, em contextos específicos.

Como destacamos na seção anterior, Faria (2003) pondera sobre a possibilidade de autonomia dos indivíduos frente aos condicionantes e impactos das múltiplas formas de dependência a constranger os sujeitos nas sociedades contemporâneas, enquanto questões balizadoras das discussões acerca da provisão pública de bem-estar social.

Freire (1996), afirma que, por sermos seres de cultura, nós - homens e mulheres - somos necessariamente seres dependentes. Assim, todo processo de autonomia e de construção de consciência deverá exigir uma reflexão crítica e prática de modo que o próprio discurso teórico se alinhe à sua aplicação.

Autonomia, neste sentido, é um processo de decisão e humanização que se vai construindo historicamente a partir de várias decisões tomadas ao longo de nossa existência.

A questão do empoderamento, para Freire, está intimamente ligada ao processo conscientização dos sujeitos, como um ato social e político, ou seja, como o eixo que une consciência e liberdade. Assim, à medida que as pessoas tomam consciência de sua condição no mundo, consolidam fundamentos para a sua própria libertação. Na perspectiva freiriana, seria impossível ser livre se não se tem consciência, mesmo se o simples fato de se tomar consciência não leve automaticamente à liberdade. Neste sentido, seria inegável afirmar que a perspectiva da liberdade só se torna possível para quem tem consciência de sua condição. E é exatamente aqui que se coloca o momento do empoderamento dos sujeitos: a tomada de

consciência confere determinado poder às pessoas e grupos, gerado a partir dos próprios sujeitos-agentes, por um lado. Ele não é outorgado, pelo contrário, é resultado de uma práxis de reflexão e de inserção crítica das pessoas, provocada pelos problemas ou pelas perguntas problematizadoras colocadas em ação. A ação do processo pedagógico freiriano consiste em fazer “*a pergunta*”. Mas não qualquer pergunta, mas a pergunta que liberta, que o empodera e consequentemente o torna sempre mais livre. Empoderamento, assim, seria um processo que emerge das interações sociais em que nós seres humanos somos construídos e à medida em que, criticamente, problematizamos a realidade, nos conscientizamos, descobrindo brechas e ideologias. Esse processo de conscientização seria a base para a transformação das relações sociais de dominação - processo de empoderamento que levaria à liberdade e à libertação. “La autonomía vela más que revela y está constitutivamente implicada en su contrario, la dependencia”. (DI STEFANO, 1996, p. 74).

Di Stefano (1996), em suas discussões, afirma que, se por um lado, o debate sobre a autonomia tem sido usado para criar um espaço para as mulheres como agentes autônomos com capacidade e direito de se autodeterminarem, por outro, seu ideal proporciona também um instrumento de censura e acusação para um sistema de socialização em função do gênero que predetermina aspectos significativos da vida, dos interesses e da capacidade de tomar decisões das pessoas.

A autora chama atenção para o fato de que o conceito de autonomia feminista vem se compadecendo das críticas das concepções liberais, sobretudo das que implicam noções de autosuficiência e autodeterminação individualistas. Neste sentido, fica explicitada as dificuldades de utilização do conceito ‘autonomia’ se não se tem clareza de uma versão de sujeito vinculado ou relacionado com a referida noção. Afinal, quem seria a pessoa autônoma?

Assim, a questão da autonomia precisa levar em consideração etapas dilatadas da vida de uma pessoa, enfim, trata-se de uma dimensão de valoração que diz respeito a uma forma total de viver a própria vida.

Na perspectiva de Christin Di Stefano, a autonomia comporta uma força crítica e um chamamento emancipatório que deveria ser usado pelas feministas. Entretanto, o referido conceito, vem se mostrando estéril frente às difíceis e complexas dimensões de um sistema de gênero que funciona não só como um processo de socialização como também, de forma mais profunda e penetrante, como um sistema de aculturação em que os sujeitos se constituem, emergem e se impregnam de modos diferenciados em função do gênero e de outras dimensões.

Christin Di Stefano problematiza a autonomia como padrão político normativo de emancipação. Para a autora, o encontro do feminismo com a noção de autonomia é mais complicado do que seu artigo sugere, devido às inúmeras ambivalências e imbricações com a teoria política liberal, embasada no individualismo e na capacidade de desvinculação das pessoas de seu contexto e de suas relações sociais proposta por essa corrente teórica.

O paradoxo estaria no fato da noção de autonomia, para as feministas, revelar-se como conceito questionável mas também como norma inquestionável:

... la socialización femenina que há desalentado notoriamente las capacidades de las mujeres de autosostenerse, autodirigirse y autorresponsabilizarse; un tecer recuerdo es que las capacidades de las mujeres para se autosostenerse son sistemáticamente frustradas por la estructura de normas y acuerdos sociales y económicos contemporáneos, que continúan fundamentados em una división sexual del trabajo dentro de la economía oficial y doméstica. La condición de facto de la autosuficiencia pone el acento em una serie de contrafácticos familiares: por ejemplo, la vulnerabilidad de las mujeres a la violencia física y sexual y la pobreza; (DI STEFANO, 1996, p. 58).

Dentre os enfoques feministas sobre a noção de autonomia, uma vertente considerável parte da questão “*quién es la mujer autónoma*” e uma estratégia interessante para realizar essa avaliação “pressupone separar la noción de una noción articulada del yo y trataria, por el contrario, como una capacidad. De acuerdo con este enfoque, la autonomía tiene menos que ver con la representación de yo y más con la construcción de un yo autónomo”. (DI STEFANO, 1996, p. 71).

Ou seja, pressuõe “*un atributo de la autoconciencia*”, na mesma linha de análise abordada por Freire.⁸

2.3 – As Políticas Públicas e as mulheres: ruptura ou reforço da subordinação

4 - Consideramos que tanto os conceitos de emancipação e empoderamento, como o de autonomia expressam aspectos do desejo de mudança. De acordo com o Dicionário de Teologia Feminista (1997), “Emancipação” (do latim *emancipare*; libertar-se do *mancipium*, isto é, da propriedade do pai) provém do vocabulário do direito romano e significa, originalmente, a libertação do filho do “pátrio poder”, e com isto sua passagem da condição de menor para a de pessoa jurídica independente que possui autonomia para dispor sobre bens e propriedade. Inicialmente, um conceito jurídico – emancipação - remete, atualmente, ao processo de libertação de diferentes grupos discriminados nas sociedades. Já ‘autonomia’ (do grego auto-legalidade) designa a meta do processo de emancipação: libertar-se de determinação estranha (heteronomia), adquirir independência. Autonomia também pode significar a libertação de uma certa determinação estranha historicamente localizável, um estado de auto-responsabilidade atingível por meio de medidas políticas concretas em que atenção à própria integridade se equilibra com o cuidado pelos outros.

Souza (2007), em ensaio que mapeia a literatura clássica sobre políticas públicas e apresenta uma revisão dos principais conceitos e modelos de formulação e análise das mesmas, afirma que a política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, nasceu nos Estados Unidos, rompendo etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas que se concentravam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes.

Lowi é citado por Souza (2007, p. 18) por sua máxima “*a política faz a política*”, para dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, seus elementos principais podem assim ser sintetizados, a partir do texto de Souza (2007):

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
 - A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
 - A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
 - A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Faria (2003), discute o papel das idéias e do conhecimento, para a compreensão da questão de formação da agenda dos governos. Destaca ainda o dilema relativo ao fato de os analistas diferirem na maneira, na medida e no grau em que se concebem o modo como as idéias e o conhecimento influenciam ou constituem as ações. E por essas razões defende a necessidade de se questionar se e quando as idéias têm papel independente no processo de produção de políticas públicas.

Retomo, a seguir, uma citação contida em seu texto:

As políticas são uma disputa entre formas de discurso que são baseadas na luta pelo poder e na busca de significado. Os sistemas de idéias constroem os interesses dos tomadores de decisões. A ação política refere-se à linguagem que é um sistema de significação através do qual as pessoas constroem o mundo (...) Sendo a maneira pela qual as pessoas enquadram as questões, conferem sentido ao mundo e propõem soluções, as idéias Têm uma vida que lhes é própria. Elas são independentes no sentido em que o discurso tem as suas próprias regras, as quais estruturam a forma como o público, os agentes responsáveis pela formulação percebem as demandas como quando um problema público assume a forma de uma história com um começo, um meio e um fim, sendo o fim a intervenção governamental bem sucedida. (JOHN APUD FARIA, 2003, p. 26)

Sob o impacto da democratização e da luta dos movimentos feministas, desde a década de 1980, tem ocorrido no Brasil um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental – de certa forma, a incorporação das idéias e perspectivas feministas. Como enfatiza Farah (2004), com a crescente importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 1988, a redução das desigualdades de gênero passou a fazer parte da agenda dos governos locais.

Partindo destes pressupostos, Farah (2004) define como um primeiro passo para discutir políticas públicas de gênero, a necessidade de se esclarecer os marcos em que elas se tornam possíveis. Marta Farah argumenta que a proposição de políticas públicas de gênero exige o estabelecimento do sentido das mudanças, se estas são pretendidas com um caráter emancipatório:

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas políticas para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza e poder, entre regiões, entre classes, entre raças e etnias, entre mulheres e homens. (FARAH, 2004, p. 129).

Carloto (2004) relembra que apesar do grande avanço alcançado pelas mulheres, além do fato de permanecerem conquistando espaço em todos os campos, é inquestionável que ainda há privilégios, não só políticos, mas também econômicos em favor dos homens. A subordinação, de acordo com a autora, configura-se pois, como uma construção social que se processa com a agregação de valores religiosos, simbólicos, culturais e econômicos, os quais foram impulsionando privilégios dos homens sobre as mulheres.

Soares (2004) aborda a condição de presença majoritária das mulheres no campo de acesso às políticas sociais e fundamenta a questão como resultado da atual precarização das relações de trabalho, que além do desemprego, oportuniza vagas em posições já

desvalorizadas no processo produtivo. A autora chama atenção para o fato de que esse movimento não vem acompanhado de um esvaziamento das tarefas reprodutivas sobre as mulheres. Quanto mais a atenção protetiva se aproxima do doméstico maior será a presença das mulheres nas mesmas.

Isso significa afirmar que o foco recaiu historicamente sobre conteúdos morais do significado sobre as funções das mulheres e homens na sociedade. A intimidade familiar trabalhou centralmente com o controle sobre as mulheres, seus corpos, sua sexualidade, sua socialização. Ao longo do processo histórico de implantação de políticas públicas, percebemos a perenidade da reprodução do lugar da mulher no âmbito privado das relações sociais. Do movimento higienista, à educação comunitária, o disciplinamento de condutas aceitáveis à sociedade recairá sobre as mulheres.

Ainda que as políticas públicas venham incorporando ações de cunho afirmativo às mulheres, ainda deparamos com conteúdos moralizantes em relação às funções das mulheres na família.

Assim, a questão que se instaura é: a associação de experiências dos programas e ações da política de assistência social – no caso dessa dissertação - geralmente reporta ao reproduzido pelo espaço doméstico. Isso restringe sua articulação com a dimensão política, acabando por configurar um relativismo no âmbito da discussão e, por conseguinte, um peso determinante aos espaços institucionalizados, sem obrigatoriamente remetê-los a estruturas mais amplas. No máximo, essa concepção resulta em apreender a importância social da participação das mulheres, ou como vítimas, quando da análise sobre a violência doméstica, ou sob a perspectiva de um poder atribuído privilegiando a esfera econômica, quando as mulheres assumem financeiramente a subsistência de suas famílias.

A doutrina liberal, como aponta Lavinias (1997, p.172), se assenta sobre a dissociação das esferas da produção e da reprodução e dicotomicamente opostas na relação público-privado. De um lado, a família como paradigma do privado, espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, lugar do feminino e da subjetividade. De outro lado, o domínio do público, dos interesses impessoais, portanto civis e universais, “lugar do político por excelência e dos negócios, arena dos homens”. Enquanto a esfera privada implica relação de dependência, a esfera pública é marcada por pressupostos igualitários que caracterizam a relação de cidadãos independentes entre si. Esta abordagem, de acordo com Carloto (2004), revela o caráter patriarcal da doutrina liberal.

3 - A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUJEITO FEMININO

3.1 – Belo Horizonte e a gestão da cidade: trajetória política e aspectos sócio-culturais

A necessidade de avançar-se historicamente, no sentido de fortalecer os princípios da igualdade e do respeito à justiça vem se configurando como o traço fundamental nos debates sobre as sociedades contemporâneas, pautadas no Estado de Direito, compreendido como a base de funcionamento das democracias e condição para o reconhecimento da cidadania de todas as pessoas.

No início da década de 1980, em pleno processo de redemocratização, o país assistiu à crescente aprovação do princípio da *participação popular* na vida política brasileira, que passou a ser adotada como lema em diversas cidades do país, contextualizando o fim do período ditatorial e o movimento de abertura política.

A partir de algumas gestões municipais eleitas em 1988, como em São Paulo, Porto Alegre e Vitória, a sociedade civil e os movimentos sociais passaram a interferir diretamente nas políticas públicas dos governos, em um processo, até então incipiente no país.

Belo Horizonte, cidade planejada e consagrada como “símbolo da modernidade, guardiã da ordem e da moral”⁹ também foi tomada por aquele desejo de mudança. A capital mineira, com suas “ruas e avenidas simétricas”, passou a também ser palco de mudanças, a partir de 1992, com a eleição de uma frente de esquerda para o governo municipal.

O projeto auto-denominado *democrático-popular*, implantado em Belo Horizonte, a partir de 1993, definiu como principal diretriz política ao que chamou de *inversão de prioridades* para a Administração Municipal.

Como afirma, em depoimento, uma gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social “antes de 1993 não havia interesse em qualquer tipo de interação com o usuário: muita cesta básica, carroto, funeral, enxoval para bebê, passagem interestadual, ninguém pensava

9- A coletânea *Belo Horizonte: horizontes históricos*, organizada por Eliana de Freitas Dutra, apresenta Belo Horizonte como a primeira cidade planejada do país - “ruas e avenidas simétricas compõem o espaço ordenado, dentro das mediações da avenida do Contorno. Para uma cidade planejada, metrificada, nada melhor que um povo que se julgue guardião da tradição e da ordem. Na cidade ordenada, cada elemento, cada grupo social conhece o ‘seu’ lugar, a sua identidade, a sua razão de ser. É como se tudo já estivesse pronto e acabado, como se não houvesse mais nada a fazer senão cumprir a ordem ‘dada’.” (In: *Belo Horizonte: horizontes históricos / org.: Eliana de Freitas Dutra. Belo Horizonte: Com Arte, 1996*).

em rede, em ação educativa (...) Se a visão da equipe era assistencialista, a dos usuários era clientelista”. (LÉA BRAGA – GESTORA DA SMAAS)¹⁰.

Para isso, foram criadas inúmeras instâncias de participação política e controle público – conselhos e fóruns – implementou-se o Orçamento Participativo para a gestão da cidade e, entre outras iniciativas, organizou-se uma Reforma Administrativa que se estruturou a partir do fundamento da *descentralização dos serviços e programas* e passou a ser o principal fator para a consolidação do processo de mudança do governo. (SANTAROSA, 2001).

A principal mudança baseou-se na decisão de se eleger um novo marco legal, político e institucional – a descentralização - no intuito de reorganizar as funções e as formas de gestão entre os níveis central e regional da cidade.

Enfim, a definição de uma legislação explícita sobre a política de descentralização intramunicipal a ser consolidada – seus princípios e estratégias, as competências, limites e articulações de cada instância de governo - constituiu-se em elemento chave para a consolidação e reestruturação institucional de determinadas práticas, procedimentos e arranjos informais que, até então, caracterizavam a gestão e implementação de políticas públicas no município.

3.1.1- 1993: cenário promissor para a construção de novos paradigmas

1993 foi mesmo um ano promissor, um ano de muitas esperanças. Nós que sempre combatemos o clientelismo, víamos, naquele novo cenário, a possibilidade de concretização dos nossos sonhos, das nossas utopias, engasgadas há tanto tempo. Era LOAS, era Patrus. (GESTORA DA SMAAS).¹¹.

Como enfatizamos no início do capítulo, em 1993, a frente “BH Popular”¹², liderada por Patrus Ananias, foi eleita e inaugurou uma proposta de gestão, auto-intitulada “democrática-popular”, pautada na inversão de prioridades, com incentivo à participação política no processo de tomada de decisões. As gestões posteriores, encabeçadas por Célio de Castro (1997,2000 -2001,2002) e Fernando Pimentel (2002,2004-2008) buscaram efetivar as

¹⁰ Depoimento Verbal em 30/06/2008.

¹¹ Depoimento Verbal em 30/06/2008.

¹² Em 1993, a Frente BH Popular era composta pelos seguintes partidos políticos: PT – Partido dos Trabalhadores, PSB – Partido Socialista Brasileiro, PCdoB – Partido Comunista do Brasil ,PV – Partido Verde, PCB – Partido Comunista do Brasil e PPS – Partido Popular Socialista.

mudanças introduzidas desde 1993, implantando políticas sociais inclusivas e um programa de obras nas regiões mais vulneráveis da cidade.

Os rumos da gestão iniciada em Belo Horizonte, em 1993, seguiram uma direção oposta à do governo federal que, desde o início dos anos de 1990, instaurou um calendário político pautado em práticas neoliberais que reforçaram a dependência externa além de desigualdades regionais e sociais no país.

A década de 1990 foi marcada por um movimento de recuo das políticas de caráter universal e redistributivas, do ponto de vista do modelo de política econômica adotado nos diversos países de terceiro mundo, no que se refere à ampliação da cidadania. (GROSS, 2004).

O contexto político mundial deste período foi marcado, entre outros fatores, pela agudização da crise social e forte ajuste econômico, através de um quadro de desemprego estrutural, pela precarização das relações de trabalho, por alterações na organização familiar e no ciclo de vida, além do aprofundamento das desigualdades sociais que geraram a exclusão de grande parcela significativa da população.

Os diferentes segmentos sociais presenciaram um retrocesso na formulação das políticas que tendiam a caminhar na direção da igualdade.

De acordo com Gros (2004), as políticas sociais da “Nova República”, pós-1989, foram desenvolvidas a partir de uma ideologia liberal, acionada como reforço ao projeto de construção do cidadão consumidor, cujo objetivo era controlar a mobilização da classe trabalhadora e amortecer os conflitos que tinham como base a crise econômica.

Paradoxalmente, a Política de Assistência Social traçava um outro percurso, em nível nacional. Também em 1993 ocorreu a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS¹³, processo político que consagrou a construção de uma nova concepção de política pública, pautada em princípios da garantia dos direitos, universalização da cobertura e do acesso aos serviços de proteção social no país, no contexto da redemocratização e de efetivação da nova Constituição do Brasil, promulgada em 1988.

A Constituição Federal de 1988 conferiu à Assistência Social o mesmo status das demais políticas sociais, ao integrá-la no conjunto da seguridade social, junto com a Saúde e a Previdência Social. Esta nova concepção – de seguridade social – rompeu com o modelo de

13 A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – é uma Lei Federal - n ° 8742 de 07 de dezembro de 1993 e dispõe sobre a organização da Assistência Social.

seguro que até então modelara o sistema de proteção social de forma segmentária e discriminatória, visando reordená-la sob o conceito de cidadania universal. (FONSECA, 2002, p. 56).

O texto constitucional, referente à Política de Assistência Social, dispõe:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice¹⁴;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”

Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Em síntese, as disposições constitucionais conferiram à Assistência Social o lugar de política de seguridade social, estabelecida para a preservação, segurança e dignidade de todos os cidadãos, com padrões básicos de cobertura a vulnerabilidade e riscos sociais com lócus específico para sua gestão. (FONSECA, 2002).

3.2 – Programas e ações estruturantes na gestão da cidade

14 Na forma como é apresentada, a Política de Assistência Social, com suas atribuições e definições, acaba por produzir uma invisibilidade das mulheres, ocultando suas funções e responsabilidades, ao mesmo tempo em que faz uso de seus papéis tradicionais.

Até 1993 não havia preocupação com registro, planejamento, monitoramento nem tratamento das informações. Os planos com participação da sociedade civil foram exigências pós 93. Conhecer melhor os dados, tratá-los e monitorá-los. Assim começa-se a se enxergar a situação das mulheres. Diversas questões vêm à tona: território, racismo, modelos familiares, a violência familiar, os papéis de homens e mulheres, mas é preciso primeiro colocar ordem na casa. (GESTORA DA SMAAS.)¹⁵.

Este novo ciclo de gestão, experimentados a partir de 1993, em Belo Horizonte, organizou uma reestruturação político-institucional, partindo de alguns “princípios fundamentais” relativos à descentralização intramunicipal, para o enfrentamento do conjunto de desafios encontrados.

A perspectiva de uma reforma administrativa fundamentava-se na redefinição de papéis das instâncias e das relações entre os órgãos centrais, os regionais e as formas de participação popular. A reorganização político-institucional proposta tinha como objetivo a definição e a execução de políticas reequilibradoras e redistributivas dos serviços sociais e urbanos na cidade. O diagnóstico geral, resultado dos estudos dos anuários estáticos do município, apresentava alguns problemas na execução das políticas públicas, tais como fragmentação das políticas sociais, a sobreposição de ações, o desperdício de recursos, a dificuldade na identificação de problemas, o não-atendimento do conjunto de carências da população residente nas áreas de grande vulnerabilidade social, entre outros. (SANTAROSA, 2001). Foram cinco os princípios norteadores da reforma político-administrativa articulada em Belo Horizonte:

- descentralização político administrativa;
- participação popular;
- intersetorialidade;
- territorialidade;
- ações em rede;

Neste sentido, a reforma buscou avançar nas definições relativas às estruturas político-institucionais a serem reorganizadas, às competências e funções a serem descentralizadas e assumidas pelo nível regional bem como aquelas que deveriam ser rearticuladas e fortalecidas no núcleo central. (SANTAROSA, 2001). Tratou-se, portanto, de uma proposta de duplo sentido, onde ambas as instâncias deveriam ser fortalecidas em suas funções: formulação,

¹⁵ Depoimento Verbal em 30/06/2008.

coordenação e acompanhamento no nível central e gestão, execução e implementação no nível territorial.

Neste mesmo processo político, a política de Assistência Social, conferida pela Constituição Federal de 1988 como direito social, segundo Rocha e Pinheiro (2004), percorreu uma trajetória árdua e não-linear para o campo da cidadania plena, pois, embora declarada responsabilidade do Estado e política de proteção social - no campo da seguridade social - na maioria das vezes, ainda a Assistência Social vem atuando apenas no alívio da pobreza.

O processo brasileiro de descentralização previsto na Constituição de 1988 atribuiu aos municípios a responsabilidade pela execução das políticas sociais. Dentre outros, um dos motivos foi a proximidade do poder local com os usuários destes serviços e a possibilidade de uma melhor formulação de respostas às demandas sociais locais.

Iniciativas de várias envergaduras, desenhos e formulações foram sendo implantadas em diversos municípios brasileiros, já sob a regulamentação da LOAS, considerando a participação popular (com ampla implantação de conselhos), a descentralização (do nível nacional e estadual para os municípios e, em alguns casos, intra-municipal) e amplo debate sobre a gestão e responsabilidade pelo financiamento. (ROCHA; PINHEIRO, 2004, p. 106).

De acordo com a autora, os pressupostos que informaram o desenho e a implantação do Sistema Municipal de Assistência Social em Belo Horizonte basearam-se no paradigma da universalização do direito à proteção social, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas, como também a Assistência Social compreendida como uma política pública de seguridade social, não contributiva, capaz de garantir acesso e direito a uma rede de proteção social na perspectiva da autonomia dos indivíduos e suas famílias.

Conforme estabelecem os documentos oficiais da gestão, a qualidade dos serviços que são prestados aos usuários, a possibilidade de emancipação e autonomia dos mesmos, por seus direitos e protagonismo, os programas, projetos, serviços e benefícios são articulados de modo a que portas de entrada claras levem ao atendimento a cada família de acordo com seu grau de dificuldades.

Constituem-se como público usuário do Sistema Municipal de Assistência Social, pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão por pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de

violência advinda do núcleo familiar; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social, desemprego ou inserção precária no trabalho, calamidades públicas e intercorrências naturais.

O desenho de intervenção do Sistema Municipal da Assistência Social, em Belo Horizonte, é baseado no território onde as famílias moram, com o sistema de serviços locais, regionais e municipais.

Em nível local, organiza-se pautado na territorialidade, um recorte relevante no espaço considerando escala e acessibilidade a bens e serviços, pautados na justificativa de que quanto mais próximo do cidadão a oferta e a entrega de serviços, melhor o acesso. Aqui, guarda-se também uma reflexão e atuação sobre a valorização da vivência comunitária, do sentimento de pertencimento, dos laços familiares e comunitários.

Trabalha-se também no nível regional, com serviços de média complexidade e de custo médio que visam atender famílias que já se encontram em situação de risco e em situações de urgências, com problemas de subsistência, que precisam de cuidados no domicílio para idosos e deficientes, abordagem de rua para adultos, crianças e adolescentes.

No nível municipal estão os atendimentos mais complexos e o enfrentamento a situações onde as famílias necessitam de apoio total do poder público. Congregam os atendimentos em abrigos, repúblicas, moradias temporárias, bem como os centros de qualificação profissional, com ações também para trabalho protegido.

Os serviços visam garantir convivência familiar e comunitária, como um direito social expresso na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e nos Estatutos da Criança e Adolescente e do Idoso. No Sistema de Belo Horizonte são considerados serviços básicos toda a base local que tem por finalidade orientar, atender nos diversos programas e apoiar as famílias no cuidado com os seus membros. Fazem parte o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - (substituto do antigo Núcleo de apoio à Família - NAF), a Casa de Brincar (atendimento a crianças de zero a seis anos), os Grupos de Convivência para a Terceira Idade, o Programa de Socialização Infante-juvenil (seis a catorze anos em horário alternativo ao horário escolar) e o Programa para Jovens (15 a 18 anos).

Conforme a nomenclatura federal determina, são considerados serviços de proteção especial aqueles que se destinam às famílias que já se encontram em situação de risco, com membros que sofreram violência doméstica, abuso ou exploração sexual, envolvimento com o tráfico de drogas, dificuldade de subsistência, deficiência e moradia na rua.

Fazem parte do serviço de proteção especial programas, projetos e serviços de base regional e de base municipal. São eles: Serviço de Orientação Sócio-Familiar - SOSF (atende

famílias que violaram direitos e têm medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude), Plantão Social (repasse de benefícios emergenciais), medidas sócioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, abordagem de rua, repúblicas para a população de rua, abrigos para intercorrências (chuvas, despejos), abrigos para crianças e adolescentes, albergues, casas-lares, centros de passagem, centros de qualificação sócio-profissional e intermediação de trabalho protegido e cuidados no domicílio (idosos e deficientes).

3.3 – A LOAS e o desenho da Política de Assistência Social

“Mas o desafio é também enfrentar a concepção das pessoas porque é mais fácil ser assistido do que exercer cidadania”. (GESTOR DA SMAAS)¹⁶.

A LOAS, fundamentada em 1993 - qualifica a proteção à família como um dos objetivos da Política de Assistência Social, definida como política de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado, concepção que demanda ações integradas entre as políticas setoriais, regidas por princípios que vão desde a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas até ao respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer exigência de comprovação vexatória de necessidade para o recebimento de benefícios.

A Política Nacional de Assistência Social considera como os seus destinatários os segmentos populacionais involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas, das oportunidades de acesso ao trabalho e a bens e serviços produzidos pela sociedade, das formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária, com prioridade para aqueles em:

a) “condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida, que ocorrem, prioritariamente, em crianças de zero a cinco anos e em idosos acima de sessenta anos;

b) condições de desvantagem pessoal resultantes ou de incapacidades, que limitam ou impedem o indivíduo no desempenho de uma atividade considerada normal para sua idade e sexo, face ao contexto sócio-cultural no qual se insere; e,

¹⁶ Depoimento Verbal em 18/06/2008.

c) situações circunstanciais e conjunturais como abuso e exploração comercial sexual infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil, moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial das drogas, crianças e adolescentes vítimas de abandono e desagregação familiar, crianças, idosos e mulheres vítimas de maus tratos”. (BRASIL, 2005).

Cabe à Política da Assistência Social o desempenho de quatro funções distintas e complementares, que devem estar articuladas com as demais políticas públicas:

a) Inserção: entendida como forma de inclusão dos destinatários da assistência social nas políticas sociais básicas propiciando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população;

b) Prevenção: no sentido de criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que já possui aos bens e serviços mantendo-o incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha de pobreza e/ou atendido pelas políticas sócio-econômicas setoriais;

c) Promoção: vista como a função de promover a cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários da Assistência Social; e,

d) Proteção: compreendida como a atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meios de ações de redistribuição de renda direta e indireta”. (BRASIL, 2005).

3.4 - O SUAS e suas diretrizes para a Política Municipal de Assistência Social

“2004 é o ano de definição das diretrizes políticas – traz o debate sobre financiamento e matricialidade sóciofamiliar (mesmo sem explicitar a questão de gênero)...” (GESTORA DA SMAAS.)¹⁷.

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS – implementado no ano de 2004, reorienta os princípios, formas de organização administrativa, responsabilidades na gestão e no co-financiamento pelas três esferas de governo para a política de Assistência Social, projetando-se como uma rede de proteção regulada e hierarquizada, ofertando serviços, programas e projetos, tendo como eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar; a

¹⁷ Depoimento Verbal em 06/08/2008.

descentralização político-administrativa e a territorialização, bem como a informação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas;

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS está respaldada pela resolução n.145, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004 (BRASIL,2004) e consagra a transição entre a tradição de favores políticos e de caridade, que historicamente marcaram essa área, para um novo estágio em que as ações de assistência estejam sintonizadas com o direito social. “Tira-se o foco da pessoa e o coloca na situação: a fome é um fenômeno! Mas de lá pra cá ficaram muitas arestas, muitos is sem pingos (...) Não é a pessoa isolada e sim a situação que precisa ser focada”. (GESTORA DA SMAAS.)¹⁸.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social de acordo com a Resolução n ° 27 do Conselho Nacional da Assistência Social, de 24 de fevereiro de 2005 (BRASIL, 2005) é um resultado de mais de uma década de formulação e debate na área da Assistência Social com prioridade para o processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social pela construção das bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, reordenando o modelo de gestão para todo território nacional.

Dispõe sobre as funções da Assistência Social:

Proteção Social:

- Sobrevivência/rendimento/ autonomia, através de benefícios continuados e eventuais (transferência de renda);
- Convívio familiar/convivência, através de ações socioeducativas, lúdicas, culturais;
- Acolhida, por meios de ações, serviços destinados a proteger e recuperar situações de abandono, isolamento.

Vigilância Socioassistencial:

- Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados em relação:
- Público e incidência de situações de violação de direitos, vitimizações etc
- Serviços

Defesa Social e Institucional:

- Atendimento digno;
- Garantia de acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais;
- Conter normas que disponham sobre o seu funcionamento e o acesso aos benefícios.

18 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

A Política de Assistência Social estrutura-se a partir de dois eixos: **Proteção Social Básica** (objeto de análise dessa dissertação) e **Proteção Especial**;

O eixo de atuação denominado **Proteção Social Básica** tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. (BRASIL, 2004).

O eixo de atuação denominado **Proteção Social Especial** visa proteger famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social e expostos à ocorrência de violação de direitos. Divide-se em proteção social especial de média e alta complexidade.

Os serviços de Proteção Social Básica são:

Na Abrangência Regional:

- Plantão Social;
- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social (antigos NAF's)¹⁹;
- Acompanhamento a Famílias do Bolsa Família fora das áreas dos CRAS;
- Serviço de proteção social a pessoa com deficiência;

Na Abrangência Municipal:

- Inclusão produtiva: Grupos de produção, Qualificação profissional, Trabalho protegido (PROMETI - Programa Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil - e Profissão futuro);

Já os Serviços de Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade) são:

Serviço Especializado de Proteção à Família

- SOSF (Serviço de orientação sócio-familiar)
- Bolsa Moradia
- Serviço de Acompanhamento Sócio-familiar (idosos e pessoas com deficiência)

Serviço Especializado de Proteção às Pessoas em Situação de Violência

¹⁹ Em Belo Horizonte, foram implementados nove NAF's – Núcleo de Apoio à Família – no ano de 2001. Atualmente existem 16 na cidade, com perspectiva de ampliação para 22 até fevereiro de 2009. Entretanto, conforme, dado da Gerente de Coordenação da Política Municipal de Assistência Social, e de acordo com o mapa de exclusão social, a cidade demanda 176 unidades de NAF's, atualmente identificados como CRAS: Centro de Referência da Assistência Social, conforme diretrizes da esfera federal de governo.

- Programa Sentinela
- Programa de Combate ao Trabalho Infante Juvenil

Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Medidas Sócio-Educativas (Prestação de Serviços à Comunidade/Liberdade Assistida)

Serviço Especializado de Abordagem Social nas Ruas

- Espaços de Referência
 - Miguilim cultural
 - Centro de Referência da População de Rua

Abrigamento:

- Albergue Noturno Municipal
- República Maria Maria
- República Reviver
- Abrigo Granja de Freitas e Pompéia
- Abrigo São Paulo

Acolhimento Institucional ou Familiar:

- Instituições de Longa Permanência para Idosos.
- Abrigo para crianças e adolescentes
- Família Acolhedora

3.5 – A família e o território como pressupostos da gestão da cidade

A família ocupa um lugar de centralidade para a concepção e execução de serviços, programas, benefícios e projetos da Política Nacional de Assistência Social.

Em Belo Horizonte, o modelo de gestão descentralizada e intersetorial alterou a lógica de organização das políticas, propondo como foco prioritário de intervenção a “família”, tendo o “território” como base de organização dos serviços, programas, projetos e benefícios que passam a ser definidos pelas funções que possuem, conforme prevê a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB.

O texto constitucional de 1988 inclui as famílias monoparentais, masculina ou feminina, quando conceitua a família como a comunidade formada pelos pais ou por um deles e seus descendentes. Modifica a situação anterior que desconhecia a união de fato, o que levava principalmente as mulheres a sofrerem muitas injustiças ao viverem relações conjugais não formais, no que se referia à divisão de bens, à guarda dos filhos e à previdência do companheiro (FONSECA, 2002). No entanto, o avanço constitucional é parcial, na medida em que não reconhece, legalmente, todos os arranjos familiares existentes.

De forma breve, no tocante à família, a Constituição de 1988 dispõe os seguintes princípios:

- a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado;
- é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar;
- a entidade familiar também é a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes;
- os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher;
- o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio;
- o planejamento familiar é de livre decisão do casal;
- os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores;
- é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além, de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em 2001, com a realização da IV Conferência Municipal da Assistência Social de Belo Horizonte, os debates ocorridos reforçaram a importância da intersetorialidade e da descentralização aprovando como diretriz a centralidade no trabalho no município voltado, prioritariamente para os “núcleos familiares”.

A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS - tem por finalidade a formulação, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e avaliação do SUAS Belo Horizonte.

Os principais eixos estruturantes da Política Municipal da Assistência em Belo Horizonte são:

Matricialidade Sócio-familiar: a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre seus membros e a coletividade, assim, assume a centralidade no âmbito das ações desta política, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização.

Territorialização: pautando-se na justificativa da alta densidade populacional e, ao mesmo tempo, em seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial, a vertente territorial apresenta-se como norteadora das ações na Política de Assistência Social também.

3.6 - Falas do Estado ou o ‘estado’ das falas sobre as desigualdades de gênero

A questão de gênero não está colocada e não orienta a formulação da Política Municipal (...) Nunca ganhou centralidade nos debates, nunca houve uma articulação com a agenda feminista nem mesmo no trabalho com os ODM, embora exista uma sensibilização em torno do tema ‘feminização da pobreza’. (GESTOR DA SMAAS.)²⁰.

Autonomia e empoderamento são perspectiva da Secretaria, pautada na Política nacional. O viés da promoção da autonomia está posto para os serviços da proteção básica, através do fortalecimento dos vínculos sociais. Todos os serviços da Proteção Básica se pautam na promoção da autonomia dos sujeitos a partir do fortalecimento dos vínculos familiares. (GESTORA DA SMAAS.)²¹.

Os procedimentos metodológicos que embasaram a elaboração desta dissertação pressuporaram tanto análise documental como também a realização de pesquisa qualitativa como recurso para captar a experiência dos sujeitos envolvidos com a temática central dessa dissertação: o viés familista nas políticas da assistência social, pautada na essencialização da feminização do cuidado.

Foram realizadas sete entrevistas com gestoras e coordenadores dos programas sócio-familiares da Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte a partir de um roteiro temático, em anexo, que buscou captar as dimensões de gênero e a concepção de sujeito feminino presentes na efetivação da política municipal de Assistência Social.

Retomaremos os três dilemas teórico-políticos para a Política de Assistência Social, com relação à perspectiva de superação da subordinação – elencados na introdução dessa

20 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

21 Depoimento Verbal em 29/05/2008.

dissertação – para articularmos algumas considerações resultantes do trabalho empírico. São eles:

- 1. A essencialização do espaço doméstico e do núcleo familiar como locus preferencial de atuação das mulheres e das responsabilidades sociais efetivas do sujeito feminino;**
- 2. O modelo de Estado brasileiro, com seu legado de um passado escravocrata e patriarcal, e sua concepção acerca do papel das mulheres na sociedade e na divisão sexual do trabalho doméstico;**
- 3. A concepção de construção da autonomia – entre o familismo e o feminismo - e o processo de superação da subordinação;**

Com base em análises de documentos e na pesquisa qualitativa realizada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura de Belo Horizonte, podemos visualizar de que modo a mulher assume o lugar da “família” na política de assistência social, incorporando a função de mediação entre o arranjo familiar (esfera privada) e a esfera pública. Destaca-se, de partida, que a mulher é a principal atriz na política de assistência social, seja na gestão e execução, seja como beneficiária:

Tanto o público como o conjunto de trabalhadores é composto pelo que você está chamando de sujeito feminino, mas é perpetuado a naturalização do cuidado com os membros da família e a harmonia do lar, que se reflete na escolha da profissão: são psicólogas e assistentes sociais em sua maioria – representação social de profissões que estão cuidando do próximo, que é associado ao papel da mulher de cuidar, não só da casa mas também das relações sociais. (GESTOR DA SMAAS)²².

Este ponto de partida já é produto do padrão das relações de gênero, que orientam, de modo mais ou menos rígido, a conduta dos indivíduos e a ação estatal. A associação família=mulher é incorporada tanto entre as beneficiárias da política quanto pelo conjunto de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pela política. “A ação estatal tem reforçado a perpetuação dos papéis sociais de homens e mulheres, das identidades masculinas e

22 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

femininas, através da própria dinâmica de seus programas e ações para crianças, para jovens, para a inclusão produtiva”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS.)²³.

Os programas e serviços da assistência social produzem uma invisibilidade das mulheres, ocultam suas funções e responsabilidades, ao mesmo tempo em que fazem uso de seus papéis tradicionais. Eis a sua ambigüidade, referenciadora dos dilemas que aponta frente à perspectiva de autonomia e empoderamento das mulheres. “A assistência foca o combate à pobreza e à vulnerabilidade. Queremos superá-las. O viés da questão da mulher é transversal, não pode ser responsabilidade nossa”. (GESTORA DA SMAAS.)²⁴.

O que é silenciado nos documentos orientadores não pode ser ocultado nem negado na prática. Nesse sentido, há um distanciamento, um descolamento, entre os documentos que instituem as orientações e a operacionalização da política. Estes não dizem que a mulher é a representante preferencial da família mas, na prática, as estratégias são dirigidas para a participação da mulher/esposa/mãe: “Os programas e ações do CRAS pautam-se na questão da convivência familiar – ocorrem diversas oficinas e projetos – mas vai no automático a reprodução do papel feminino”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS.)²⁵.

De acordo com as entrevistas realizadas, podemos afirmar que as mulheres são as principais demandatárias dos benefícios assistenciais e as principais responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, seja participando diretamente das atividades programadas, seja zelando para que os demais membros da família também cumpram as exigências, como frequência escolar e atendimento à saúde. “As mulheres, sem qualquer dúvida, são 99%, tanto institucionais como usuárias. Por que ninguém se incomoda? Há uma naturalização do papel do cuidado, daquela que resgata a harmonia, que desfaz a guerra, que agrega”. (GESTORA DA SMAAS.)²⁶.

Vale dizer que, quando as “necessidades” de consumo da família não são satisfeitas com a renda do trabalho (masculino e feminino), cabe à mulher a busca dos recursos governamentais. Retomo aqui um depoimento que trata da atuação das equipes técnicas da Secretaria e , que de certa forma, demonstra como a ação dos agentes estatais influencia a atuação da sociedade: “A atual preocupação está centrada na política de recursos humanos: o

23 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

24 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

25 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

26 Depoimento Verbal em 04/06/2008.

debate está caloroso, intenso. Esse é um grande gargalo: muitas técnicas ainda referenciam sua ação na caridade, é a despolitização da política”. (GESTOR DA SMAAS.)²⁷.

O papel de “cuidadora”, definido socialmente como tarefa feminina, recai mais pesadamente sobre as mulheres pobres, desprovidas dos serviços oferecidos pelo mercado, alijadas de muitas das facilidades propiciadas pelas tecnologias e receptoras de serviços públicos:

As trabalhadoras da Secretaria incorporam o discurso do cuidado no processo de escolha da profissão e isso reflete na ausência de demandas para a revisão desse lugar da mulher na sociedade, não incomoda às técnicas, pelo contrário! O que as incomoda são as mulheres que se furtam do papel de assumirem a retomada dos vínculos familiares, muitas vezes em contextos onde eles nunca existiram. (GESTORA DA SMAAS.)²⁸.

Por outro ângulo, é também o papel de cuidadora o mais freqüentemente invocado pela política de assistência social ao se dirigir às mulheres pobres. Podemos até mesmo asseverar que, nestas circunstâncias, a classe social se combina com a estrutura das relações sociais de gênero e esses dois fenômenos ganham corpo no desenho de um sistema de proteção social extremamente precário. No conjunto das entrevistas realizadas, um único homem representou os gestores responsáveis pela Política da Assistência Social. Sua reflexão sobre a “feminização do cuidado” é pertinente às considerações apresentadas nesta dissertação:

O que eu percebo e repito é a necessidade de ressignificar a palavra CUIDADO de modo que ela possa ser também incorporada pelo universo masculino, desassociada da perspectiva de proteção (...) como possibilidade de trabalho junto às famílias para a revisão dos papéis que o sujeito tem na família. (GESTOR DA SMAAS)²⁹.

O que percebemos é a existência de um marcador de gênero no desenho dos programas e no acesso às políticas sociais, capaz de influenciar a conduta de homens e mulheres, de forma a orientar quem busca quais bens e serviços. Isso diz respeito ao modo como um padrão de valor cultural é institucionalizado na Política de Assistência Social. “A questão da autonomia, do empoderamento está colocada para a intervenção dos CRAS, mais

27 Depoimento Verbal em 18/06/2006.

28 Depoimento Verbal em 30/06/2008.

29 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

especificamente pós 2005 (6ª Conferência), mas com foco nas famílias, no que diz respeito aos seus projetos de vida e renda”. (COORDENADORA DE PROGRAMA DA SMAAS)³⁰.

Como resultado, perante a Política de Assistência Social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito feminino, vinculando-o à maternidade. Nas considerações de uma gerente de Programas da Secretaria, essa condição fica explicitada: “Mas a Assistência Social é uma área propícia para a conservação e reprodução da subordinação social feminina”. (COORDENADORA DE PROGRAMA DA SMAAS)³¹.

Contudo – diante das considerações apresentadas ao longo dessa dissertação, embasadas nas reflexões teóricas que orientam sua organização - é possível afirmar que a exclusão social e a pobreza são também consequências da histórica condição de subordinação sócio cultural. Isto quer dizer que, se a Política de Assistência Social opera pela superação do fenômeno da pobreza e da exclusão sócio-política, precisa abordar a “Feminização da Pobreza” como um dos efeitos perversos da situação de opressão-dominação e subalternidade feminina em nossa sociedade. Essa é a consideração mais relevante que podemos destacar através da análise dos dados empíricos dessa dissertação. Destaco a seguir duas considerações relativas à questão da subordinação, apresentadas por gestoras municipais da Política de Assistência Social: “A subordinação social não está posta, não é uma reflexão em vista. A exploração sexual e a violência sim!”. (GESTOR DA SMAAS)³². “A questão da subordinação está posta para a gestão da Assistência mas não é encarada como o fenômeno pobreza. Entretanto, minha intuição avisa: este é o momento”. (GESTORA DA SMAAS)³³.

Analisando os documentos produzidos e divulgados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em relação à Política Municipal de Assistência Social, podemos observar que as diretrizes de gestão da cidade pensam a sua prática tendo como foco a família, entendendo-a em seus variados arranjos. Entretanto, a incorporação da diversidade de arranjos na definição de família não implica, contudo, na eliminação dos traços idílicos. Assim, define que “família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão”. (BRASIL, 2005, p. 11).

Essa concepção é percebida nos discursos das equipes gestoras, ao mesmo tempo em que apresentam considerações favoráveis sobre os efeitos e impactos de seus programas para a vida das mulheres: “Acredito no impacto dos programas sócio familiares sobre a vida das

30 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

31 Depoimento Verbal em 11/08/2008.

32 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

33 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

mulheres: a mulher sai fortalecida, mas não é proposto numa perspectiva de rever sua função na sociedade”. (COORDENADORA DE PROGRAMA DA SMAAS)³⁴. “A família é o foco, o paradoxo é porque não empodera para questionar o seu papel social. O que ocorre é seu fortalecimento enquanto sujeito que não é apenas uma complementação de renda. Tornar-se sujeito é ser capaz de perceber a violação de seus direitos”. (GESTOR DA SMAAS)³⁵.

Com essa concepção sobre família e situação das mulheres, foram elaboradas as “diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e com indivíduos”, visando o funcionamento dos CRAS. Nesse documento podemos destacar alguns pontos, como a orientação para “realizar trabalho com grupos de famílias ou seus representantes”. Na prática, quem participa dos grupos são quase sempre as mulheres, de acordo com os relatos em depoimento da Gerente de Coordenação dos NAF’s\CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). (GERENTE DE COORDENAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS)³⁶.

Outros dados possíveis de se levantar é o número de meninas, adolescentes e mulheres nos programas da Política de Proteção Básica: te digo sem constrangimento: são mais de 70% (...) E é isso, as práticas, as atividades dos programas reproduzem sim o que é papel da menina e do menino nas brincadeiras da Casa de Brincar, nas atividades da Socialização 6-14, no pró-jovem, nas oficinas do CRAS e nos cursos da Inclusão Produtiva. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)³⁷.

Embora o documento empregue a categoria “gênero” em alguns momentos, a rigor ele opera com uma invisibilidade de gênero quando trata dos procedimentos de atendimento. “A Assistência reproduz um pouco a lógica da Educação: o público feminino é que sempre aparece para responder, também nas oficinas e conferências. Mas o que fazer para levar os homens para os CRAS, qual metodologia?”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)³⁸.

O mesmo ocorre ao falar de “entrevista com a família”. De acordo com a referida gerente, em geral, é a mulher quem presta as informações sobre as condições dos membros da família. Mais uma vez o sujeito é diluído na noção de família e as necessidades familiares tornam-se uma singularidade feminina.

34 Depoimento Verbal em 29/05/2008.

35 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

36 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

37 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

38 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

Nossa preocupação inicialmente era a descentralização das ações, tendo a família como referência(...) O perfil das famílias é negro e feminino. Mas mesmo para quem está na ponta essa discussão nunca apareceu, nem nas conferências que sempre discutiram quatro aspectos específicos: controle social, financiamento, a gestão da política e mais recentemente, a questão dos recursos humanos. (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA SMAAS)³⁹.

Como podemos perceber, a análise dos documentos institucionais e a pesquisa de campo junto às equipes gestoras dos programas sócio-familiares, demonstram como a família, na operacionalização da política, torna-se equivalente à mulher e esta se apresenta como representante do arranjo familiar, incorporando suas demandas e necessidades. E mais: demonstram como essa discussão ainda não compõe a agenda da Política de Assistência Social. Como se, simplesmente, ficasse compreendido que as necessidades familiares, quando remetidas para o âmbito da Assistência Social, tornassem uma singularidade feminina, concepção e abordagem que cede espaço para práticas conservadoras - através dos programas e ações governamentais - sobre as diferenças sexuais, cristalizando as posições e papéis dos sujeitos femininos e masculinos na sociedade, conforme considerações das gestoras entrevistadas.

De acordo com Goldani (2001), a identificação da família com a mulher, a divisão dos papéis femininos e masculinos na base da divisão do trabalho fazem com que as mulheres, em sua maioria, tenham direitos, não como cidadãs, mas como mães e esposas. As evidências sugerem que às mulheres coube parte substancial do elevado custo social deste processo e que as famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão-de-obra, bem como as famílias com chefes mulheres com filhos pequenos foram as mais afetadas.

Eu aponto ainda outro paradoxo: pensar a autonomia não só frente ao Estado, à sociedade, mas também frente aos arranjos familiares. O Pró-jovem a partir do próximo ano irá transferir o recursos para a família e não para o jovem.. Quais as consequências dessa decisão? Que efeitos aguardar? É essa a melhor saída? (GESTOR DA SMAAS)⁴⁰.

39 Depoimento Verbal em 04/06/2008.

40 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

Ana Paula Salej⁴¹, constata que o número de programas com a preocupação voltada para as relações de gênero é pequeno e está concentrado em realidades marcadas por riscos, em especial pela violência doméstica e a falta de condições das mulheres sustentarem-se. A autora aponta a relevância da existência de programas que pudessem atuar junto às mulheres que apesar de vulneráveis ainda não tiveram seus vínculos familiares ameaçados ou rompidos, em uma perspectiva de promoção da mulher e prevenção do risco. Constata também a ausência de programas específicos para aprimorar as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. E assim conclui:

As dimensões de gênero, raça e orientação sexual ainda comparecem timidamente nos programas sociais da PBH. Cabe-nos ressaltar que se tais dimensões sofressem um processo de maior intensificação e visibilização, certamente poderíamos afirmar que a dimensão do reconhecimento, como proposta por Fraser e aqui discutida, estaria comparecendo nestas análises de forma mais robusta. O que este quadro parece-nos demonstrar é ainda a incipiência de um modelo de estado social ainda em construção e por isso mesmo inconcluso. (SALEJ, 2008, p. 14).

3.7 - O sujeito feminino e a dimensão de gênero nos programas sócio-familiares de proteção básica da Política Municipal de Assistência Social

“Precisamos vencer esta etapa de gastar muita energia com organização de serviços para gastar energia com conteúdos”. (GESTORA DA SMAAS)⁴².

Conforme análise da pesquisa qualitativa realizada, podemos considerar que a relação das mulheres com o Estado e as políticas públicas de Assistência Social passa – preferencialmente - pela associação dessas com a maternidade. Neste sentido, as mulheres se incluem - nas referidas políticas e seus respectivos programas - a partir de questões do mundo doméstico, questões essas associadas às tarefas de reprodução, o que afirma seu estatuto político em razão das funções maternas e de cuidado.

41 O trabalho de Salej (2008), ao analisar as políticas sociais em Belo Horizonte, demonstra a incipiência de um modelo de estado social ainda em construção e por isso mesmo, inconcluso. E assim destaca como a questão de gênero compareceu na pesquisa, afirmando suas perspectivas de que a mesma sirva como um alerta ao campo feminista acerca do desafio que a temática ainda precisa enfrentar para figurar entre os eixos estruturadores das políticas sociais.

42 Depoimento Verbal em 30/06/2008.

Ao privilegiar “a singularidade feminina”, essa abordagem cede espaço para concepções conservadoras sobre as diferenças sexuais, cristalizando as posições sociais de homens e mulheres.

Tem a contribuição, em certa medida, de “valorizar a mulher”, mas isto não implica em mudanças sociais nas relações de gênero, dado que tende a valorizar os papéis femininos tradicionais, como a associação entre mulher e esfera reprodutiva ou mulher e maternidade. Essa noção, por exemplo, resulta no que Fraser (2002) denomina “reconhecimento equivocado”.

Em contraposição a esse tipo de postura a autora defende, na companhia de muitas outras autoras feministas, que o reconhecimento da mulher passa pela necessária compreensão de seu lugar social como cidadã, e não como representante de um grupo doméstico. Isso demanda, segundo Fraser (2002), a adoção de um *reconhecimento recíproco e igualdade de status* que coloca sob questionamento o *reconhecimento equivocado sexista e a subordinação de status*.

Neste sentido, a subordinação torna-se categoria fundamental para análise de uma ação política ou de uma política pública. Propor a inclusão dessa categoria entre os pressupostos da Política Municipal de Assistência Social é uma premissa deste trabalho, na perspectiva da efetivação de políticas públicas pautadas na substantivação de sujeitos autônomos, emancipados e empoderados como prevêm seus documentos oficiais.

Como resultado, perante a Política de Assistência Social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher, vinculando-o à maternidade. “É paradoxal a questão dos impactos: a mulher pode reproduzir a responsabilização pelo cuidado mas ela, indiretamente, adquire subsídios simbólicos para se empoderar, por mais que isso não tenha sido programado”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)⁴³.

Consideramos, à luz de algumas das teorias feministas, que os processos de fixação e essencialização de identidades de homens e mulheres, a exemplo da conservação das mulheres junto às tarefas reprodutivas, contribui para o reforço da lógica binária de classificação e para a perpetuação da subalternidade feminina. E mais: como deixa muito claro Mariano (2007), as experiências institucionais, ao se apropriarem da categoria gênero, a

43 Depoimento Verbal em 29/05/2008.

empregam como contraponto ao feminismo, refletida na redução de seu conteúdo crítico sobre a subordinação feminina. É nesse sentido que problematizamos a feminização do cuidado, embasado em um viés familista das políticas da Assistência Social, frente aos pressupostos feministas de superação da subalternidade sócio-cultural das mulheres. “A pobreza incomoda, não o papel da mulher na sociedade, isso não aparece em nenhum núcleo de apoio às famílias”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)⁴⁴.

3.8 – Dilemas contemporâneos: eixos que constrõem a desigualdade

“O que eu acho é que a Secretaria pode contribuir promovendo o acesso a recursos materiais e simbólicos – entra toda uma reflexão sobre sua condição...”. (GESTORA DA SMAAS)⁴⁵.

Soares (2004), apresenta os eixos que deveriam ser combatidos pelas políticas públicas para a superação da subordinação sócio-cultural das mulheres, reavivando os pressupostos feministas no processo de implementação das ações e programas governamentais⁴⁶. Neste sentido, destaca as metas principais de uma política comprometida com a perspectiva de empoderamento e emancipação das mulheres:

- I. “Garantia da autonomia e direito ao trabalho, pois a independência econômica é um dos elementos centrais da emancipação do ser humano, do seu direito pleno ao exercício da cidadania⁴⁷.”
- II. Alteração da divisão sexual do trabalho no interior dos núcleos familiares, pois as relações desiguais de gênero estão sustentadas pela divisão sexual e diferenciada do trabalho, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão, pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos e com a família e por uma cultura que reproduz e reforça a discriminação e violência contra as mulheres⁴⁸.

44 Depoimento Verbal em 03/07/2008

45 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

46 Destacamos essa discussão na perspectiva de articulá-la com a análise dos dados empíricos apresentados na seção anterior, sem perder de vista os três dilemas propostos nessa dissertação para a Política de Assistência Social frente ao empoderamento das mulheres.

47 Destacamos a relação do eixo proposto por Soares (2004) com o III dilema proposto nessa dissertação

48 Destacamos a relação deste segundo eixo proposto por Soares (2004) com os dilemas I e II, propostos nessa dissertação.

III. Garantia de condições de autonomia sobre o corpo e sobre a maternidade, pois o controle do corpo das mulheres e a imposição da maternidade como constitutiva da identidade feminina são estruturas do processo de subordinação das mulheres, em nossa sociedade. Para isso são necessárias políticas que garantam às mulheres uma vida sem violência e o direito de decidir sobre a maternidade e sua sexualidade, com direito à saúde e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

IV. Combate ao racismo e a todas as formas de preconceito e discriminação. O racismo e o sexismo são duas formas fundamentais de discriminação que perpassam a sociedade em todas as relações sociais no Brasil: gênero e raça são eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e exclusão social⁴⁹.

V. Rompimento com o silêncio das mulheres, como forma de favorecimento à organização e à participação das mulheres, não individualmente, mas das mulheres como sujeitos históricos”. (SOARES, 2004, p. 117-118).

Para o enfrentamento destes eixos que constroem a desigualdade e injustiças de gênero, as políticas públicas deveriam incidir, conforme aponta Soares (2004), sob quatro âmbitos estratégicos e intimamente relacionados à análise apresentadas nas duas últimas seções dessa dissertação:

- “na desigualdade de gênero, que surge das construções sócio-culturais e históricas, que transformam as diferenças sexuais em discriminações e se expressam na divisão sexual do trabalho, no acesso diferencial e hierarquizado aos recursos, tanto materiais como simbólicos, assim como ao poder, nas suas mais distintas expressões;
- na divisão sexual do trabalho, que faz com que a designação quase exclusiva das tarefas domésticas de caráter reprodutivo e de cuidado das pessoas caibam às mulheres;
- no acesso diferenciado, do uso e do controle dos recursos produtivos (do trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais), atuar assim nas limitações que as mulheres têm para gerar renda, obter benefícios, de acordo com sua contribuição, assim como se incorporar nos processos de mobilidade social;
- na distribuição desigual do poder, entre homens e mulheres e nas dificuldades que as mulheres encontram para participar ativamente dos processos de decisão, tanto em casa, como na comunidade, na sociedade. Interferir nos obstáculos que impedem as mulheres de intervir na definição dos recursos, dos objetivos, dos programas e das políticas, ou seja da participação das mulheres nos momentos de decisão”. (SOARES, 2004, p.118-119).

49 Destacamos também a relação deste terceiro eixo proposto por Soares (2004) com o dilema II dessa dissertação.

Conforme essa proposta perspectivada por Soares (2004), as políticas voltadas para as famílias deveriam ser pensadas no eixo de construção da autonomia e da redivisão das tarefas de cuidado, superando a abordagem de que a mulher é a única responsável pelas tarefas domésticas e de cuidado com os filhos.

Assim, o combate à pobreza das mulheres permitiria, nessa perspectiva, pensar em geração de renda para as mulheres, superando a reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho, sobretudo quanto ao reforço de trabalhos tidos como “de mulheres” oferecendo opções restritas para gerar renda, tais como, reunir as mulheres em grupos de geração de renda apenas de costura, cozinha, artesanato, entre outras.

Enfim, refletir sobre a concepção do sujeito feminino incorporada na Política de Assistência Social, implica em compreender como as ações governamentais, as políticas públicas e os programas desenvolvidos por governos podem exercer um papel importante diante deste quadro de desigualdades: podem reforçar as desigualdades, o que ocorre, geralmente pelo fato dos governos não estarem “atentos” às desigualdades de gênero. E, mais que isto, em decorrência também da própria sociedade não estar atenta a estas desigualdades. (SOARES, 2004).

Mas as ações governamentais, as políticas públicas, podem também contribuir para a redução da desigualdade de gênero:

Em primeiro lugar, reconhecendo que esta desigualdade existe e que ela deve e pode ser reduzida. Em segundo lugar, integrando o combate à desigualdade de gênero à agenda de governo, junto com o combate a “outras desigualdades”. Em terceiro lugar, identificando como e onde estas desigualdades se manifestam e quais seus impactos, para que se possa planejar estratégias de ação. (SOARES, 2004. p 124).

Comprendemos que a incorporação da questão de gênero pela gestão de governo de uma cidade nem sempre significa “aderência” à agenda de gênero. Há ainda muitas políticas e programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos de programas mais gerais, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado. A questão dos programas sócio familiares da Política de Assistência Social são ainda mais graves, uma vez que operam sob a invisibilidade das desigualdades de gênero, direcionando seu foco de ação para o enfrentamento à condição da pobreza. “A questão de gênero não é paradigma em nenhum momento, mesmo correndo o risco de estar generalizando, mas é minha percepção. É a

inexistência de recursos financeiros, é a violência o que incomoda”. (GESTORA DA SMAAS)⁵⁰.

Conforme Marilena Chauí, o silêncio é uma das formas de operar da ideologia. Assim, o “sujeito” destes programas, em sua forma discursiva, é abstrato e descorporificado, contrariando a realidade que nos comprova que este ‘sujeito’ tem gênero: a mulher. Segundo Marilena Chauí, existem três procedimentos por meio dos quais se opera a ideologia: a inversão, que “coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos”; a produção do imaginário social, “através da imaginação reprodutora” que é simultaneamente representação do real e normatização das condutas; e o silêncio, em que nem tudo é dito, como condição de garantir a coerência. (CHAUÍ, 2000, p. 221-2).

O que é silenciado nos documentos orientadores não pode ser ocultado nem negado na prática. Nesse sentido há um claro distanciamento, um descolamento, entre os documentos que instituem as orientações e a operacionalização da política. Aqueles não dizem que a mulher é a representante preferencial da família, mas na prática as estratégias são dirigidas para a participação da mulher/esposa/mãe.

50 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

4. COMO E QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA

A busca pela igualdade de direitos, entre mulheres e homens, vem, gradativamente, ocupando a agenda do Estado, em diferentes modelos de gestão das cidades.

Há, no entanto, um longo percurso para que esta questão e, principalmente, o enfrentamento das contradições na relações de gênero, norteiem o processo de elaboração das políticas públicas, de modo a perspectivar a efetivação de um novo paradigma nas relações entre homens e mulheres em nossa sociedade⁵¹.

O reconhecimento dos governos de que as mulheres vivem situações particulares, discriminações e preconceitos herdados da sua condição feminina, foi traduzido no surgimento de fóruns governamentais, estimulado pela ONU – Organização das Nações Unidas – por ocasião da instituição da década da mulher – 1976/1985 - resultado também da permanente pressão dos movimentos feministas, em nível internacional.

O processo de incorporação da questão de gênero nas políticas públicas é recente e está relacionado às demandas colocadas por esses movimentos organizados e pelos organismos internacionais, com destaque para as Conferências Mundiais das Mulheres, ocorridas em 1975, no México; em 1985, em Nairobi; e em 1995, em Pequim.

A década da Mulher - 1976/1985 - possibilitou que, em muitos países do mundo, as discussões relativas à condição das mulheres na sociedade avançasse de uma forma mais ampla. E este movimento internacional garantiu visibilidade e acúmulo de força política para os movimentos de mulheres, ao mesmo tempo em que a ONU reconheceu o problema das desigualdades nas relações de gênero e as incluiu em sua agenda.

É ainda desafio a implementação - pelos governos locais – das conquistas conceituais firmadas em fóruns internacionais. Podemos perceber, inclusive, que as políticas públicas não atenderão aos interesses da maioria das mulheres, nem haverá modificação das leis que reforçam as contradições entre os sexos enquanto não houver uma resignificação do lugar do feminino em nossa cultura.

Conforme Lúcia Avelar (1996) distingue, há três arenas principais para a ação estatal – que é o lugar institucional onde as decisões são tomadas e as intervenções realizadas – 1ª: a arena redistributiva, cujas decisões têm impacto sobre grandes contingentes populacionais e

51 A UNIFEM elaborou o documento “ O progresso das mulheres no Brasil” (2006), sobre a situação das mulheres no Brasil que apresenta uma análise detalhada sobre a questão.

onde são negociados interesses de numerosos segmentos sociais; 2ª: a arena regulatória, de onde emanam as decisões referentes às leis como aquelas referentes à igualdade entre os sexos; 3ª: a arena distributiva, onde são decididos os subsídios e os sistemas de crédito aos vários grupos de uma sociedade.

Partindo deste recurso analítico, percebemos que as políticas para as mulheres dependem do resultado do jogo dos interesses em disputa. Dependem do modo como os grupos políticos operam no campo das instituições legislativas e executivas, de sua força de pressão, de sua visibilidade, de sua capacidade de articulação, enfim das suas redes de relações. E como nos aponta Lúcia Avelar:

Neste jogo, as mulheres não têm, historicamente, nem representação e nem conhecimento das práticas originárias da dominação masculina. Um ganho relativo no campo das políticas sociais só ocorre quando se alcança efetivo poder nas várias instâncias do canal numérico (executivos e legislativos) e nos canais corporativos (agências de representação de interesses vários, judiciário, mídias, etc.). Por mais importantes que sejam os fóruns internacionais, é no campo das disputas políticas dos respectivos estados que os avanços se efetivarão. (AVELAR, 1996, p.153).

4.1 – As mulheres nas políticas públicas de Belo Horizonte

“Se ocorreu algum diálogo entre os pressupostos feministas e a agenda política da Assistência em BH ele parou nos debates sobre a violência”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)⁵².

As mulheres, desde meados dos anos de 1980, vêm assumindo um papel de destaque na agenda política dos governos. Ao lado de elementos relacionados a mudanças no processo de inserção no mercado de trabalho, também devem ser consideradas as modificações comportamentais, bem como a conscientização das mulheres, com suas demandas direcionadas à construção de uma situação mais igualitária na sociedade, seja no espaço reprodutivo – no âmbito doméstico – seja no espaço produtivo.

Um primeiro desafio, detectado pelos movimentos feministas, a ser enfrentado no processo de implementação de políticas públicas e na organização geral do Estado, está relacionado à necessidade de interferência na pretensa ‘neutralidade’ do mesmo como articulador e propositor da ação política, sob uma perspectiva de gênero. Ou seja,

52 Depoimento verbal em 11/08/2008.

compreendendo que é papel do Estado combater as desigualdades sociais, os movimentos ressaltam a necessidade do mesmo pautar sua intervenção, perspectivado sob o ponto de vista de gênero, de modo a possibilitar alterações nas relações de poder, em sua dimensão social e política.

De acordo com Soares (2004), podemos afirmar que as relações de gênero envolvem relações de poder e que mudanças na organização das relações sociais correspondem, também, a mudanças nas representações de poder. Desse modo, as relações de gênero refletem distribuição de autoridade, de poder e de prestígio desiguais entre os indivíduos, de acordo com seu sexo.

Nesta perspectiva de análise, percebemos que a incorporação de um enfoque de gênero nas políticas implementadas pelos governos é ainda um grande desafio. E, no Brasil, desde os anos 1980, a questão da violência contra a mulher está entre as prioridades das gestões que se propõem a trabalhar essa temática. (FARAH, 1999).

Em Belo Horizonte, o debate sobre as questões de gênero começou também no contexto dos anos de 1980, quando movimentos feministas e de mulheres, se organizaram pela garantia de seus direitos e contra à violência. Como consequência desse processo, foi inaugurada, em 1985, a primeira Delegacia Especializada em Repressão a Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte. No âmbito do poder público municipal, os trabalhos para a implementação de equipamentos específicos para o atendimento à mulher, iniciaram-se em 1993, a partir do Programa Cidadania da Mulher (da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social).

Como demonstra o artigo “Políticas públicas para as mulheres na cidade de Belo Horizonte” (2000), em Belo Horizonte, a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher, foi criada em 1985, ano em que foi realizada a II Conferência Mundial das Mulheres, em Nairobi e se concluíu o período, denominado pela ONU como Década da Mulher – 1975/1985.

Em 1990, os representantes da Câmara Municipal de Belo Horizonte concluíram a Lei Orgânica do Município, que previa ações voltadas para a implantação de equipamentos e serviços, voltados para as mulheres em situação de violência.

Em fevereiro de 1992, foi instalada na Câmara dos Vereadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar assassinatos e violência contra mulheres em Belo Horizonte. Após avaliação e apuração das denúncias, entre conclusões e recomendações, a CPI solicitou o cumprimento do disposto no artigo 180 da Lei Orgânica do Município, incisos III e IV, que previa a criação da ‘Casa Abrigo’ para mulheres em situação de violência e de

‘Centros de Apoio e Acolhimento’, para meninas e mulheres, com suas questões específicas. A CPI indicou também a melhoria, ampliação e o aparelhamento da infra-estrutura dos recursos humanos da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher, com a instalação de plantões noturnos e nos finais de semana. O documento apontava ainda a necessidade de criação de Delegacias Regionais Especializadas em Crimes contra a Mulher, compostas de equipes interdisciplinares para o atendimento e acompanhamento às vítimas de violência; criação também de um Centro de Referência da Mulher, com atendimento psicológico, jurídico e social para atender as mulheres vítimas de violência e enfim, identificava a necessidade de um órgão público municipal com a atribuição e poder para formular e executar, com outras instâncias do Município, políticas de combate à discriminação e violência contra a mulher.

Neste sentido, o Poder Legislativo, baseando-se nas reivindicações dos movimentos sociais organizados, conseguiu trazer para a institucionalidade a busca de soluções para a condição de violência em que se encontravam uma expressiva parcela de mulheres da cidade de Belo Horizonte. Como podemos perceber, e já fora destacado anteriormente, a questão da violência sempre pautou as discussões sobre as políticas públicas para as mulheres no município.

No final de 1993, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS – criou o Programa Cidadania da Mulher com o objetivo de resgatar o papel da mulher na cidade, identificando suas demandas específicas. Além de realizar oficinas, cursos e debates sobre temas relativos à mulher, o Programa implantou dois equipamentos voltados para o atendimento de mulheres: o Benvinda – Centro de Apoio à Mulher – e a Casa Abrigo ‘Sempre Viva’.

O Centro de Apoio à Mulher Benvinda foi implantado em maio de 1996 e inaugurado em 20 de agosto de 1996, visando orientar, acompanhar e encaminhar mulheres em suas questões específicas ou de âmbito familiar nas áreas jurídica, psicológica e social. Encampa também a responsabilidade pela triagem e encaminhamento das mulheres que se encontram em situação de risco de morte à Casa Abrigo Sempre Viva.

A Casa Abrigo Sempre Viva foi criada com a atribuição de acolher e abrigar, temporariamente, mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não por suas crianças. O equipamento presta serviços de atendimento, apoio e retaguarda - em caráter emergencial e provisório - quando é constatado que as condições de vida das mesmas estão sob ameaça à integridade física e psíquica. “Não existe agenda prevista com a Coordenadoria dos Direitos

da Mulher. Se ocorre algum diálogo são meras tentativas não institucionais, nunca foi uma determinação”. (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA SMAAS)⁵³.

Através da lei 6.949, foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, aprovado em 14 de setembro de 1995 e regulamentado pelo decreto municipal 8.544 de 08 de janeiro de 1996. No momento de sua criação, o Conselho – CMDM – esteve vinculado à Secretaria de Governo, com uma composição de 46 conselheiras, sendo 23 titulares e 23 suplentes. O número de representantes não governamentais foi definido em doze representações, maior do que o número de representantes governamentais – onze – sob o embasamento de que assim seria possível garantir hegemonia aos movimentos sociais.

Vale destacar que o ano de criação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher em Belo Horizonte foi também o ano da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim. Isto quer dizer que a temática de gênero já era um ponto de pauta e agenda postos para os Estados e Municípios. “É muito recente a relação da Secretaria com o Conselho da Mulher, menos de 1 ano (...) Mas não tem um fluxo ainda, nem do que se leva nem do que se traz. A Coordenadoria também não tem cadeira no Conselho da Assistência, nunca houve demanda para essa composição”. (GESTORA DA SMAAS)⁵⁴.

Em 16 de julho de 1998, o então prefeito, Célio de Castro, sancionou a Lei nº 7.552, responsável pela criação da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM - com a finalidade de elaborar, coordenar e executar políticas públicas no atendimento das necessidades específicas da mulher e no combate às diferentes formas de discriminação.

No seu primeiro formato, a COMDIM esteve vinculada à Secretaria Municipal de Governo, composta por um cargo de Coordenação e outros três cargos de chefias.

Com a Reforma Administrativa, ocorrida em dezembro de 2000, a COMDIM tornou-se vinculada à Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania, recém-criada. Seu novo formato garantia o cargo de coordenação e criava um cargo de gerência de atendimento. Os equipamentos “Casa Abrigo” e “Benvinda”, ligados até então à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, não integravam a estrutura da COMDIM. Houve inclusive uma tentativa de encerrar o funcionamento do “Benvinda Centro de Apoio à Mulher”, com a argumentação de que o novo formato das políticas públicas sociais na cidade, ou seja, com a descentralização para as nove unidades regionais administrativas de serviços ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social – os Plantões Sociais e CRAS – não seria necessário a existência de um serviço específico para atendimento à mulher.

53 Depoimento Verbal em 04/06/2008.

54 Depoimento Verbal em 29/05/2008.

Os movimentos organizados pela defesa dos direitos das mulheres e o Conselho Municipal iniciaram uma discussão com as Secretarias de Governo e Planejamento, não só contrárias à proposta de extinção do “Benvinda” mas, também por sua incorporação à estrutura da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, juntamente com a “Casa Abrigo Sempre Viva”. Uma discussão bastante delicada diz respeito à não regulamentação, via decreto, dos equipamentos “Casa Abrigo” e “Benvinda Centro de Apoio à Mulher”, até este momento.

No dia 1º de janeiro de 2005, mais uma vez, o governo municipal alterou, reconsiderou e reabrigou as políticas sociais na cidade, incorporando os equipamentos à estrutura da SMADC, através da Coordenadoria de Municipal de Direitos da Mulher.

4.2 – Políticas públicas para mulheres ou políticas públicas de gênero?

A relação (da Assistência) com a COMDIM não é programada e nem tem metas. Quando precisa, acionamos ou somos acionados. E é engraçado porque tudo nasceu aqui mas perdeu a questão da gestão, de planejamento, isso não é pautado (...) Quanto aos conselhos: se tivesse condições de construir pautas conjuntas, relativas às diversas interseções... (GESTORA DA SMAAS)⁵⁵.

Em Belo Horizonte, as conquistas do movimento de mulheres seguiram a tendência observada por FARAH (1999) em outras cidades brasileiras: a criação de delegacias especializadas e de serviços de atendimento integral (social, psicológico e jurídico) e abrigo voltado à mulher vítima de violência foram as respostas dadas pelos governos às demandas dos movimentos de mulheres nas décadas de 1980 e 1990.

Posteriormente, as ações passaram a incluir a articulação em redes de solidariedade, a agregação de novos serviços (como os voltados para a inserção profissional da mulher), a realização de campanhas educativas de caráter preventivo e a ampliação do atendimento para o núcleo familiar e o agente agressor.

Colocar essa questão da subordinação feminina na agenda e no planejamento dos programas, na concepção dos serviços, isso nunca incomodou, mas também não há resistências. Isso só não surge. O que incomoda é a violência, mas se preocupa com as consequências sem pensar nas causas. Agora é parar e pensar como vamos fazer

55 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

daqui para frente... As perspectivas são boas, é preciso direção do nível gerencial. (GESTOR DA SMAAS)⁵⁶.

Para Faria (2001), as políticas para a família podem ser compreendidas como “medidas políticas destinadas a influenciar as famílias”. Neste sentido, sugerimos que também as políticas para as mulheres podem ser compreendidas como “medidas políticas destinadas a influenciar as mulheres. Por isso é de fundamental importância se identificar a concepção de sujeito feminino com a qual o Estado vem operando.

Políticas públicas com enfoque nas desigualdades de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. As primeiras consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva.

Se tratadas de forma generalizada, sem uma reflexão teórica sobre a concepção de mulher utilizada, as políticas públicas tidas como políticas ‘*para as mulheres*’ acabam por focalizar sua centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. E esta centralidade posta no binômio mulher/família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam diferenças de gênero de modo simples e inevitável, configurando-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família – enfim, a feminização do cuidado - e não o empoderamento e autonomia para as mulheres.

Políticas Públicas com enfoque nas desigualdades de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidas nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito. É nesta linha de concepção que a gestão das cidades precisa operar.

A partir do momento em que os agentes públicos não têm clareza em relação a tais pressupostos, voltam seu foco de ação para o tratamento das questões da violência e das condições de saúde, centradas na mulher, exclusivamente, e não na natureza das relações e nos padrões de comportamento entre os sexos, o que acaba reduzindo as possibilidades de sua resolução.

56 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

Contudo, as políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontual, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as ‘versões e ficções’ tradicionais sobre o feminino.

O documento produzido pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (2006), destaca que as atuais gestões de governo passam por um momento de transformação. Inseridas em um contexto regido pela instabilidade e complexidade dos problemas urbanos, buscam novas lógicas de atuação.

Sabemos que o conjunto de “problemas” que dizem respeito às cidades, à questão urbana, não se restringem à habitação, mas também envolvem os meios de transporte, a infraestrutura, o saneamento, a energia, a pavimentação, as políticas de preservação ambiental e de segurança, além da garantia de acesso à cultura e ao lazer. Nesse sentido, as mulheres, sobretudo as de baixa renda, são as mais penalizadas. É fato que a precariedade das ações públicas de saúde, educação, transporte e lazer acarretam dificuldades para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. No entanto, a falta de políticas urbanas, principalmente nas metrópoles, contribui para dificultar ainda mais o cotidiano das trabalhadoras de baixa renda. Ou seja: as desigualdades de gênero, já cristalizadas no tecido social do país, são intensificadas num contexto de falta de uma política urbana eficaz. (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2006). “A questão de gênero nunca esteve posta, o que aparece é a questão da identidade no interior das famílias. Não propositalmente, nem explicitamente gênero aparece, não na formulação, mas nas ações realizadas em rede”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)⁵⁷.

As diretrizes políticas do Estado - assim como as metodologias e processos de disponibilização de serviços públicos - podem superar práticas dominantes, fragmentadas e excludentes e conferir maior integralidade e interdependência na implementação das políticas públicas.

O reconhecimento da multidimensionalidade da intervenção de programas e políticas de defesa dos direitos das mulheres, exige a construção de metodologias que possam garantir uma abordagem integral das necessidades de todas as mulheres, na complexidade da estrutura social capitalista, que faz das mulheres um grupo heterogêneo, com interesses e demandas diferenciadas. Os tradicionais mecanismos setorializados e fragmentados são inoperantes

⁵⁷ Depoimento Verbal em 30/06/2008.

diante dos desafios apresentados, apontando para a necessidade de adoção de enfoques mais integrados e sinérgicos.

Um ponto de convergência nas entrevistas realizadas junto à equipe da SMAAS, diz respeito à percepção de que os problemas e demandas são objetos das diversas políticas setoriais e por isso estão interligados, interdependentes e se reforçam mutuamente. Neste sentido, a proposta de integração das políticas, por meio de uma concepção intersetorial em sua estrutura, para a implementação e gestão de políticas sociais é apresentada como alternativa.

4.3 – A transversalidade quase sempre ausente

“Qual concepção de gênero: a de que as mulheres precisam ser levadas em conta?”. (GESTOR DA SMAAS)⁵⁸.

“Mas a Proteção Básica quer resgatar vínculos sociais. Ainda gasta muita energia para dialogar entre os serviços, fluxos. Falta tratar conteúdos como essas questões sobre a condição das mulheres nas famílias, na sociedade”. (GESTORA DA SMAAS)⁵⁹.

Para se compreender o significado da expressão- transversalidade de gênero⁶⁰ é necessário recorrer a sua origem histórica e a suas raízes conceituais. Estas emergiam no contexto internacional dos movimentos de mulheres, pois as escassas repercussões de suas demandas e reivindicações frente aos Estados foram determinantes para que buscassem agir de maneira mais expressiva, sobretudo, na Europa Ocidental.

A partir da primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México, em 1975, foram formuladas propostas e recomendações para melhoria da condição de vida das mulheres de todo o mundo e de acesso às mesmas oportunidades que os homens. A maioria dos governos nacionais se comprometeu em cumprir tais recomendações, no entanto, apesar de sucessivas Conferências realizadas ficou evidente que o compromisso assumido não se efetivou plenamente. Pouco empenho foi demonstrado e a situação das mulheres apenas registrou algumas melhoras.

58 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

59 Depoimento Verbal em 06/08/2008.

60 O conceito de transversalidade de gênero é tido como parte integrante das discussões feministas e torna da concepção do que viria a ser “*gender mainstreaming*”.

Diante desta constatação, e desde a década de 1980, os diversos movimentos de mulheres promoveram debates acerca de como uma política mundial de promoção de igualdade e de oportunidade das mulheres poderia se efetivar.

Na IV Conferência Mundial de Mulheres em Pequim (1995), essa estratégia foi designada como “gender mainstreaming”, reconhecida como **transversalidade de gênero**. Foi adotada dessa forma e garantia, basicamente, a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade- econômica, política, cultural e social - com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em aspectos como a remuneração, a segurança social, a educação, a partilha de responsabilidades profissionais, familiares e a paridade nos processos de decisão.

Como destaca Ferreira (2000), a questão da transversalidade de gênero pressupõe uma ação governamental que não concentre estas políticas unicamente em uma instância ou área da mulher, mas que controle o impacto das políticas desenvolvidas por cada uma das áreas governamentais sobre a situação das mulheres e homens. Pressupõe ainda uma ação fiscalizadora sobre o conjunto das políticas e programas efetivados para se constatar se os mesmos modificam as específicas condições de vida das mulheres, se as melhora - ou piora - e em que medida.

Em outros termos, a transversalidade é uma proposta por meio da qual se busca dar respostas organizativas à necessidade de incorporar temas, visões, enfoques, públicos, problemas, objetivos, às tarefas da organização que não se encaixam em apenas uma das estruturas organizativas verticais. Ferreira (2000) entende que a transversalidade não se confunde com a coordenação lateral ou interdepartamental nem com a integração organizativa ordinária.

Sendo assim, não pressupõe novos pontos de vista nem novas linhas de objetivos dissociados dos objetivos setoriais dos órgãos verticais em que se estrutura a organização. Diferentemente, significa introduzir linhas de trabalho não estabelecidas verticalmente. Construir uma proposta que deva impregnar e condicionar as outras áreas de atuação.

É, assim, um instrumento inter-organizativo que se orienta a gerir, no interior da organização, um tema não contemplado explicitamente na estrutura orgânica básica, mas que exige, para seu tratamento adequado, o envolvimento de todas, ou pelo menos de várias, unidades verticais.

Essa forma de gestão se justifica dado o fato de que a realidade é complexa, multidimensional e, na linguagem de Ferreira (2000), poliédrica, embora não seja transversal.

A transversalidade é um instrumento para gerir a visão poliédrica, um instrumento para incorporar novas capacidades de intervenção sobre a realidade multidimensional.

Enfim, por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as diversas instâncias governamentais, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.

E como considera Vera Soares, “há necessidade de reconhecer que o Estado sempre influi nas formas como se desenvolvem as relações entre homens e mulheres. Da mesma forma que não existe Estado “neutro” do ponto de vista de classe, tampouco existe do ponto de vista de gênero, raça ou etnia”. (SOARES, 2004, p.12).

4.4 – Desconexão “plural”: o familismo presente

“Não existe uma orientação política, ocorrem, no máximo, ações pontuais, sem uma definição de estratégias, metas, objetivos claros, tudo acontece por acaso, se é que acontece mesmo...”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)⁶¹.

O Conselho da Assistência foi criado em 1997, o nacional em 1994. O interessante é que a participação é das mulheres, lideranças comunitárias, exercendo sua 4ª jornada de trabalho sem questionar qualquer ponto referente ao seu papel feminino em nossa sociedade, embora bastante combativas, com boa interlocução em suas comunidades. (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA SMAAS)⁶².

Mariano (2007) em sua discussão sobre a relação entre o familismo e o feminismo, chama a atenção para a tendência de priorização dada à luta pela melhoria das condições de vida das famílias e comunidade, na implementação de políticas para as mulheres, pelo Estado. A autora enfatiza a necessidade de se analisar se essa tendência contribui para modificar ou reforçar os papéis tradicionais de esposas e mães das mulheres, naturalmente relacionadas ao universo do mundo doméstico. Em nossa avaliação, essa questão está diretamente

61 Depoimento Verbal em 03/07/2008

62 Depoimento Verbal em 04/06/2008.

relacionada à concepção de sujeito feminino que norteia o modelo de Estado na sociedade brasileira.

Assim, a abordagem das políticas que se dizem direcionadas às mulheres têm tematizado a situação de pobreza das mulheres, mais do que em relação à sua situação de subordinação e como consequência, as demandas feministas vão se transformando em familismos que, no processo de tradução político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento das famílias

Salej (2008), ao estudar os programas sociais executados pelo município de Belo Horizonte, buscou averiguar a presença dos conceitos de injustiça e de desigualdade na concepção das políticas e refletir sobre seus eixos estruturadores. Sua principal constatação foi que o social está disperso em inúmeras estruturas organizacionais da PBH – políticas sociais (assistência social, abastecimento, direitos de cidadania e esportes), cultura, educação, saúde, políticas urbanas (planejamento urbano, transporte e trânsito, habitação, drenagem, limpeza urbana, meio ambiente, saneamento básico).

E, a partir da avaliação de Mattos (2006), de que “as mulheres e as políticas públicas pela igualdade de gênero foram sendo abordadas como um elemento a mais no processo de gestão da cidade, por meio do fundamento de algumas políticas inclusivas para esse setor” desde o início da gestão denominada “democrático-popular” no município, Salej (2008), identificou que dentre os programas pesquisados, apenas cinco eram direcionados prioritariamente para as mulheres: Benvinda - Centro de apoio à mulher (Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania); Casa Abrigo Sempre Viva (Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania); República Maria Maria (Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social); Atenção e Prevenção à Violência Doméstica e Sexual (Secretaria Municipal de Saúde); Atenção à Mulher (Secretaria Municipal de Saúde).

Conforme a análise de Ana Paula Salej, o número de programas é pequeno e está concentrado em realidades marcadas por riscos, em especial de violência doméstica e falta de condições das mulheres se sustentarem. E sugere:

Eventualmente seria interessante a existência de programas que atuem junto às mulheres que apesar de vulneráveis ainda não tiveram seus vínculos familiares ameaçados ou rompidos, em uma perspectiva promoção da mulher e prevenção do risco. Surpreende também a ausência de programas específicos para aprimorar as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Existem atividades desta natureza dentro dos programas citados mas mais uma vez prevalece a perspectiva “curativa”. (SALEJ, 2008, p. 12)

Outro aspecto considerado pela pesquisa de Ana Paula Salej referiu-se à incorporação da variável “gênero” na definição do acesso aos programas sociais. O resultado constatou que no conjunto de noventa e um programas, somente dezoito consideraram o gênero como uma característica - no mínimo - relevante na definição do acesso:

A baixa frequência de respostas que dão relevância as variáveis gênero, orientação sexual e raça/cor dificultaram no sentido de que obtivéssemos caracterizações do comportamento das mesmas por perfil. Esta frequência baixa pode estar nos indicando, de fato, que estes elementos apesar de cruciais no que tange ao tema do reconhecimento, ainda não se consolidaram. (SALEJ, 2008, p. 09).

4.5 – Interconexões possíveis entre os pressupostos feministas e as políticas públicas

BH está num período de convergência. É possível dialogar várias Secretarias, por mais que o conjunto de técnicos seja heterogêneo (...) se se propor para a pauta esse debate ele será muito rico. As políticas periféricas ficam a reboque, o momento é propício, mas vai depender das novas diretrizes, das provocações para o debate. (GESTORA DA SMAAS)⁶³.

“Este é um momento propício para se abordar a subordinação das mulheres nas relações sociais, a política já está consolidada. Vivemos uma fase de reconhecimento das demandas e gargalos”. (GESTOR DA SMAAS)⁶⁴. “Autonomia: tornar –se sujeito de sua própria vida; empoderamento: sair da condição de sujeito”. (COORDENADORA DE PROGRAMAS DA SMAAS)⁶⁵.

A dicotomização entre esfera privada e esfera pública tem sido um grande foco das críticas feministas, na tentativa de ilustrar as faces de opressão e de subordinação da mulher em ambos os espaços. Apesar da maciça inserção das mulheres, tanto no mercado de trabalho quanto em áreas de educação e saúde, ainda há uma grande defasagem da participação feminina no campo da política e em espaços de tomada de decisão. Feministas como Pateman (1996) e Fraser (2002) apontam para o fato de que a separação e a oposição entre o público e o privado serviram para ofuscar a realidade patriarcal. Tal realidade, que estrutura diversas

63 Depoimento Verbal em 30/06/2008.

64 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

65 Depoimento Verbal em 03/07/2008.

ações reguladas pelo poder patriarcal, conseqüentemente, remete a padrões de desigualdade e dominação masculina sobre as mulheres.

Como destacamos no capítulo “REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS ACERCA DA PERSPECTIVA DE SUPERAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO SÓCIO-CULTURAL PARA AS MULHERES” desta dissertação, para Walby (1990), a natureza patriarcal do Estado não é considerada estática. Walby (1990, p. 27) afirma que forças dominantes modernizaram a posição feminina ao permitir a participação das mulheres no mercado de trabalho. Mas, simultaneamente, o Estado tem neutralizado as exigências feministas através de várias concessões as quais, embora melhorem a situação, não eliminam os obstáculos fundamentais para a autodeterminação feminina.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos campos de análise das relações sociais de gênero que se toma como conseqüência das relações patriarcais.

Precisamos entender como a dinâmica dentro da esfera privada vem lidando com as lentas transformações nas relações de gênero. Acreditamos que esse é um enfoque relevante para compreendermos as múltiplas faces das desigualdades e injustiças sofridas pelas mulheres no interior da esfera privada. Inferimos, inclusive, que há uma forte interligação entre as duas esferas – pública e privada - , podendo o reconhecimento no espaço privado tornar-se um propulsor de mudança no que se refere a relações de gênero mais simétricas e justas, também na arena pública.

Compreendemos que o papel das mulheres como protetoras do lar e das crianças reforça um lugar subordinado, que se estende para a vida pública e política e ainda relega às vozes das mulheres um segundo plano, impedindo que as mesmas possam interagir paritariamente. As tensões e relações assimétricas de gênero na família revelam a necessidade de ressignificação de valores simbólicos e culturais, embutidos neste espaço, para que se possa resgatar uma essência de empoderamento e libertação, no âmbito das esferas pública e privada, para as mulheres.

Esse enfoque nas dinâmicas internas no âmbito familiar aponta, sobretudo, para as condições injustas da divisão do trabalho doméstico e da violência doméstica.

Na avaliação de Ogando (2008), essa é a chave para pensarmos o reconhecimento dentro da esfera privada, pois estaríamos lidando com um status inferiorizado, ou seja, com um problema de subordinação de status e não de auto-realização.

Fraser (2003) politiza a questão do reconhecimento, ressaltando a necessidade de lidar com as formas de injustiças que excluem indivíduos tanto pela desigualdade material quanto

pela institucionalização de normas que valorizam certas qualidades e características de indivíduos ou grupos específicos.

Para Fraser (2003), uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo, ou seja, um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade e que opera, ao mesmo tempo, desvalorizando tudo o que seja codificado como feminino.

As análises da autora demonstram que o poder destrutivo desses valores reside no fato de que os mesmos são expressos na vida cotidiana e nos processos mais básicos de socialização, instalando um sistema de crenças que colocaria as mulheres em posições inferiores. Além disso, o que podemos destacar é a aceitação desses valores, não somente pelos homens, mas pelas próprias mulheres ou, em outras palavras, um processo de naturalização dessa situação desigual.

O que Fraser (2003) questiona, como muitas outras feministas, é que fazer esta distinção entre trabalho não remunerado, tal como a criação de filhos, especificamente como uma reprodução simbólica, pode legitimar uma separação institucional entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado, o que serviria para reforçar o confinamento de mulheres à esfera privada e à subordinação. Ou seja, o problema é que o trabalho doméstico continua não sendo reconhecido e, mais uma vez, camufla o quanto a subordinação das mulheres está enraizada, tanto na esfera pública quanto na esfera privada das relações sociais.

Feministas apontam para o fato de que o poder doméstico patriarcal estende-se, muitas vezes, para formas de poder fora da vida pública. (FRASER, 2002; PATEMAN, 1996; WALBY, 1990). Podemos notar, sobretudo, que as formas de exercer poder não necessariamente excluem mulheres da esfera pública, mas que sua inserção no espaço público é dado por um status inferior.

Para Fraser (2003), o que exigiria reconhecimento não seria a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. O não reconhecimento, conseqüentemente, não significaria depreciação e deformação da identidade de grupo, pelo contrário, ele representaria a subordinação social no sentido de ser privado de participar como um igual na vida social.

Entender o reconhecimento como uma questão de status, nesta lógica de Fraser (2003), significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais.

O centro normativo da sua perspectiva é a noção de paridade de participação. De acordo com essa norma, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade interagir, uns com os outros, como parceiros.

Avaliamos que, ao valorizar a categoria de reconhecimento ou os déficits de reconhecimento - no caso das mulheres - nos espaços público e privado, nós percebemos a complexidade e a pluralidade do sistema de subordinação, oriundo das contradições e das hierarquias de status, em ambas as esferas.

Com essa discussão, compreendemos como o papel do Estado é determinante para a perspectivação da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de transformações sócio-culturais, nas condições de vida das mulheres, através da proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça, pela superação das contradições inerentes às relações sociais.

As intervenções estatais não são, em hipótese alguma, neutras. E o Estado, ao assumir, no âmbito de sua organização, espaços para a construção de políticas que visem o princípio da igualdade, precisa levar em conta que - no âmbito da complexidade e existência de distintas concepções sobre seu próprio papel para a conformação da sociedade - a existência de concepções de que a condição de subordinação será superada sem que seja imperativa uma ação estatal; que esse processo deverá acontecer naturalmente na sociedade. Esta linha de raciocínio talvez seja uma das explicações das dificuldades que os gestores públicos têm em compreender a necessidade de implantação das políticas públicas que incorporem as dimensões de gênero e raça e do papel que jogam o conjunto das instâncias que compõem o aparelho do Estado.

Há, deste modo, uma falta de compreensão que, mesmo na ausência de políticas que levem em conta explicitamente as questões de gênero, o Estado sempre influi nas formas em que se desenvolvem as relações entre homens e mulheres, ou seja, nessas relações sócio-culturais entre homens e mulheres, entre brancos e negros. Vera Soares afirma que:

Vale então reforçar que o Estado pode exercer a sua responsabilidade de forma consciente e explícita na elaboração de políticas de igualdade para se contrapor aos efeitos negativos das forças sociais, culturais ou do mercado, que produzem desigualdades entre homens e mulheres e amplia a exclusão das mulheres e da população negra. (SOARES, 2004, p. 114).

De acordo com as análises de Soares (2004), não é apenas possível, mas também necessário o estabelecimento de uma ordem e paradigmas que não se sustentem na

subordinação ou dependência das mulheres, mas na igualdade e, conseqüentemente, em relações sociais justas, democráticas, plurais, que reflitam o importante papel do Estado nesse processo de ressignificação de idéias e concepções.

Hirata (2004), avalia que as mudanças na vida das mulheres fizeram com que as fronteiras entre o masculino e o feminino se deslocassem (pelo fato das mulheres assumirem outros papéis na sociedade), mas as barreiras estão, como sempre estiveram, presentes. A autora também ressalta que, se a pobreza afeta, de maneira distinta, mulheres e homens, é necessário avaliar o impacto quantitativo desta mesma pobreza que, é maior sobre as mulheres.

Inferimos, assim, que o processo de articulação das intervenções estatais pressupõe uma análise sobre as desigualdades, no âmbito das famílias e dos domicílios, associadas às restrições da pobreza e ao uso do tempo. Essa perspectiva demandaria uma abordagem sobre as disparidades no mercado de trabalho e seus efeitos para a autonomia econômica das mulheres, além das dimensões da pobreza, no que se refere ao processo de tomada de decisões e de acesso ao poder. “Essa discussão sobre a feminização da pobreza nunca entrou na pauta... mesmo que o enfrentamento à pobreza seja o foco da SMAAS, mesmo que os dados comprovem que a pobreza está concentrada sobre as mulheres, as mulheres negras...”. (GESTORA DA SMAAS)⁶⁶.

Os resultados desta pesquisa, através das entrevistas e documentos analisados, sugerem que uma das considerações fundamentais a serem apresentadas é que a pobreza afeta, com maior gravidade, a vida das mulheres e, por outro lado, não é possível pressupor a superação da pobreza, sem levar em conta o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. Neste sentido, a eliminação das desigualdades e contradições nas relações de gênero, precisam tornar-se os eixos orientadores das políticas públicas que visem ao combate e superação da pobreza.

Percebemos também que as políticas que se pautam no eixo da autonomia, operam, de fato, com o viés da autonomia pessoal e com formas de sustentação que podem ou não favorecer o rompimento com os círculos de dependência e subordinação. Apresento a avaliação de um dos gestores entrevistados para esta dissertação: “Na medida em que as pessoas passam a obter recursos materiais e simbólicos para realizar seus projetos pessoais, construídos por elas mesmas, eu acho que a gente pode começar a pensar em autonomia”. (GESTORA DA SMAAS)⁶⁷.

66 Depoimento Verbal em 29/05/2008

67 Depoimento Verbal em 06/08/2008

Em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e sua conexão com o viés familista, de feminização do cuidado nas políticas públicas, percebemos a importância das discussões sobre o uso do tempo por homens e mulheres na sociedade.

Essa perspectiva de avaliação facilita a possibilidade de confronto do uso do tempo, pelo menos em duas dimensões: para a reprodução econômica e para a reprodução social⁶⁸, para homens e mulheres. Consideramos que não há naturalidade na conformação sócio-cultural de alocação do uso do tempo em nossa sociedade.

Portanto, as pessoas realizam a alocação de seu tempo sob constrangimentos sociais, tendo pouca ou relativa autonomia de decisão sobre esse processo. Como as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, isto se traduz em um uso do tempo profundamente desigual entre homens e mulheres.

Neste sentido, a perspectiva de que a articulação das intervenções estatais, pela superação das contradições nas relações de gênero, incida sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, pressupõe sua ação sobre a divisão e alocação do tempo das pessoas na sociedade, englobando as esferas pública e privada. Como dissemos anteriormente, essa divisão não é natural. É construída, e se estabelece sob constrangimento das instituições, nas práticas e vivências cotidianas.

De acordo com Goldani (2002), a instituição “família” é apontada como uma das instâncias responsáveis pela qualidade de vida dos seus membros e muito se fala em políticas sociais destinadas a dar suporte às famílias ou mesmo em políticas específicas de famílias.

Entretanto, pouco ou nada se diz sobre suas implicações e seus efeitos perversos para a vida das mulheres. Isto porque, tal como se estruturam as sociedades, o cumprimento das responsabilidades familiares encontra-se relacionado, sobretudo, com a disponibilidade de tempo das mulheres.

Neste sentido, Ana Maria Goldani, apresenta a necessidade de se explicitar os sistemas de gêneros que influenciam ou determinam as relações entre instituições como a família, o mercado e o estado. E argumenta que não é suficiente olhar a situação das mulheres ou considerar as estruturas familiares, ao desenhar políticas:

68 O tempo para a reprodução econômica envolve o tempo destinado ao trabalho remunerado e o gasto com deslocamento para sua realização. O tempo para a reprodução familiar e social incorpora as atividades de organização domiciliar, lazer e sono, basicamente.

É necessário entender a maneira pela qual os pressupostos sobre as relações de gênero moldam a infraestrutura das políticas sociais, ou seja, a reconfiguração do Estado do Bem Estar enfrenta o desafio de conformar uma nova ordem social, onde se reconheça que as transformações nas relações assimétricas entre homens e mulheres reformularam a centralidade da família e reordenaram as complementaridades entre as atividades públicas e privadas. (GOLDANI, 2002, p.42).

Outra vertente dessa discussão diz respeito às diferentes concepções sobre o que se entende por qualidade de vida para os diversos integrantes da sociedade. Essa avaliação apresenta-se também como importante passo para uma adequada formulação de políticas públicas destinadas a fomentar a superação da pobreza e o rompimento com os vínculos de subordinação sócio-cultural para as mulheres.

Uma outra dimensão diz respeito ao enfrentamento da discriminação de gênero e raça, de modo articulado. Preconceito e discriminação não são questões apenas subjetivas, fazem parte da vida concreta dos indivíduos – não enfocaremos a articulação desse processo com as questões de classe, embora compreendamos a relevância do referido debate. Assim, crenças, estigmas, mitos e realidade se confundem, provocando uma repetição de fatos que reafirmam a continuidade do racismo e do sexismo na sociedade, demandando um processo de intervenção estatal que combata os complexos quadros de discriminação e injustiça na sociedade brasileira.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Por uma cultura filógina⁶⁹

“Eu vou teorizar agora: o Estado tem se pautado mais pela omissão que pela ação sobre essa questão na cidade”. (GESTOR DA SMAAS)⁷⁰.

Uma das preocupações centrais, nesta dissertação, está relacionada à compreensão do lugar do feminino em nossa cultura.

E, para o feminismo, um dos principais debates diz respeito à ressignificação das identidades femininas e masculinas, sob outras bases e parâmetros conceituais. Debate que se contrapõe às formas de sujeição impostas às mulheres por uma cultura de concepção e práticas androcêntricas e, muitas vezes, misôginas.

Inferimos que seria preciso ao Estado um novo olhar para perceber que as desigualdades nas relações de gênero se conformam em múltiplas formas de discriminações, e contradições, enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano, em dificuldades de inserção no mercado de trabalho e na vida pública, em dificuldades de acesso a bens e serviços, em um cotidiano desgastante na esfera doméstica.

E como enfatiza Rago (2001), não é raro o movimento feminista ser considerado “coisa do passado”, apesar das conquistas femininas, em curso na sociedade e, da visibilidade das mulheres em quase todas as profissões, na vida social e nas instituições:

Não há dúvida de que o mundo se tornou mais feminino e feminista no Ocidente, entendendo, no primeiro caso, maior aceitação e reconhecimento da “cultura feminina”, de um “saber-fazer” específico das mulheres, mesmo que culturalmente determinado e não resultante de diferenças biológicas; e no segundo caso, referência à luta pelo direito à vida em igualdade de condições para os dois sexos. Aceita-se, em geral, que as mulheres obtiveram inúmeros espaços sociais antes inexistentes ou proibidos para elas, que conquistaram muitos cargos importantes, que provocaram muitas mudanças nas relações de gênero, mudanças que, por sua vez, afetaram a própria maneira de ser e pensar dos homens. Contudo, poucas vezes o feminismo é invocado como sendo o produtor principal das mudanças positivas. (RAGO, 2001, p. 60).

69 Filoginia, do grego philos, amigo + gyne, mulher – amor às mulheres – antônimo de Misoginia, aversão às mulheres (RAGO, 2001, p. 65).

70 Depoimento Verbal em 18/06/2008.

Para prosseguir com esse raciocínio, reportamos às análises de Alvarez (1988), pioneiras sobre as políticas do Estado e sua conexão com as relações sociais de sexo no Brasil.

Alvarez (1988), considera que “as mulheres, como um grupo, nunca participaram do pacto de dominação articulado dentro do Estado”, defendendo a tese de que as relações sociais de sexo, da mesma forma que as relações de classe e raça-etnia, compõem uma “grade estrutural e ideológica” de questões que orientam e estruturam as instituições do Estado e, em última instância, fundamentam seu poder. No entanto, tal articulação não é estática e responde ao embates sociais e políticos em jogo na sociedade.

Como já fora destacado, compreendemos que a tendência das intervenções do Estado, no cotidiano dos indivíduos, vem reforçando as relações hegemônicas na sociedade e, a menos que haja uma articulação, decisiva e deliberadamente, contrária a essa perspectiva, não ocorrerão mudanças neste processo.

No Brasil, a pressão para que o poder público absorvesse propostas de uma pauta feminista, se expressou no período da transição de sistema político, através da ação coletiva do movimento de mulheres e de suas militantes, identificadas com partidos políticos, ao longo das décadas de 1980 e 1990.

As instituições públicas reagiram, diante das referidas reivindicações, com propostas de intervenção estatal, em distintos âmbitos. Por um lado, houve o desenvolvimento de ações setoriais específicas, em especial nas áreas de saúde e violência – com já fora constatado anteriormente. Por outro, mudanças legislativas alteraram os marcos jurídicos da cidadania das mulheres, além da aprovação de alguns novos direitos sociais.

Godinho (2008) relembra que a construção de instrumentos institucionais para influir na ação do Estado, em relação à desigualdade nas relações de gênero, tem merecido maior atenção na elaboração feminista internacional, embora a experiência brasileira, com a criação dos Conselhos da Mulher, tenha estado entre as pioneiras na América Latina.

Sua análise sobre os instrumentos institucionais, voltados para as mulheres, no Brasil, demonstra que a multiplicidade de formatos, de níveis de inserção institucional e nível hierárquico, de atribuição de papéis e mecanismos para atuar, é bastante complexa e está relacionada ao contexto histórico de sua criação, às tradições organizativas em que se inserem, além da importância que foi atribuída à questão ‘das mulheres’.

Virginia Guzmán (2001), identifica dois tipos de instituições, com foco nas mulheres, em análise sobre a América Latina:

As características das novas instituições e o caráter dos problemas de gênero constituíram, freqüentemente, uma pressão a favor da modernização e democratização do Estado e da instauração de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Geram-se novas estruturas de intermediação entre o Estado e as mulheres (mesas de trabalho, comissões, conselhos) e novas instâncias dentro dos Estados (ministérios, secretarias, comissões interministeriais) que pressionaram a favor da coordenação dos distintos setores estatais na elaboração e realização das políticas com enfoque de gênero. (GUZMÁN, 2001, p. 26).

Suas análises demonstram como as condições que estes novos mecanismos institucionais possuem para influenciar a ação política do Estado dependem do grau de legitimidade conquistado por eles, além de sua estabilidade institucional, para a articulação de ações políticas de médio e longo prazo.

Os estudos de Guzmán (2001), expressam ainda a falta de clareza sobre o papel destes organismos, no conjunto dos governos, a respeito de suas atribuições e responsabilidades institucionais. Eventualmente, a falta de compreensão existe, também, por parte de suas dirigentes e pelas equipes que os compõe.

Tendo em vista o conjunto de reflexões apresentadas no desenvolvimento desta dissertação, podemos perceber que os organismos de políticas voltadas para as mulheres constituem uma nova institucionalidade dentro do Estado, ainda carentes de legitimidade efetiva, e atuam no âmbito de uma disjuntiva importante: ao mesmo tempo em que necessitam demonstrar eficiência, o resultado de seu trabalho depende da ação de outras instâncias que compõem a estrutura do Estado. Seu desempenho depende, por isso, da magnitude na articulação política. Esta capacidade, para além das potencialidades dos indivíduos envolvidos, implica - mais que declarações de “vontade política” - o compromisso e a intervenção dos dirigentes e gestores centrais sobre a questão.

A atuação destes organismos torna-se ainda mais complexa em um contexto de questionamento das políticas sociais que permitam alterar as relações entre Estado-mercado-família, em favor das mulheres.

Godinho (2008), demonstra que a entrada das mulheres na pauta das políticas estatais, em países como o Brasil, ocorreu quando, no cenário internacional, cresciam as ideologias e políticas de redução do papel do Estado, de privatização dos serviços, de cortes nas políticas sociais. Este processo se agudizou na década de 1990, período de forte questionamento das concepções de igualdade e justiça social, que embasavam, grosso modo, a perspectiva de políticas universais (SILVEIRA, 2004).

Entretanto, não se pôde ignorar que a presença feminina é objetiva. Crescentemente, no mercado de trabalho, ampliando seus níveis de escolarização, nos movimentos sociais,

configuram-se também como metade do eleitorado. Assim, Estado e governos não podem ignorar legitimar este “novo público”, não necessariamente reconhecido como sujeito social e político.

Contudo, poder e legitimidade não são atributos automáticos do lugar na estrutura da administração pública. O peso político de uma mesma estrutura pode ser significativamente distinto em diferentes montagens de governo, independente do que seja considerado como sua atribuição. O esvaziamento de poder, ou seu fortalecimento, está diretamente vinculado ao jogo das relações políticas internas ao governo e suas articulações.

As condições externas ao governo, de acordo com os estudos de Godinho (2008), demonstram sua interferência no peso que um organismo de políticas para as mulheres e nas demandas de uma plataforma de ação feminista possam ter. Conjunturas abertas a mudanças, de reorganização político-institucional, acompanhadas de períodos de maior mobilização social, favorecem à priorização de temáticas, pouco tradicionais, para a ação dos governos. A presença ou não, da referida questão, na agenda pública é outro elemento que favorece sua integração na pauta governamental. Tais cenários, entretanto, surgem como potencial. Sua influência efetiva depende da intervenção de atores estratégicos, do quanto sejam capazes de incidir sobre a conjuntura, da aceitação que um ideário feminista goze na sociedade, resultado, por sua vez, do acúmulo logrado pela intervenção do movimento e da incidência de um pólo feminista nos partidos que compõem o governo.

Para reduzir as desigualdades de gênero, Goldani (2002), sugere a necessidade de se compreender a natureza dos processos de discriminação de gêneros em seus múltiplos níveis e o papel da mútua interação entre os processos na manutenção das desigualdades. Compreendemos que essa percepção também se faz necessária para um processo de feminização do Estado, no sentido de ressignificação da condição do feminino em nossa cultura.

Também Cássia Carloto (2004) demonstra como nos programas de combate à pobreza, uma das principais contribuições do debate feminista tem sido a de chamar a atenção para a instrumentalização das mulheres, a partir de suas responsabilidades na esfera reprodutiva, para o bom desempenho desses programas no contexto neoliberal. E por isso defende:

Nessa dimensão, propor políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero exige atribuir um sentido emancipatório às mudanças que pretendemos; que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das

desigualdades sociais, pressupondo práticas de cidadania ativa; garantir que o Estado desenvolva políticas sociais que contemplem as dimensões distributivas e de reconhecimento\ status que incidam efetivamente sobre este conjunto de desigualdades de classe, gênero e raça\etnia. (CARLOTO, 2004, p. 153).

No ensejo de concluir esse debate, retomamos a proposição apresentada por Faria que afirma que “Inserir uma perspectiva de gênero nas análises acerca da conformação do welfare state revelaria as múltiplas formas de dependência às quais as mulheres têm sido submetidas”. (FARIA, 2001, p. 79).

Estas são considerações que tornam evidente a insuficiência de estudos sobre a concepção de sujeito feminino e a dimensão de gênero adotada pelo Estado, em nossa sociedade e sua relação com o viés familista nas políticas públicas.

Entretanto, antes que nos façamos novas perguntas, finalizamos este trabalho confirmando como as políticas dirigidas às famílias, no modelo de Estado brasileiro, impactam diretamente sobre a vida das mulheres e nas suas condições de participação e representação na esfera pública da sociedade. Neste sentido, compreendemos a importância da adoção de novos parâmetros de gestão das políticas públicas, que precisam estar associadas, entre outras possibilidades, a um processo de valorização de uma cultura filógena, pela valorização da representação do feminino. O que denominamos como um processo de “feminização da cultura” possibilitaria condições para a superação da subordinação sócio-cultural experimentada, cotidianamente, pelas mulheres nas esferas pública e privada de nossa sociedade. E a discussão sobre o enfrentamento à pobreza ou mesmo sobre as perspectivas de autonomia - num mundo globalizado e comandado pelas relações de mercado – se dariam sob novos paradigmas. O problema central dessa dissertação esteve ligado à questão da “feminização do cuidado”. Que trabalhe agora pela “feminização da cultura”, do Estado, articulada ao processo de “estatização” do cuidado.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 315-380

ARRETCHE, T. S. Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

ARRETCHE, T. S. Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31. Ano 11. Jun. 1996.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AVELAR, Lúcia. **A relação Estado/sociedade, a participação política e os atores**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Otávio (Org.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad, 2004, p. 223-237.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31. Ano 11, jun. 1996, p. 146-158.

BLAY, Eva Alterman. Gênero e Políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho (Org.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 133-146 .

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu. **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

BRASIL. Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial** de 08/12/1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF. 26 out.2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 27, de 24 de fevereiro de 2005. Defini diretrizes do processo de discussões para a aprovação da nova Norma Operacional Básica - NOB. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF. 08 mar.2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social**. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Versão preliminar. Brasília/DF, jun. 2006

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Campinas: **Cadernos Pagu**. 29 ed. jul-dez 2007, p. 91-109.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Editora 34. 2000, p.13-58

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. **Cadernos Pagu**. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, n. 11, 1998, p. 11-42.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELLA, Ana Cláudia N. *Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas*. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 87-122.

CARLOTO, C.M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.86, p.139-155, jul., 2006.

CARLOTO, Cássia. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 149-155.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. O sujeito feminino no Programa Bolsa Família: algumas interpelações teórico-políticas. **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI**. Belo Horizonte: UFMG. 2008, 20 p.

CASTRO, Mary G. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto Periódico**. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CEPAL. **Panorama social da América Latina**. Santiago de Chile, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado despotismo. In: NOVAES, A (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 345 e 346 / 382-390.

COELHO, Clair Castilhos. Gênero e Políticas públicas. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho (Org.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 147-160 .

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal. Economie politique du patriarcat**. Tome 1. Paris: Syllepse, 1998, 293 p.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DESAFIOS para as políticas públicas: trabalho e cidadania ativa para as mulheres. São Paulo. Prefeitura Municipal: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

DI STEFANO, Christin. Problemas e incomodidades a propósito de la autonomía: algunas consideraciones desde el feminismo. IN: CASTELLS, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 53-78.

DICIONÁRIO de Teologia Feminista. Petrópolis: Vozes., 1997, p. 38-40.

DULCI, Otávio Soares. **Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**, São Paulo: Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher - Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 127-142.

FARAH, Marta. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, 2001..

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A criança entre o Estado, o mercado e a família: o sistema sueco de creches em uma perspectiva comparada. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998, p. 283-335.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, out. 2005. p. 97-110.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2002, p. 173-196.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família. In: BRONZO, Carla (Org.) **Gestão Social: o que há de novo**: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, p.67-79.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.,p. 21-29.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Pais provedores e Estado providência: cidadania social e a questão da dependência no Estado contemporâneo. In: Souk, Léa Guimarães (Org.). **Figura paterna e ordem social** – tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas. Belo Horizonte: Autêntica, PUC Minas, 2001, p. 77-98.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. (Org.). **Desafios do livre mercado para o feminismo**. São Paulo, 2005. p.11-39. (SOF, Cadernos Sempreviva).

FERREIRA, Virgínia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. **EX AEQUO**: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, n. 23, APEM. CELTA. Oeiras, Portugal, 2000.

FIGUEIREDO. Maria do Amparo Caetano. **Dialogando com Freire e Boaventura sobre emancipação humana, multiculturalismo e educação popular**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 2005.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Aprendizados e desafios da gestão social municipal: reflexões a partir do caso de Belo Horizonte. In: **Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública**, X, 2005, Santiago/Chile. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0053052.pdf>>. Acesso em: 21/04/2007.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Exclusão, risco e vulnerabilidade: desafios para a política social. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazarroti Diniz. (Org.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p.13-24.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo, Cortez: 2001.

FONSECA, Maria Thereza Nunes Martins. **Famílias e políticas sociais: subsídios teóricos e metodológicos para a formulação e gestão das políticas com e para famílias**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **Democracia Hoje**: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2002a, p.245-281.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002b.

FRASER, Nancy. **Recognition without ethics?** Theory, Culture & Society, London, 2001 v. 18, n. 2-3, p. 21-42.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, 2007a.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N., HONNETH, A. (Org.). **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. London: Verso Press. 2003, p. 7-109.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 02. maio-ago. 2007b.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. 2006. Disponível em <http://www.mulheresnobre.org.br/interno.asp?canal=sobreprojeto&id=download>.

GAY, P. **O cultivo do ódio: a experiência da burguesia da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo ‘problemático’: contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, v. 14, n.3, p. 635-653, set-dez/2006.

GODINHO, Tatau. **Construir a Igualdade combatendo a discriminação**. In: GODINHO, Tatau (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo. Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher - Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 55-64.

GODINHO, Tatau. Política feminista e ação governamental. **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 18 p.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, nov. 1994, p. 7-22.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 19, n. 01, jan-jun 2002, p. 29-47.

GOLDANI, Ana Maria. **Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des) igualdades**. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2000.

GOMÀ, Ricard. Processos de exclusão e políticas sociais de inclusão social: algumas reflexões conceituais. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazarroti Diniz (Org.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p.13-24

GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS. V. 19, n. 54 – fev. 2004, p. 144-159.

GUZMÁN, Virginia. **La institucionalidad de género en el estado**: nuevas perspectivas de análisis. Santiago de Chile: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo. Serie: Mujer y desarrollo, n. 32, marzo de 2001. 35p.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual da palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2004. p.201-246.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002, 335 p.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal- Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 15-30. Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 43-54, (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

JELIN, Elizabeth. **Pan e a factos** – La transformación de las familias. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. (Org.). **Trabalho e**

cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal- Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63. (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas.** Campinas: UNICAMP, 2001.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas. In: LAVINAS, Lena. (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.169-187.

LAVINAS, Lenas. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 04, n. 01, jun. 2002, p. 25-59.

LEITE, Alcione; RAMOS, Tânia R. O. **Falas de gênero: teorias, análises e leituras.** Florianópolis: Mulheres, 1999.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Dossiê Brasil: anos 90. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, n.18, jun.2000.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da Crítica Feminista.** Lisboa: Afrontamento, 2005, p.145-146.

MACHADO, Lia Zanotta. **Campo Intelectual e Feminismo:** alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. Brasília: Série Antropologia, 1994. p. 1-28.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em Confronto:** Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo. Série Antropologia, Brasília-DF, v. 284, p. 1-19, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise de discurso.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAPA da Exclusão social de Belo Horizonte. **Revista Planejar BH:** Belo Horizonte, v. 2, n. 8, 2000, p. 5-14.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Igualdade e Diferenças nas Teorias Feministas.** XXII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005a

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, set-dez/2005b, p. 483-505.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Políticas públicas e perspectivas de gênero: uma abordagem feminista: feminismo e familismo:** enredo sobre gênero e políticas públicas. ANPOCS: Políticas públicas y movimientos de mujeres en el cono sur desde la perspectiva de gênero ST15, 2007. 21 p.

MATHIEU, Nicole Claude. **L'anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe.** Paris: côtéfemmes, 1991, 291 p.

MATOS, Marlise. **Direitos Humanos:** História e Contextualização. Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania. Belo Horizonte, 2006, p. 10-13.

MATOS, Marlise. Identidade de Gênero, Identidade Sexual e Cultura: As Transformações das Diferenças Sexuais e das Relações de Gênero Num Enfoque Interdisciplinar. **Cadernos de Sociologia e Política**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-79, 1995.

MATOS, Marlise. Políticas Públicas para as Mulheres: um desafio à nossa institucionalidade de estado. **Pensar BH. Política Social**, v. 20, 2008, p. 15-17.

MATOS, Marlise. **Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero**: se como os estudos de gênero se transformaram num novo campo para as ciências humanas e sociais. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociologia e Realidade: Pesquisa Social no Século XXI, 2005, Belo Horizonte, 2005.

MATTOS, Patrícia. A mulher moderna numa sociedade desigual. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG. 2006, p 153-196.

MELO, Hildete Pereira. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Estudos Históricos**: América Latina. Fundação Getúlio Vargas, n. 20. 1998. p. 323-35.

MINAYO, Maria Cecília e Souza) **Pesquisa social**: teoria, método, criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORAES, Jô. Cidadania para as mulheres nos municípios: construir planos de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Belo Horizonte. **Caderno de textos. APCultural**, mar. 2005.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. Políticas Sociais e gênero: um balanço de experiências na área da Assistência Social. **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 15 p.

MOUFFE, Chantal. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical**. Debate Feminista. Cidadania e Feminismo. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999. p. 29-47.

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. (Org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: Editora 34. 2000, p.171-185.

NEVES, Magda; PEDROSA, Célia Maria . Gênero, Flexibilidade e Precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado. Brasília**, v. 22. 2007, p. 11-34.

O BRASIL e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Brasília. **Agende Ações em Gênero Cidadania**, 2003, 88 p. (Documento do movimento de mulheres para o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. **Feminismo, Justiça e Reconhecimento**. 2006. p.11-45. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. Reflexões feministas da esfera privada à luz do reconhecimento. In: **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI**. Belo Horizonte: UFMG. 2008, 18 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Desigualdades Raciais e de Gênero entre Crianças, Adolescente e Mulheres no Brasil, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. UNICEF-UNIFEM, 2006.

PASCALL, Gillian. **Social Policy: a feminist analysis**. London: Routledge, 1986.

PATEMAN, Carole. **Críticas Feministas a La Dicotomia Público/Privado**. In: CASTELLS, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 30-52.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

POLÍTICAS públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

POLÍTICAS públicas para mulheres na cidade de Belo Horizonte. Comissão executiva do Conselho Municipal da Mulher. **Revista Planejar BH**, Belo Horizonte, ano 02, n. 07, 2000, p. 52-55.

PRÁ, Jussara Reis. **Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional**. 1992. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). USP, São Paulo.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso por uma cultura filógina. **Revista em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n.03.: 2001, p.58-65.

REIS, Elisa. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

REZENDE, Daniela. Redistribuição versus reconhecimento? A intersecção entre economia e cultura nas teorias da justiça de Fraser e Young. In: **Seminário Fazendo Gênero 7, Perspectivas interseccionais de gênero e classe**. Florianópolis, ST 17, 2005.

ROCHA, Rosilene Cristina; PINHEIRO, Márcia Biondi. Política de Assistência Social: o momento atual de consolidação no Brasil. In: BRONZO, Carla (Org.) **Gestão Social: o que há de novo**: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, p.101-111.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituinte** Centro Feminista de Estudos e Assessorias – CFEMEA. Brasília: Letras Livres, 2006.

- ROSA, Renata Adriana. **A defesa dos direitos das mulheres e a implantação de políticas públicas pela igualdade de gênero em Belo Horizonte: 1995-2006**. Monografia (Especialização em Políticas Públicas), UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- ROSA, Renata Adriana. Teoria feminista, praxis familista: um enredo sobre relações de gênero e políticas públicas. In: **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI**. Belo Horizonte, UFMG, 2008, 16 p.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado, violência** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTTI, Heleieth Iara B. **Mulher brasileira: opressão e exploração** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SALEJ, Ana Paula. **Dilemas Contemporâneos na análise das Políticas Sociais: o caso de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- SALEJ, Ana Paula. O tímido comparecimento da dimensão de gênero nos programas sociais da Prefeitura de Belo Horizonte e os desafios que aponta. In: **II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI**. Belo Horizonte, UFMG, 2008, 16 p.
- SANTAROSA, Júnia Santa. Reforma Administrativa da PBH: princípios e condicionantes da descentralização intramunicipal, **Política Social/ PBH/SCOMPS**, jun-ago. 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**, 2004. www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm
- SANTOS, Boaventura. **A globalização e as ciências sociais** São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Lisboa: Afrontamento, 1994.
- SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Estampa, 1997.
- SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero e Feministas: um campo científico?. In: **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, 2007. Caxambu: ANPOCS, 2007. p. 1-23.
- SCHUMAHER, Maria Aparecida e VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: álbi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**. n. 2/93, vol. 1. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 1993. p. 349-64.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n 2, 1990, p. 5 – 22.
- SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista. Cidadania e Feminismo** (Edição especial), São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999, p.203-222.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, jan.-abr. 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SEPM, 2004. 104 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Municipal de Assistência Social: pra ninguém ficar de fora 2001-2005**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Territorialização da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social**: reflexão teórico-metodológica sobre a experiência de BH. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Relatório da IV Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2001.

SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 65-76, (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Itinerários de gênero e re-significação da cidadania**. 279 f. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. PUC. São Paulo.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Mírian; GODINHO, Tatau (Org.) **Trabalho e Cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p.89- 100.

SOARES, Vera. Políticas públicas para a igualdade: papel do Estado e diretrizes In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 113-126. (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

SORJ, Bila. **Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais**. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 143-148. (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 65-86.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Caxambu/MG, v. 18, n. 51, fev. 2003, p. 15-20.

SOUZA, Jessé (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UNB, 2001.

SOUZA, Patrus Ananias. Política e administração em Belo Horizonte. In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Org.). **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais**: Belo Horizonte: C/ Arte, 1996, p. 31-54.

STRECK, Danilo R.; REDIM, Euclides. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VALLE, S. Nelson do. **Introdução à análise de dados qualitativos**. Rio de Janeiro: Vértice Universitária, 1990.

VENTURI, G.; RECAMAN, M. S.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. v. 1. 220 p.

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p. 169-182. (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher).

WALBY, Sylvia. **Gender Transformations**. London: Routledge, 1997.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell Publishers, 1990.

APENDICE A: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome: _____ Data: ____ / ____ /2008 Contato: _____ Cargo: _____ Tempo na função: _____ Formação/profissão: _____

Trajetória na SMAAS/PBH: <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 10px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 10px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 10px;"/>

Objetivo da entrevista: conhecer a estrutura e diretrizes da Política Municipal de Assistência Social da PBH no período de 1993 a 2004 para avaliar a concepção do sujeito feminino prevista nos programas sócio-familiares da SMAAS e sua relação com as perspectivas de autonomia e empoderamento das mulheres, prevista tanto pelos pressupostos da teoria feminista como também pelos Objetivos do Milênio - ODM's.

- 1- Fale sobre a trajetória da Política Municipal da Assistência Social em BH a partir de 1993 – ano marcado pela fundamentação legal da LOAS e início de um novo modelo de gestão na cidade):
 - como a política era tratada até então e o que foi alterado?
 - Essa mudança se fundamentou em quais princípios?
 - Como se deu esse processo?

- 2- Resgate a concepção, as diretrizes políticas e eixos estruturantes, além do processo de organização e mobilização das Conferências Municipais de Assistência Social, realizadas na cidade, a partir de 1995 (foram realizadas 7 conferências bianuais):

- 3- Quanto às definições previstas na LOAS com referência no se entende por usuários -

- 9 - É possível falar em mudanças/ impactos para a vida das mulheres em Belo Horizonte a partir da avaliação dos programas de proteção básica?

- 10 - Qual a relação da SMAAS com a Coordenadoria de Direitos da Mulher, seus equipamentos – CENTRO DE APOIO À MULHER BENVINDA e CASA ABRIGO SEMPRE VIVA – como também com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher?

- 11 - Quais desafios e perspectivas você aponta para que a discussão do sujeito feminino nas políticas públicas da cidade de Belo Horizonte:

ANEXO A: Perfil do conjunto de servidores entrevistados

Conjunto de sete entrevistas realizadas no período de abril a agosto de 2008.

Identificação para a análise proposta na dissertação	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7
Referência na Secretaria Municipal de Assistência Social	Gestora - Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social	Gestora - Gerência de Proteção Social	Gestor - Gerência de Gestão da Política de Assistência Social	Gestora - Gerência de Proteção Social Básica	Coordenadora de Programa - Gestão dos Núcleos de Apoio às Famílias	Coordenadora de Programa - Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação	Analista de Políticas Públicas (gestora no período de 2001-2004) Secretaria de Políticas Sociais
Faixa etária	35-45 anos	35-45 anos	35-45 anos	35-45 anos	35-45 anos	35-45 anos	45-60 anos
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Tempo de serviço na PBH	14 anos	9 anos	12 anos	16 anos	10 anos	8 anos	11 anos
Data referência para a entrevista	30/06/2008	06/08/2008	18/06/2008	29/05/2008	03/07/2008	11/08/2008	04/06/2008